

INTRODUÇÃO

1.O tema do meu trabalho foi suscitado pela minha experiência profissional, no departamento de Produtos Publicitários dos CTT, Correios de Portugal, S.A. Este órgão funciona como um meio institucional de divulgação e promoção de produtos e serviços de significativo prestígio, fazendo chegar ao consumidor as acções promocionais das organizações (empresas / instituições). Essas acções visam incentivar o interesse pelos produtos / serviços e divulgar as suas especificidades no pressuposto de activar o interesse do consumidor. O departamento, enquanto instrumento publicitário, desenvolve a sua própria publicidade no sentido de difundir a supremacia do meio face aos seus concorrentes. Diferenciando-se pela forma personalizada de atingir a universalidade dos consumidores, situa-se no *ranking* dos canais mais procurados o que lhe confere notoriedade no quadro das alternativas disponíveis.

Antes de tomar contacto com a *Gazeta de Lisboa*, a publicidade era para mim uma questão contemporânea, um instrumento funcional, produto de mudanças comportamentais sustentadas pela evolução das técnicas de comunicação, e por uma opinião pública que de forma afirmativa contribuíra para a consolidação de novos valores. Nesse enquadramento, a publicidade afirmar-se-ia ao longo do século XX por força de uma nova realidade em construção. Influenciada pelos conflitos militares e ideológicos que avassalaram a Europa, essa realidade preconizava mais sociabilidade e bem-estar. A sua intensificação ocorreria a seguir à segunda Guerra Mundial, no quadro da reestruturação da economia europeia, num contexto histórico dominado por sistemas políticos opostos cuja sustentabilidade passava por uma acentuada difusão ideológica e doutrinal. Neste enquadramento, reforçar-se-ia o processo publicitário, instrumento privilegiado ao serviço do crescimento económico, e a técnica de propaganda, uma ferramenta de persuasão centrada numa metodologia discursiva de convencimento. Era, todavia, uma ideia associada à mensagem e à imagem.

Esta dissertação nasceu da troca de impressões com a Professora Isabel Drumond Braga, nas aulas de História Moderna de Portugal, quando no desenvolvimento da temática “As Realidades Culturais” se colocava a importância da *Gazeta de Lisboa*, impressa a partir de 1715. Pela sua regularidade, a publicação representava para o século XVIII um sistema de informação de uma importância vital funcionando como fonte histórica, documento de informação do que se passava no país e no estrangeiro. Salientava-se o facto de constituir um meio privilegiado de divulgar professores de línguas, na generalidade estrangeiros, temporariamente a residir na Corte portuguesa, oferecendo os seus serviços. A noção de *publicidade*, com a semântica que lhe está associada, revelou-se uma novidade para a época. Essa descoberta despertou a minha curiosidade e por isso fui

incentivada a desenvolver uma dissertação sobre a temática, centrada na publicidade inserida na *Gazeta de Lisboa*, no período de 1715 a 1760, isto é, durante a direcção de José Freire de Montarroio Mascarenhas.

2.É meu objectivo problematizar o fenómeno publicitário para através dele perceber a realidade prevalecente, cuja compreensão passará pela averiguação dos sistemas concretos de apreensão subjectiva onde entrará a vertente económica e sociológica, e as tendências culturais quotidianas, perscrutando eventuais sinais indutores de mudança. Em teoria, a publicidade advém de perspectivas de negócio, sustentada por pressupostos de natureza económica, podendo ser entendida como um indicador objectivo do contexto histórico de determinado momento.

A noção contemporânea de publicidade tem sido objecto de teorizações diversas. Rui Estrela, no estudo *A Publicidade no Estado Novo*, adianta que “em todas as definições está presente a sua dimensão económica, embora de forma redutora, pois não se refere aos efeitos económicos para o mercado ou para a sociedade”¹. Apesar da sua vertente económica, a publicidade deverá ser interpretada como um processo de tornar *público* aquilo que interessa a um ou mais grupos sociais, e que pela sua originalidade suscita curiosidade e apetência no tecido social permeável à novidade. Neste enquadramento, a publicidade constitui um processo de compreensão social, que tem a ver com comportamentos, vivências, hábitos quotidianos e culturais.

A publicidade difundida pela *Gazeta de Lisboa*, mentora da realidade cultural e material presente no quotidiano da sociedade do Antigo Regime, configura uma fonte historiográfica do processo vivencial de grande significado. A sua problematização permitir-nos-á detectar novas propostas de abordagens sobre o contexto histórico que lhe está subjacente. Nestas condições, a partir da sua análise, procurarei questionar a estrutura / conjuntura económica, social e cultural prevalecente, e perceber eventuais sinais de mudança suscitados pela novidade publicitária identificada. Este estudo terá que considerar o meio de inserção que lhe dá visibilidade, quem é e a quem se dirige. Só com a conjugação analítica dos intervenientes no processo se poderá perceber a realidade.

3.O objecto do meu estudo tem por base a identificação dos anúncios publicados na *Gazeta de Lisboa*, de 1715 a 1760, compreendendo os que suscitem a divulgação associada a objectivos de venda, isto é, situações materializáveis na aquisição de um serviço ou na compra de um bem, integrando todos, dos mais simples aos mais complexos, mesmo *quando se repetem*. Os dados recolhidos serão integrados numa base de dados organizada por anos civis, seguindo a lógica da

¹ Cf. Rui Estrela, *A Publicidade no Estado Novo (1932-1959)*, vol. I, Lisboa, Edição de Revistas, 2004, p. 12.

publicação da *Gazeta de Lisboa* (por ordem sequencial do número e data). A base de dados reconhece os seguintes dados de avaliação: tipologia do anúncio; excerto do texto publicitário; origem do anunciante (nacional ou estrangeiro); local de venda do bem ou do serviço anunciado. Com estes dados pretende-se avaliar, em termos quantitativos e qualitativos, a publicidade identificada na perspectiva do objectivo definido. A análise quantitativa permitirá apreciar a evolução anual das tipologias reconhecidos e situar as de maior representatividade. Do mesmo modo, ajudará a identificar a origem do anunciante (nacional ou estrangeiro) e o local de venda. Com a análise qualitativa procurarei problematizar a publicidade identificada e reflectir sobre os grupos com maior regularidade e frequência. A origem do anunciante e o local de venda são indicadores também relevantes no conjunto do estudo. A partir desta avaliação procurarei reflectir sobre o contexto histórico que a sustenta. No entendimento de João Luís Lisboa, o anúncio significa mais do que a existência de um produto que se vende, sendo um campo de estudo em aberto, o que dele conseguimos extrair depende das questões que lhe são postas².

4.A dissertação situa, no quadro teórico, uma reflexão historiográfica que considero relevante para a compreensão do fenómeno. Neste contexto, o estudo da publicidade será antecedido de uma breve abordagem sobre a circulação de notícias (manuscritas e impressas) e de uma reflexão sobre o processo técnico privilegiado, que emergindo no século XV, estabelece a partir daí novas formas de comunicação entre os homens, tornando-as mais rápidas, mais económicas e de mais fácil consumo. Enquadrará uma outra consideração, sobre as circunstâncias que levaram à criação da imprensa periódica, um suporte do poder político destinado a preparar a opinião pública, a receber e a sustentar as decisões reais. Centrando-me no tema do estudo, será determinante perceber a noção de publicidade para a época, quer através da bibliografia disponível quer da hermenêutica do texto publicitário. Nos signos construtores da narrativa procurarei compreender o processo histórico subjacente.

José Tengarrinha, no prefácio da primeira edição da *História da Imprensa Portuguesa* editada em 1965, integrado na segunda edição publicada em 1989, salienta o papel da publicidade na vida interna dos jornais, admitindo ser uma fonte de uma singular fertilidade para um estudo que enquadre comportamentos sociais em determinadas épocas, nomeadamente, a compreensão de formas de sensibilidades, gostos dominantes e atitudes mentais³.

² Cf. João Luís Lisboa, *Ciência e Política. Ler nos finais do Antigo Regime*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1991, p.38.

³ Cf. “Desde a forma de apresentação dos anúncios até à técnica de redacção das notícias vai todo um domínio inexplorado e da maior riqueza que permite prospecções interessantíssimas”. Cf. José Tengarrinha, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2ª edição revista e aumentada, Lisboa, Editorial Caminho, 1989, p. 20, [1ª ed. 1965].

Versando a temática dos livros, identificam-se dois estudos sobre a *Gazeta de Lisboa* e a sua função como espaço de inserção de publicidade, no período em análise. O sub capítulo “Meios e Agentes da Cultura” de Isabel M. R. Mendes Drumond Braga integrado no capítulo XV, do volume VII, da *Nova História de Portugal*, que qualifica e quantifica, de acordo com as tipologias definidas, os livros impressos anunciados na *Gazeta de Lisboa*, de 1715 a 1750⁴; e a de dissertação de mestrado *As Gazetas e os Livros, a Gazeta de Lisboa e a Vulgarização do Impresso em Portugal, de 1715 a 1760*, da autoria de André Belo⁵. Este estudo versa a história do livro em articulação com a história da *Gazeta de Lisboa*. Produz um levantamento dos livros e folhetos anunciados, para venda. Por outro lado, estuda o papel que a *Gazeta* desempenhou na divulgação de obras impressas em Portugal, que obras impressas foram anunciadas e de que forma o foram.

A investigação que sustenta a minha dissertação terá uma outra dimensão. Nesse quadro, visará uma outra percepção. Tem como objectivo procurar compreender o processo social e cultural do reinado de D. João V e dos alvares do reinado seguinte. Partindo da análise textual dos anúncios, a construção historiográfica desejável será condicionada pela limitação da narrativa e da própria fonte, vista como um instrumento de informação do poder, dirigida a um público restrito, num período em que o índice de alfabetizados era muito baixo, e o periódico tinha um custo elevado para a época.

5. Quero agradecer à Professora Isabel Drumond Braga, minha orientadora e professora desta faculdade, o estímulo que me deu para que esta dissertação se tornasse uma realidade. Quero também agradecer aos professores de seminário que contribuíram com a sua informação, assim como a disponibilidade que sempre manifestaram.

Agradeço, a título póstumo, ao meu pai e familiares, que contribuíram, com a sua amizade, para a construção da minha formação. De igual modo agradeço à minha família o seu grande apoio. À Sílvia e à Filipa dedico esta dissertação com muito carinho.

⁴ Cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga “As Realidades Culturais”, *Nova História de Portugal*, dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. VII, *Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, coordenação de Avelino de Freitas de Meneses, Lisboa, Editorial Presença, 2001, pp.489-495.

⁵ Cf. André Belo, *As Gazetas e os Livros. A Gazeta de Lisboa e a Vulgarização do Impresso em Portugal (1715-1760)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2001.

I

CIRCULAÇÃO DE NOTÍCIAS

1 - NOTÍCIAS MANUSCRITAS

1.1. A escrita

Partindo da abordagem teórica de Michel Foucault, em *As Palavras e as Coisas*, a *escrita* foi o grande acontecimento que conduziu à modernidade, o grande privilégio que dominou toda a Renascença e, certamente, como afirma o autor, um dos grandes acontecimentos da cultura ocidental. A imprensa, a chegada à Europa dos manuscritos orientais, o aparecimento de uma literatura “que já não era feita para a voz ou para a representação, nem determinada por elas”, foi um dos contributos maiores do Renascimento na fundação da nossa civilização. A primazia dada à interpretação dos textos religiosos, sobrepondo-se à hermenêutica textual, à tradição e ao magistério da Igreja, tudo isso revela, sem que se possa diferenciar os efeitos das causas, o lugar fundamental que a escrita tomou no Ocidente. A linguagem passou a ter por natureza primeira o ser escrita⁶. A partir daí enuncia-se um novo paradigma epistemológico, “o que é próprio do saber não é nem ver nem demonstrar mas interpretar”⁷. No seio deste novo quadro conceptual emergiu uma nova representação de valores e a epistémé da cultura ocidental vira-se modificada nas suas disposições fundamentais. O empirismo, a raiz cultural dominante, dera lugar à interpretação e crítica documental. Não era ainda o experimentalismo, mas era claramente o caminho em direcção a ele e, nesse sentido, o princípio da liberdade de pensar. O homem do século XVI via ainda estabelecerem-se os parentescos, as semelhanças e as afinidades num cruzamento sem fim da linguagem e das coisas. Esse campo imenso passou por uma nova configuração com a emergência no mundo das ideias do pensamento racional. Nos séculos XVI – XVII, assinalara-se uma certa tendência para o esbater das velhas crenças supersticiosas ou mágicas e, à medida que se acentua o paradigma da razão e da observação, caminha-se em direcção à ordem científica⁸. Neste pressuposto, história e ciência vão criar campos diferenciados passando esta a construir a sua própria identidade, o quadro conceptual que determinara as suas valências. De um lado estará a erudição, a leitura dos autores, o jogo das suas opiniões. Do outro emergem os juízos válidos que se podem estabelecer pelas

⁶“Esta primazia da escrita explicita a presença gémea de duas formas que são indissociáveis no saber do século XVI; a não distinção entre o que se vê e o que se lê; entre o observado e o relatado, o olhar e a linguagem entrecruzam-se até ao infinito”. Cf. Michel Foucault, *As Palavras e as Coisas*, tradução de António Ramos Rosa, Lisboa, Edições 70, 2002, pp. 93-94.

⁷“o comentário da Sagrada Escritura, o comentário dos antigos, dos relatos de viagem e o comentário das lendas e das fábulas, não se pede a esses discursos o direito de enunciar a verdade, apenas se requer deles a possibilidade de falar sobre si”. Cf. Michel Foucault, *As Palavras e as Coisas* [...], p. 95.

⁸“conhecer é discernir, isto é, estabelecer as identidades, e a seguir a necessidade da passagem para todos os graus de diferenciação”. Cf. Michel Foucault, *As Palavras e as Coisas* [...], p.110.

intuições e seus encadeamentos, pela construção de hipóteses operativas que suscitam a constante procura do novo saber. Eles e só eles constituem a ciência⁹.

1.2. Compilação e divulgação de notícias manuscritas

Movido pelo desejo de saber e conhecer tudo o que se revela excepcional, o homem desde sempre se interessou por notícias do foro emotivo, procurando na sua singularidade evadir-se da monotonia do quotidiano. Essa curiosidade conduziu ao nascimento das notícias manuscritas levando estas a suplantarem a comunicação oral dos acontecimentos. Recolher e transmitir notícias faz parte do processo psicológico do Homem. Os cronistas não deixam de se interessar por factos vivenciais presentes no quotidiano, narrando acontecimentos do género que suscitem a curiosidade. Os séculos XV-XVI, a longa duração da Expansão, onde se inscreve a descoberta da América e a chegada à Índia, assim como a criação de novas rotas comerciais, em especial as de longa distância, sustentaram uma nova época de curiosidade universal (originando os relatos de viagem), e de crescimento económico. Nesta nova ordem mundial a informação afirmou-se como uma necessidade crescente. Sustentada em novas técnicas de comunicação, tornou-se mais rápida, mais eficaz e mais regular. As casas bancárias italianas e alemãs, para facilitarem as suas operações especulativas enviavam, com regularidade, de filial em filial, *cartas de aviso* a informar sobre a situação dos mercados. Veneza, distinguindo-se por um dos principais pólos económicos do Ocidente, foi ao mesmo tempo o mais importante centro de produção de informação do Sul da Europa. O dia-a-dia económico, em particular o que dependia do comércio internacional, foi cada vez mais influenciado pela difusão de notícias, as quais passaram a ter um forte ascendente sobre a evolução do mercado, umas vezes perturbando a tranquilidade dos homens, outras vezes dando-lhes confiança¹⁰.

Com a extensão das trocas, a previsão comercial passou a exigir informação mais frequente e mais precisa sobre os mercados que se desenvolviam à distância. Já no século XIV, as antigas trocas epistolares se transformaram num sistema corporativo de correspondência comercial. Deste modo, as associações de comerciantes colocaram ao serviço dos seus próprios interesses os primeiros mensageiros, que transportavam, em data fixa, mensagens e informação sobre a normalização dos mercados. Os grandes centros de trocas comerciais foram, ao mesmo tempo,

⁹ “Desde então, o texto deixa de fazer parte dos signos e das formas da verdade. A verdade encontra a sua manifestação e o seu signo na percepção, evidente e distinta. Compete às palavras traduzi-la, se o puderem”. Cf. Michel Foucault, *As Palavras e as Coisas*, [...], pp. 109-110.

¹⁰ "Anvers, Francfort, Lyon suivirent l'exemple vénitien". Cf. "Les origines de la presse d'information", *Histoire Générale de La Presse Française. Des Origines à 1814*, dir. de Claude Bellanger, Jacques Godechot, Pierre Guiral et Fernand Terrou, Tome 1, 1ª edição, Paris, Presses Universitaires de France, 1969, p.28.

lugares de permuta de informação. Esta tornara-se obrigatória e permanente gerando em torno de si um núcleo de correspondência privada, e de profissionais de informação, que se tornariam decisivos na regulação do mercado¹¹. Também a criação dos serviços postais testemunha a preocupação dos homens da Renascença no estabelecimento de informação sistemática entre os principais centros de poder Ocidentais. Foi mais um contributo de participação no ordenamento do espaço e do tempo, assim como na difusão da informação tornando-a cada vez mais regular e alargada. No fim do século XV, Roma convertera-se na principal praça postal da Europa da época. De Castela, recebia com regularidade mensal, um mensageiro. Da cidade de Lyon, de dez em dez dias. Com outros centros de produção como Veneza, Milão, Génova, Florença e Nápoles, a ligação efectuava-se semanalmente. De Bolonha, o grande centro cultural italiano, a comunicação chegava duas vezes por semana¹². A partir da segunda metade do século XVI, instaurara-se uma rede organizada e racional determinada pelo ritmo dos serviços postais, no seio da qual se difundiam com intervalos regulares, em geral uma vez por semana, notícias manuscritas contendo informações sobre factos políticos, militares e comerciais.

De acordo com o estudo de Margarida Sobral Neto, em Portugal, D. Manuel I manifestara preocupações de instituir um serviço de comunicações postais, concedendo a Luís Homem, fidalgo da sua confiança, por carta de 6 de Novembro de 1520, o ofício de correio-mor, concedendo-lhe os mesmos privilégios usufruídos pelos correios-mores nos outros reinos. Também D. João III fomentou e deu continuidade ao processo de estruturação dos correios portugueses. Pelo diploma de 9 de Janeiro de 1523, atribuiu a mercê do ofício a Luís Afonso¹³. No domínio filipino o sistema de comunicações sofrera uma nova dinâmica, período em que Juan de Tassis assumiu as funções de correio-mor em Portugal, implantando novas estruturas no espaço interno, com especial destaque para a via Lisboa / Braga (passando por Coimbra, Aveiro e o Porto) e a ligação entre as capitais dos reinos peninsulares. Pelo eixo Lisboa / Elvas circulava a informação dirigida à Europa e, num enquadramento mais particular, à Corte situada em Madrid. Durante o período moderno, Portugal manteve fortes relações com vários países da Europa, umas de natureza económica (com a Espanha, França e Inglaterra), outras de natureza cultural, em particular com a França, e ainda as de natureza político-religiosa tendo à cabeça as cidades italianas, particularmente Roma, o centro da

¹¹ " Pour les uns comme pour les autres, il n'est pas question de publicité de l'information. A leurs intérêts répondent bien davantage les «journaux manuscrits» c'est-à-dire les correspondances privées que rédigent des marchands d'information professionnels ". Cf. Jürgen Habermas, *L'Espace Public*, traduction de Marc B. de Launay, [s.l.], Payot & Rivages, 1997, p. 27.

¹² Cf. Jean Delumeau, *La Civilisation de la Renaissance*, Paris, Arthaud, 1967, p. 507.

¹³ "Os serviços de correio-mor, inicialmente, restringiram-se à grande metrópole mercantil da Lisboa quinhentista, fornecendo o serviço para viagens nacionais e internacionais". Cf. Margarida Sobral Neto, "Os Correios na Idade Moderna", *As Comunicações na Idade Moderna*, coordenação de Margarida Sobral Neto, Lisboa, Fundação das Comunicações, 2005, pp.16-28.

Cristandade. A par destas, outras se entrecruzaram motivadas por laços familiares ou por interesses políticos. No reinado de D. João V, no período de corte de relações entre Portugal e a Santa Sé, através de aviso de 5 de Julho de 1728, assinado por Diogo de Mendonça Corte Real, fora ordenada a suspensão do envio e recepção de correspondência de Roma¹⁴.

1.3. O manuscrito na historiografia moderna

A historiografia sobre o período moderno enfatiza a importância da informação manuscrita. Sem que se deixe de editar notícias ocasionais, em forma de relação, a crescente exigência pública levava ao aparecimento de suportes de informação cada vez mais regulares e menos espaçados no tempo. As cartas privadas manuscritas, que muitas vezes se convertiam em públicas, não sendo periódicas, foram reconhecidas como transmissoras de notícias e com sinais de regularidade. Tem havido uma certa tendência para reduzir a comunicação à época que decorre entre os séculos XVI – XVII centrando-a na galáxia de Gutembergue, negligenciado o que não tem lugar nessa realidade progressiva e técnica. Os historiadores teorizam no sentido de que os velhos métodos não deixaram de existir no dia seguinte ao da invenção da imprensa de caracteres móveis. Em certos domínios, por razões de censura, ou por uma questão de rapidez, ou pela necessidade de uma pequena quantidade de cópias, não se justificava os custos duma impressão. A comunicação europeia foi caracterizada pela circulação de textos manuscritos, que não podem ser considerados resíduo marginal e insignificante, em comparação com a produção tipográfica crescente. Desde os documentos submetidos a uma tiragem limitada, como folhas de natureza política, escritos satíricos, ou interditos pela censura, e as relações, os mais diversos documentos foram durante longo tempo reproduzidos nas oficinas de escribas, mais ou menos importantes, para serem difundidos através de canais adequados, os dos próprios escribas, ou mais raramente, através de livreiros. Será no meio protagonizado pelos escribas que na península itálica começou o jornalismo político. Nas grandes capitais desenvolvera-se um mercado de informação complexo, não necessariamente ligado às Cortes ou à espionagem, para satisfazer a procura de um público restrito mas em expansão constante. Desde o início do século XI, que o espaço itálico constituía um modelo para a Europa. Roma e Veneza eram os principais centros de recolha, elaboração e difusão de notícias¹⁵. Os

¹⁴ Cf. Margarida Sobral Neto, “Os Correios na Idade Moderna”, *As Comunicações na Idade Moderna*, coordenação de Margarida Sobral, [...] pp.16-28.

¹⁵ “Ces notes se proposent donc de donner un premier aperçu des aspects organisationnels régissant le monde des gazetiers vénitiens, laissant de côté les implications politiques, diplomatiques et culturelles d’une plus vaste portée”. Cf. Mario Infelise, “Le marché des informations à Venise au XVIIe siècle”, *Gazettes et information politique sous l’Ancien Régime*, textes réunis par Henri Duraton et Pierre Rétat, introduction de Keith M. Barker, Saint-Étienne, Publications de l’Université de Saint-Étienne, 1999, p.118.

escribas, em cada semana, reproduziam as notícias, à mão, redigidas pelos gazeteiros que por sua vez se fundamentavam em folhas semelhantes, com notícias provenientes de outras cidades italianas e da restante Europa¹⁶.

Após o aparecimento da imprensa, um instrumento de produção massiva da escrita, o manuscrito especializou-se no cumprimento de uma série de funções que o distinguia do impresso, entre as quais, o de satisfazer a vontade de uma maior reserva e intimidade, e um certo secretismo. Numa época em que o público leitor moderno se encontrava em plena construção, a carta manuscrita representava uma espécie de circuito restrito, dirigido a um público diminuto, mesmo individual, perfeitamente identificável, que se opunha a um outro, desconhecido, massivo, para quem a tipografia imprimia. A circulação manuscrita servia a difusão de notícias, embora numa estratégia de *publicidade* muito mais controlada em relação à imprensa. Os historiadores que aprofundaram o estudo de avisos e gazetas manuscritas e impressas, interpretaram o movimento de notícias no tempo e no espaço da Idade Moderna, como tendo sido um precioso recurso e um elemento de negociação entre distintos grupos sociais e políticos. A rede de informação internacional que se havia formado no século XVI, com a opção por manuscritos ou por impressos, respondeu a uma clara consciência da dimensão dos beneficiários das notícias, vitais para o sucesso público e para a tomada de decisões de príncipes, políticos de Corte, mercadores, e homens de negócios¹⁷.

Inicialmente, a tipografia foi vista com algum receio, o que é compreensível se atendermos às mudanças por ela protagonizadas, implicando novidade técnica de produção, generalização da informação, deixando o meio restrito de circulação para se *tornar pública*. Nalguns sectores humanistas recusava-se a posse de livros impressos cuja qualidade era posta em causa em relação aos manuscritos. Em Portugal, o manuscrito tivera uma longa permanência, o que é inteligível se atendermos à entrada mais tardia da arte tipográfica¹⁸. No entendimento de João José Alves Dias, não sabemos qual foi o primeiro livro impresso de que houve conhecimento directo em Portugal, nem quando. Para este historiador, D. Afonso V foi o primeiro monarca português a ter conhecimento da nova invenção, e possivelmente, o primeiro que observou um prelo em

¹⁶ "le manuscrit parvint généralement à tromper la vigilance de ceux qui tentaient de le discipliner". Cf. Mario Infelise, "Le marché des informations à Venise au XVIIe siècle", *Gazettes et information politique sous l'Ancien Régime*, [...] p.119.

¹⁷ "El modelo es, por supuesto, el de los avisi italianos y encuentra su expresión en pliegos que, por ejemplo, solían llevar por título avisos, avisos de la corte o nuevas de la corte". Cf. Fernando Bouza, *Corre Manuscrito. Una Historia Cultural del Siglo de Oro*, Madrid, Marcial Pons, 2001, pp.150-151.

¹⁸ "Em Portugal, tanto quanto os estudos até hoje realizados o permitem afirmar, apenas se praticou a arte tipográfica nos últimos treze anos do século XV, sendo a produção conhecida de 30 edições, em hebraico, latim e português, nas quais predominam os textos de carácter religioso, o que, aliás, está de acordo com a orientação geral de produção da época". Cf. Maria Valentina C. A. Sul Mendes, "Nasce o Livro Impresso", *Tesouros da Biblioteca Nacional*, coordenação de Maria Valentina C. A. Sul Mendes, Lisboa, Edições INAPA, 1992, p. 93.

laboração¹⁹. Numa época em que o livro impresso já se tinha afirmado e em consequência, tornado objecto de comércio, impedir a propagação das técnicas tipográficas tornar-se-ia cada vez mais difícil, obrigando a uma progressiva libertação do modelo manuscrito²⁰.

1.4. Realidades da imprensa manuscrita

A historiografia espanhola dá relevo às *cartas de avisos* de finais do século XVI, ainda antes do ofício de informador profissional, a soldo, que terá surgido no século XVII – os chamados *avisadores*. Com a tomada de consciência de que construía acontecimentos novelescos, considera os avisadores precedentes dos gazeteiros, uma vez que já actuavam no negócio da folha impressa. Estes profissionais, além das notícias que recolhiam e escutavam aqui e ali, traduziam e reproduziam notícias impressas, que divulgavam nas chamadas *cartas de nuevas*²¹. Os avisos, uma vez *cartas de nuevas*, denominavam-se por vezes, *relación particular*, equivalente às francesas *nouvelles à la main*. O avisador Andrés de Almansa y Mendoza foi identificado como um dos mais destacados do primeiro terço do século XVII, reconhecendo-lhe várias cartas e relações de notícias, manuscritas e impressas, entre 1621 e 1627, algumas delas com variadas edições. Corresponde ao tempo dos primeiros anos da gestão do novo valido Gaspar de Guzmán, conde de Olivares, depois da morte de Filipe III e do descrédito social do seu valido, o duque de Lerma, numa época de um certo optimismo da sociedade castelhana ante a perspectiva de reformas. Este *avisador* erigira-se em propagandista do então conde-duque Olivares, juntamente com o seu concorrente Richelieu, um dos homens mais poderosas da Europa de então²². Mostrando no seu trabalho uma nítida consciência profissional de informador, servia-se da benevolência da censura ante o exercício do seu ofício. Os seus destinatários eram, fundamentalmente, aristocratas e funcionários que

¹⁹“Se não antes, pelo menos durante a viagem por França, nos anos de 1476-77. O Monarca passou meses em Paris, em dois períodos diferentes, participando em diversos actos, na Sorbonne”: Cf. João José Alves Dias, “Nova Forma da Transmissão do «Verbo» - A Imprensa”, “As Realidades Culturais”, *Nova História de Portugal*, dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. V, *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, coordenação de João José Alves Dias, Lisboa, Presença, 1998, p. 490.

²⁰ “Nos impressos mais primitivos era evidente o propósito de imitar o manuscrito, tanto nas características formais da obra como na letra usada. Não havia uma página destacada para o autor e título – estes elementos eram mencionados no incipit; não havia lugar determinado para a menção do impressor e data; não havia foliação e, finalmente, o tipo de letra usada começou por ser o gótico, tal como nos manuscritos coevos”. Cf. Maria Emília Lavoura, “O Surto do Livro Impresso”, *Tesouros da Biblioteca Nacional* [...], p. 196.

²¹ “De esos avisadores profesionales, el primero es Francisco Cabrera de Córdoba, que además de historiador deo precisamente por eso dio a conocer unas Relaciones de las cosas sucedidas en la corte de España desde 1599 hasta 1614”. Cf. Javier Díaz Noci, Mercedes del Hoyo Hurtado, *El Nacimiento del Periodismo Vasco. Gacetas donostiaras de los siglos XVII y XVIII*, Donostia, Eusko Ikaskuntza, 2003, p. 32.

²² “Almansa se preocupó, lo que no siempre era habitual entonces, de que su nombre fuese conocido como autor de esas relaciones y cartas de nuevas, y además las numeró, concibiéndolas claramente como una serie con intenciones comerciales, aunque sin periodicidad”. Cf. Javier Díaz Noci, Mercedes del Hoyo Hurtado, *El Nacimiento del Periodismo Vasco. Gacetas donostiaras de los siglos XVII y XVIII*, [...] p. 32.

precisavam de ser informados sobre os movimentos da Corte, para assim satisfazerem as suas expectativas de entrar ou manobrar no complexo mundo político do reinado de Filipe IV. Sendo apenas um exemplo do gazetismo manuscrito castelhano da primeira metade do século XVII, a historiografia reconhece a popularidade alcançada por este género informativo a ponto das “melhores penas do século lhe dedicarem uma parte do seu engenho”²³.

A informação manuscrita não foi menos relevante no espaço insular europeu. Desde meados do século XV, que a Inglaterra contava com uma considerada tradição manuscrita de tipo informativo, a *newsletter*²⁴. Porém, a recolha e produção sistemática de notícias escritas à mão começara em finais do século XVI. Em Inglaterra e nas suas colónias americanas, a informação periódica estendeu-se rapidamente a partir de finais do século XVII, quando as cidades principiaram a formar redes económicas e sociais. A difusão das notícias manuscritas, copiadas por escribas profissionais, dirigidas a uma rede de subscritores, ou bem vendidas nos escaparates dos livreiros londrinos tornara-se um negócio rentável na Inglaterra do século XVII. O êxito perpetuado pelas notícias manuscritas, que a multiplicação dos periódicos impressos não fizera desaparecer, assentava na ideia de que a *newsletter* manuscrita, inclusive na forma comercial, dirigia-se a um público de subscritores definido pela sua condição social elevada e bem posicionados na hierarquia do Estado e da Igreja. Em vez dos compradores anónimos das relações ou das gazetas impressas, o escriba jornalístico preferia clientes conhecidos e escolhidos. Por outro lado, o prestígio de que gozava a informação manuscrita permitia uma circulação mais livre. Entre 1620 e 1630, a Coroa inglesa não lhes impunha nenhuma censura, não porque a produção impressa tenha sido proibida, mas porque o carácter elitista do público receptor da *newsletter* tranquilizava as autoridades²⁵.

1.4.1. A imprensa manuscrita em Portugal

Em Portugal, a imprensa manuscrita também teve a sua representatividade. Desde meados do século XVI, que circulavam notícias manuscritas e impressas, sobretudo alusivas à Expansão e aos Descobrimentos, relacionadas frequentemente com os contratemplos sofridos pelas frotas marítimas. Sendo um período de significativa abertura e circulação de gentes e mercadorias, em Portugal, a ele estará implícito a necessidade de comunicação e relatos nomeadamente, os

²³ “Luís de Góngora Y Argote manteve, a partir de 1617, correspondência noticiosa com a sua terra natal, Córdoba, acerca das novas da Corte”. Cf. Javier Díaz Noci, Mercedes del Hoyo Hurtado, *El Nacimiento del Periodismo Vasco* [...], p.34.

²⁴ “(palavra que há llegado hasta nuestra época para designar los boletines informativos), desde al menos mediados del siglo XV”. Cf. Javier Díaz Noci, Mercedes del Hoyo Hurtado, *El Nacimiento del Periodismo Vasco* [...] p. 24.

²⁵ “Por lo demás, a menudo son los mismos hombres los que producen y vendem periódicos impresos y noticias manuscritas Cf. Roger Chartier *Inscribir y borrar. Cultura escrita y literatura (siglos XI-XVIII)*, traduzido por Víctor A. Goldstein, revisto pelo autor, 1ª ed., Buenos Aires, Katz Editores, 2006, pp. 111-112.

relatos de viagens²⁶. As relações tiveram uma crescente profusão até ao século XVIII. Sem carácter de regularidade, cada edição limitava-se a descrever um único acontecimento, sem comentários nem interpretações, com contornos por vezes fantasiosos. A primeira relação manuscrita a que a historiografia dá relevo é a *Notícia da Infelicidade da Armada de Sua Majestade Que Escreveu o Mestre de Santa Catarina*, constando de duas páginas, sobre a destruição da Armada Invencível, datada de 19 Outubro de 1588. José Tengarrinha acrescenta outras, de data posterior. Entre 1640 e 1643, salienta a divulgação de elevado número de folhas manuscritas com notícias avulsas de Portugal e de vários países, normalmente extraídas de gazetas estrangeiras. Serviam a crescente necessidade pública de notícias, num momento particular da vida política portuguesa, que procurava afirmar a sua independência e o reconhecimento no contexto da diplomacia europeia. Este período implicava uma maior produção de informação sustentando já uma função noticiosa que se começava a definir. Mesmo a partir do nascimento do nosso primeiro jornal, que ocorreu em 1641, as folhas manuscritas permaneceram²⁷.

A carta e o folheto manuscritos eram elementos de um circuito de informadores, de redes de correspondentes, destinados a levar a informação a um determinado ponto, para depois se voltarem a integrar numa outra cadeia que por sua vez iria alimentar uma nova configuração informativa. Especializadas na circulação de notícias, estas redes foram-se progressivamente adequando à dinâmica do mundo moderno servindo paralelamente outros fins, em especial, o mundo dos negócios. A carta, correspondendo a um tipo de correspondência individual, servia de relatório sobre o que de relevante se passava no local onde era registada. O folheto, apresentado com alguma sequência, sob um título e exemplar único, obedecia a uma sucessão de informação com um carácter tendencialmente periódico²⁸. No início do século XVIII, não havia qualquer *Gazeta* e a informação, que era vasta, dependia totalmente da rede de correspondentes. Nessas folhas veiculavam-se notícias das guerras, da política, da sociedade e curiosidades do tempo, sendo maioritariamente respeitantes a Portugal, ao contrário do que se viria a verificar na *Gazeta de*

²⁶ “ O relato mais antigo que se conhece deste tipo é o texto Galeão Grande São João, conhecido por Naufrágio de Sepúlveda [1554], de autoria anónima. Outros relatos merecem beneficiar igualmente da atenção da análise literária pela raríssima capacidade e escrita do patético, pela descrição paralela da tensão psicológica e do seu pendor pessimista, como se verifica na Relação do Naufrágio da Nau Santiago, de Manuel Godinho Cardoso, e na Relação do Naufrágio da Nau Conceição, de Manuel Rangel, primeiramente publicada em 1556, entre outras.” Cf. Eurico Gomes Dias, *Gazetas da Restauração: [1641-1648]*, uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas (edição transcrita), Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006, p. 32.

²⁷ Cf. José Tengarrinha, *História da Imprensa Periódica Portuguesa* [...], pp. 26-27.

²⁸ “Escreve-se normalmente em dias certos, seja pela organização das actividades semanais do correspondente, seja pela eventual regularidade das actividades, seja pelos ritmos de chegada e partida dos correios, nomeadamente dos barcos. Cf. João Luís Lisboa, Tiago C. P. dos Reis Miranda, Fernanda Olival, *Gazetas Manuscritas da Biblioteca de Évora*, Lisboa, Edições Colibri, 2002 pp. 13-15.

Lisboa, que não excedia, em regra, os 10%. Tratava-se de um domínio manuscrito cuja circulação se multiplicava²⁹.

À semelhança do que se passou na Europa, em Portugal, ao longo dos séculos XVII e XVIII, a coexistência de informação manuscrita e impressa foi uma realidade que se prolongou até ao século XIX. Haverá cada vez menos informação a correr manuscrita através de versões copiadas e organizadas pelo próprio leitor, ou por escribas privados, mas mesmo assim, *a Gazeta de Lisboa*, não deixa de as anunciar. São processos lentos próprios de situações que exigem mudanças comportamentais, por vezes difíceis de interiorizar, em particular porque na primeira metade do século XVIII, a maioria dos nobres e dos eclesiásticos, bem como os juristas, os grandes mercadores e os grandes proprietários de bens fundiários eram alfabetizados. Ao poderem fazer uso das capacidades de escrever ajudariam a fomentar a comunicação escrita, servindo particularidades pessoais limitadas a um universo exíguo de interlocutores³⁰.

Mas outros aspectos configuram a sua permanência. O privilégio dado ao manuscrito era elevado. Por ser obra única e muitas vezes obra de arte, na primeira metade do século XVII, o valor de algumas livrarias em Portugal estava intimamente ligado ao número de manuscritos que possuía. Como adianta Teresa A. S. Duarte Ferreira, houve inicialmente sinais de resistência e mesmo de recusa da livre difusão da imprensa³¹. A sua permanência até ao século XIX será certamente justificada por motivos culturais e mesmo mentais. O peso da tradição continuaria a privilegiar o manuscrito como transmissor do conhecimento erudito, representando a obra única reservada apenas a elites de várias condições. Enriquecidos com iluminuras, e muitas vezes com encadernações valiosas, quando precedidos de uma dedicatória, destinavam-se ao uso pessoal de uma personalidade, sendo frequentemente oferecidos para obtenção de favores aos seus autores.

André Belo identifica, para a época, uma das principais redes de troca de informação manuscritas nacionais, situada em Santarém, à qual pertencia José Freire Monterroio Mascarenhas, o redactor da *Gazeta de Lisboa*, entre 1715 e 1760. Com uma posição geográfica estratégica, a 70 quilómetros de Lisboa, junto ao Tejo, facilitava o estabelecimento de relações informativas entre o

²⁹ “Tal como acontece com os manuscritos em geral, e os acima mencionados em particular, não nos é possível saber quantos e quais folhetos periódicos circulavam em Portugal na primeira metade do século XVIII”. “Estes folhetos eram lidos um pouco por todo o país. Será certamente um universo bem mais restrito do que o das «newsletters» inglesas ou das «nouvelles à la mains» francesas”. Cf. João Luís Lisboa e outros, *Gazetas Manuscritas da Biblioteca de Évora*, [...], pp. 16-18.

³⁰ Cf. Isabel Drumond Braga, “As Realidades Culturais”, *Nova História de Portugal*, dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. VII, *Da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, Coordenação de Avelino Freitas de Meneses, Lisboa, Editorial Presença, 2001, pp.488-489.

³¹ “Apesar do reconhecido o valor da tipografia para o avanço cultural da Humanidade, membros de alguns grupos sociais, como o dos letrados, manifestavam a sua recusa”: Cf. Teresa A. S. Duarte Ferreira, “O Manuscrito Permanece”, *Tesouros da Biblioteca Nacional*, [...], p. 217.

centro e o norte de Portugal e a Coroa, à qual pertenciam reputados novelistas³². A Casa da Divina Providência, o convento dos teatinos de Lisboa, fazia parte dos elementos de referência dessa rede. Daqui recebia Luís Montês Mattoso notícias da Corte com que alimentavam os folhetos redigidos em Santarém, nomeadamente o *Anno Noticiosos e Histórico*.

2 - NOTÍCIAS IMPRESSAS

2.1. A imprensa: uma novidade técnica

A tipografia e a prensa de impressão foram, para a época, uma revolução nos meios de produção da escrita, da tal forma, que ainda hoje nos debruçamos sobre o seu impacto na construção da Idade Moderna, considerada decisiva na edificação de um novo paradigma cultural. Marcou, sem dúvida, a materialização das capacidades criativas e intelectuais do ser humano, colocando-o no progresso das técnicas de comunicação, que não mais pararam. Com o incremento da posta, a introdução do papel na Europa, a imitação do método da impressão da xilografia, conduziu à descoberta pelo holandês de Haarlem, Laurens Janszoon (1423-1437) de letras de madeira isoladas, seguido pelo mongúcio Johann Gutenberg, dos caracteres móveis, feitos de uma liga de três metais – chumbo, antimónio e estanho – numa oficina de ourivesaria da Mogúncia por volta de 1450. Gutenberg não só participou na invenção da tipografia como também na invenção da prensa de impressão. Esta novidade técnica de produção da escrita concorreu com as notícias escritas à mão e, conseqüentemente, incentivou a difusão da informação. Não deixa de constituir um *meio publicitário* de significativo relevo, abrindo os horizontes do conhecimento. A rápida aclimação à imprensa partiu de entidades intelectuais, de centros de produção de saber que não mais recusaram a novidade. Em 1470, a universidade francesa da Sorbonne instalou no edifício do colégio tipógrafos alemães. Em ligação com alemães e italianos, também a cidade de Lyon, acolheu os impressores³³. O primeiro livro foi impresso em 1473. Em Toulouse a imprensa tornou-se particularmente activa. Desde 1476, que ali se produziam alguns incunábulos consagrados a

³² “Desses novelistas destaca-se Rodrigo Xavier Pereira de Faria, secretário municipal (Escrivão da Câmara) e da Misericórdia desta vila de Santarém, destinatário regular de Monterroio entre 1741 e 1749. Pereira de Faria associado ao padre Luís Montês Mattoso, notário apostólico e residente em Santarém, estes dois homens coordenavam a redacção duma série de periódicos manuscritos que, de forma bem evidente a partir de 1740, circulavam paralelamente com a gazeta impressa”. Cf. André Belo, “Nouvelles imprimées et nouvelles manuscrites dans le Portugal du XVIII siècle: le caractère social de l’information”, *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. 49, Lisboa, Paris, 2005, p. 137.

³³ “Importante centro comercial, a tipografia atinge nesta cidade uma grande produção e também um maior grau de aperfeiçoamento. Devido à sua situação geográfica, Lyon tornou-se uma activa cidade tipográfica, aonde converge grande número de impressores alemães”. Cf. Maria Valentina C. A. Sul Mendes, “ Nasce o Livro Impresso”, *Tesouros da Biblioteca Nacional*, [...], p. 82.

assuntos diversos³⁴. Os tipógrafos alemães exportaram para a Europa o seu saber técnico sendo chamados pelos principais centros de informação para se instalarem e exercerem a nova arte. Os Países-Baixos começaram a desempenhar a actividade a partir de 1473 nas cidades de Alost e em Lovaina, esta famosa pela sua Universidade³⁵.

Em Castela, foi em Segóvia, nos finais de 1472, que se produziu o primeiro texto impresso. O surto impressor que se propagou a outras cidades, não terá sido somente resultante da influência dos alemães, mas também da acção de tipógrafos judeus que mantinham contactos estreitos com os seus correspondentes italianos. Desde 1475, que imprimiam com caracteres hebraicos. Neste período, em Portugal, havia uma comunidade judaica próspera e influente, bem relacionada com a castelhana, parte da qual, escolheu como destino Portugal aquando do estabelecimento da Inquisição em Castela, em 1478. Esta comunidade foi decisiva na introdução da tipografia em Portugal³⁶. Em Leiria, Samuel d'Ortas e seus filhos, instalaram uma oficina que produziu o primeiro texto em 1492. Em 1496, um dos seus filhos, Abraão d'Ortas publicou a única edição latina saída das oficinas judaicas³⁷. Segundo observação de João José Alves Dias, não foram só estes que trouxeram para Portugal a novidade e utilidade da imprensa. Outras fontes foram, de igual modo, importantes na propagação da tipografia. Estudantes portugueses frequentavam universidades estrangeiras onde tomariam contacto directo com a produção impressa, não deixando de a transmitir aos seus conterrâneos. Também o contacto com os principais centros de produção do livro impresso ajudaria a propagar a informação³⁸.

Com a expulsão dos judeus decretada por D. Manuel I, em 1496, tipógrafos estrangeiros são chamados ao reino para instalar a nova arte, ajudando a criar uma escola tipográfica nacional. Nessa produção tivera relevo os trabalhos do impressor lisbonense Valentim

³⁴ "Les Ordonnances faictes par le Roy notre Sire touchant le fait de la justice du Pays de Languedoc leues, publiées et enregistrees en la court du Parlement de Tholose [...] Cf. "Les origines de la presse d'information", *Histoire Générale de La Presse Française*, [...], p. 30.

³⁵ "Muitas outras cidades europeias conheceram a arte tipográfica ainda durante este século, entre as quais Budapeste em 1473, Cracóvia em 1476, Viena em 1482, Estocolmo em 1483 e Copenhague em 1493". Cf. Maria Valentina C. A. Sul Mendes, "Nasce o Livro Impresso", *Tesouros da Biblioteca Nacional*, [...], p. 86.

³⁶ "Na cidade de Faro, onde existia uma importante comunidade judaica, Samuel Gacon monta uma oficina tipográfica. Inicia a sua actividade publicando, em 1487, um texto bíblico de leitura semanal, o Pentateuco. Este é o primeiro livro que se conhece impresso em Portugal. Faro figura como a primeira cidade portuguesa a conhecer a imprensa e uma das primeiras da Europa com tipografia de caracteres hebraicos". Cf. Maria Valentina C. A. Sul Mendes, "Nasce o Livro Impresso", *Tesouros da Biblioteca Nacional*, [...], p. 87.

³⁷ "A tradução por José Vizinho, judeu e colaborador científico de D. João II, do *Almanach perpetuum* de Abraão Zacuto, matemático e astrónomo judeu. Continha as tábuas astronómicas com a longitude e declinação do Sol; representa a transposição dos conhecimentos da astrologia judaica para a ciência náutica portuguesa". Cf. Maria Valentina C. A. Sul Mendes, "Nasce o Livro Impresso", *Tesouros da Biblioteca Nacional*, p. 87.

³⁸ "O livro impresso era produzido, desde meados do século XV, em Estados com os quais Portugal mantinha vastas relações comerciais e culturais; na Alemanha (Mainz) desde meados do séc. XV, nos Estados da Igreja (Subiaco), desde 1472 [...]". Cf. João José Alves Dias, "As Realidades Culturais", *Nova História de Portugal*, [...], vol. V, coord. de João José Alves Dias, [...], p. 490.

Fernandes de Morávia. Em 1496, de parceria com Nicolau da Saxónia, saiu do prelo a *Estorea de Vaspasiano*, incunábulo de que apenas se conhece um exemplar truncado³⁹. No reinado de D. João V a tipografia sofreu um verdadeiro impulso. O próprio monarca se empenhara no seu incremento, o que é revelado pelas várias medidas levadas a cabo durante a sua governação⁴⁰. Em 1720, D. João V fundou a Academia Real da História e equipou-a com uma tipografia, conferindo-lhe os meios materiais para a impressão das suas obras *in folio*. Dos estrangeiros contratados realça-se o francês Jean Villeneuve que, a partir de 1732, criou os caracteres tipográficos que mereceram a aprovação da Academia⁴¹. Em 1768, sob os auspícios do Marquês do Pombal, foi fundada a Real Oficina Tipográfica, isto é, a Impressão Régia, a qual está na origem da actual Imprensa Nacional. Foi uma acção didáctica antes da Reforma da Universidade.

A invenção da imprensa significou a afirmação das tipografias nos mais importantes centros urbanos da Europa nos anos imediatos à sua criação, sendo as responsáveis pela vulgarização da informação que a partir daí se iniciou. Não raras vezes atribuíram aos tipógrafos apenas a função de agente *publicitário*, e a sua eficácia, considerada com base unicamente no que colocavam em circulação. É, todavia, inquestionável o seu papel como agentes de mudanças culturais e intelectuais pelo aumento da produção dirigida a mercados relativamente estáveis, como era o caso das Universidades. A tipografia criou as condições que permitiram inicialmente novas combinações de antigas ideias e, mais tarde, o nascimento de métodos de pensamento completamente novos. Ao mesmo tempo deu origem a novas profissões, umas directamente ligadas à realização das edições das obras, outras aos processos mecânicos correlacionados com a oficina⁴².

2.2. Suportes de difusão: ocasionais e panfletos

Os ocasionais – folhas noticiosas impressas – comuns na Europa desde o século XV, constituem o género que melhor representa o conceito actual de imprensa: tratavam de assuntos da actualidade, informavam, procuravam o sensacional, mas não tinham periodicidade. Traduzindo-se

³⁹ “A célebre *Gramatica Pastrana* (1497); as *Epistolae et Orationes* de Cataldo Sículo (1500), obra fundamental sobre as raízes do humanismo português” Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. III, 3ª ed., revista e aumentada, Lisboa, Ed. Verbo [s.d], p. 376.

⁴⁰ “Chegaram a Portugal diversos artesãos estrangeiros, nomeadamente compositores, estampadores, gravadores, especialmente flamengos e franceses, ao mesmo tempo que o monarca enviou portugueses para o estrangeiro para aí aprenderem tais artes”. Cf. Isabel Drumond Braga, “As Realidades Culturais”, *Nova História de Portugal*, vol. VII [...], p. 506.

⁴¹ “E tem uma aceitação tal que é levado a dizer do Rei Magnânimo: «com a generosa protecção de Vossa Majestade não só renascerem em Portugal as letras, mas agora pode dizer-se que nascem»”. Cf. Maria Emília Lavoura, “O Surto do Livro Impresso”, *Tesouros da Biblioteca Nacional* [...], p. 210.

⁴² Cf. Dino Carpanetto, e outros, “A Invenção da Imprensa”, *História Universal*, vol. VII, *O Nascimento do Mundo Moderno*, coord. Mónica Monteys, versão portuguesa, coordenação Verbisberia, tradução Cátia Granadeiro, e outros, Espanha, Planeta de Agostini, Spa, 2005, pp. 262-263.

por simples produções editadas ocasionalmente, com a finalidade de darem a conhecer acontecimentos relevantes da Corte ou do Príncipe, ou do universo do fenomenal, este género de informação superou progressivamente a cópia manuscrita e a impressão reduziu cada vez mais o espaço ocupado pela cópia. Com diferentes títulos: *relatione* em latim; *occasionel* em França; *Zeitung* na Alemanha; *relazione* ou *gazzeta* em Itália apresentavam, por vezes, interessantes sumários. E para os tornar mais atraentes, não raras vezes o impressor lhes juntava uma pequena ilustração gravada em madeira a ornamentar uma das páginas⁴³. A historiografia francesa situa os seus mais antigos ocasionais no final do século XV, ao tempo de Luís XI, relacionando-os com o tratado concluído em 24 de Dezembro de 1482, entre este monarca e Maximiliano de Áustria, impresso em duas folhas. Também a reunião dos Estados Gerais, em Tours, de Janeiro a Março de 1484, suscitou a impressão de numerosos folhetos. Difundidos em todo o reino, conservaram um tom oficial e impessoal⁴⁴.

Em Portugal, na perspectiva de Alfredo da Cunha, nos séculos XVI e XVII, à semelhança do que se passou noutras Monarquias, foram inúmeras as *relações* a propósito de assuntos sérios e jocosos, sagrados e profanos, compreensível face à realidade histórica portuguesa do momento. As *relações* até então em voga, não tinham data certa, nem provável de saída, surgindo ao acaso, sem sequência, à mercê da oportunidade, importância e singularidade do que relatavam. Dado o seu carácter meramente eventual, nem os leitores contavam com elas, nem os seus autores poderiam contar com a receptividade dos leitores⁴⁵.

A *imprensa panfletária*, como menciona a historiografia, integrava conteúdos mais vocacionados para artigos de erudição, reflectindo preocupações religiosas e moralizantes próprias da época⁴⁶, sendo subestimada pelo poder dos ocasionais centrados em notícias da gesta real. Porém, quer aos *ocasionais* quer os *panfletos*, faltava-lhes a periodicidade, o essencial duma *Gazeta*. Governar tornara-se num assunto de relações públicas que exigia continuidade, e a Monarquia no século XVII compreendeu a importância dos periódicos como um instrumento de poder⁴⁷.

⁴³ "Un ou plusieurs bois ornent la page de titre, le verso de cette page, le dernier feuillet et parfois le corps du texte". Cf. "Les origines de la presse d'information", *Histoire Générale de La Presse Française*, dir. De Claude Bellanger, [...], p. 31.

⁴⁴ "Et elles paraîtront avec ces mêmes caractères sous Charles VIII. Mais sous Charles VIII une nouvelle catégorie s'amorce: les bulletins qui informent sur la vie du roi". Cf. "Les origines de la presse d'information", *Histoire Générale de La Presse Française*, dir. De Claude Bellanger, [...], p. 35.

⁴⁵ Cf. Alfredo da Cunha, *Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa (1641-1821)*, Lisboa, [s. e.], 1941, pp.35-37.

⁴⁶ "Ils puisent dans les faits divers, en retirent le récit des meurtres les plus abominables ou des exécutions capitales. La description du supplicé démembré ou embrasé par les flammes du bûcher introduit le prêche vertueux". Cf. Jean Paul Bertaud, *La Presse et le Pouvoir de Louis XIII à Napoléon Ier*, Perrin, Librairie Académique, 2000, pp.16-17.

⁴⁷ "La technique de l'impression qui progresse en permet la parution, le Mercure français se propose en 1611 d'être un recueil annuel des principaux événements. Le Père Joseph, «l'Éminence grise» du cardinal de Richelieu, en devient le

2.3. A imprensa panfletária no século XVII

O início do século XVII assistiu a uma verdadeira explosão da informação. Toda a espécie de impressos conheceu um significativo crescimento. A multiplicação de pequenos opúsculos, os almanaques, os panfletos, com ofertas a bom preço, conduziu a que a imprensa atingisse uma parte significativa da sociedade do Antigo Regime, contribuindo para o seu crescimento no espaço europeu. As guerras de religião que assolaram a Europa englobaram uma série de conflitos religiosos e políticos. Transformando-se numa imensa luta fratricida à escala europeia, despertaram o interesse pelo que se passava. As inúmeras peças de ocasião representaram a forma mais arcaica da imprensa periódica⁴⁸. No espaço europeu, a fronteira entre letrados e iletrados esbateu-se dando lugar a uma outra realidade social onde emergiu uma camada intermediária de “semi-letrados” em condições de interpretar o texto de cartazes e de pequenos opúsculos com caracteres de grandes dimensões, sem no entanto saberem escrever⁴⁹.

A historiografia reconhece dois géneros de informação impressa: os livros para os ricos e a folhas soltas para os pobres. O preço acessível destas peças, conhecidas por impressos de cordel, era fundamental para que as gentes de condição económica baixa as pudessem comprar. Tinham em comum o serem produzidas em papel de má qualidade, impressão descuidada, por vezes desgastada e com abundantes erratas. Para as tornar mais atraentes, sempre que possível, levavam uma decoração, tosca e reutilizável, e em muitos casos sem relação com o tema abordado. À parte do baixo nível estético e da má qualidade dos conteúdos, outra particularidade destes impressos de cordel, dirigidos a uma comunidade pouco letrada, a sua difusão era feita a cargo de vendedores ambulantes, por vezes cegos. De características conservadoras, por razões várias foram na generalidade mal conservados, nomeadamente pela falta de cuidado⁵⁰.

A evolução da compreensão da escrita não só inquietou as autoridades, como a levou a dela se servir de forma a influenciar o que hoje se designará por opinião pública⁵¹. No Estado

directeur à partir de 1624 et jusqu'en 1639 " Cf. Jean Paul Bertaud, *La Presse et le Pouvoir de Louis XIII à Napoléon Ier*, [...], p. 17.

⁴⁸ “Impressas em papel de fraca qualidade, frágeis e sem beleza, discursos, sátiras, obras de teatro, literatura de cordel, relações de acontecimentos extraordinários, relações anónimas que representam a forma mais arcaica da imprensa periódica”. Cf. Maria Emília Lavoura, “O Surto do Livro Impresso”, *Tesouros da Biblioteca Nacional*, [...], p. 200.

⁴⁹ “Le monde des analphabètes lui même est touché par les lectures publiques et par la propagation des idées livresques de bouche à oreille. Les plus profonds débats religieux et politiques sortent des cercles feutrés des spécialistes et des savants latinistes, pour trouver un écho jusque dans le petit peuple urbain”. Cf. Georges Minois, *Censure et Culture sous l'Ancien Regime*, Paris, Fayard, 1995, p. 105.

⁵⁰ Cf. Francisco Mendoza Díaz-Maroto, *Panorama de la Literatura de Cordel Española*, Madrid, Ollero & Ramos, Editores, 2001, p. 27.

⁵¹ “Les effets de l'écrit sur la culture populaire au XVIIe siècle peuvent être mis en parallèle avec ceux de la télévision”: l'apport massif et brutal d'information, de faits dispersés, sans schéma global d'explication”. Cf. Georges Minois, *Censure et Culture sous l'Ancien Regime* [...], p. 106.

Moderno começa a formar-se uma ideia de opinião, cuja noção assenta nos juízos compartilhados por um alargado conjunto dos componentes de dado grupo social, de tal modo que um indivíduo ao exprimir alguns desses juízos perante os elementos do grupo tenha considerável probabilidade de o não ver repellido, mas sim de encontrar um ambiente de receptividade e aprovação. Trata-se de uma opinião, isto é, de um juízo individual, mas que é público e, portanto, circula entre indivíduos num dado meio social de modo a tornar-se comum e até colectivo. A opinião pública deverá ser considerada em relação a um grupo social, cidade, vila, ou concelho, não sendo por via de regra uniforme⁵². O tema evoluiu quando se verificou a identificação separada da sociedade civil e do Estado Moderno, ganhando dinamismo e consistência suficiente para acompanhar a gestão dos interesses públicos pelos agentes da política. Citando Ana Cristina Araújo, a sua manifestação nunca foi pacífica⁵³. Neste processo de comunicação, a imprensa periódica ao abrir a um maior número de leitores as linhas de pensamento de vários autores, promoveu o exercício da crítica, assegurando o espaço reservado à opinião pública. Neste contexto, será através da “publicitação e da circulação rápida das ideias que a liberdade de julgamento contamina a esfera colectiva”⁵⁴.

2.3.1. O poder da imprensa panfletária

Em França, o enfraquecimento do controlo da informação que marcara o último ano de Mazarine (1643-1661) e o início do reinado de Luís XIV (1643-1715), com uma nova inflação de panfletos, fora bruscamente interrompida pelo novo ministro Jean Baptiste Colbert (1619-1683) que, desde 1667, reduziu o número de livrarias, controlou o processo de atribuição do privilégio de imprimir, rodeando-se de um corpo de censura responsável pela leitura dos manuscritos, e de redigir os relatórios circunstanciais de autorização, ou recusa de publicar⁵⁵. Na repressão de edições clandestinas e de livros estrangeiros não autorizados, Colbert serviu-se da eficácia de comissários e

⁵² Cf. Marcelo Caetano, *A Opinião Pública no Estado Moderno*, Lisboa, [s.e.], 1965, p. 12.

⁵³ “No plano político, o novo conceito instaura uma modalidade alternativa de representação, sem ligação a qualquer poder instituído [...] e, no plano cultural, «postula a evidência de uma unanimidade», suportada, sem distanciamento aparente, por aqueles que realmente dão voz à chamada opinião pública, ou seja, as elites esclarecidas”. Cf. Ana Cristina Araújo, *A Cultura das Luzes em Portugal, Temas e Problemas*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003, p. 67.

⁵⁴ “O público leitor surge, então, como suporte invisível dessa nova «autoridade imaginária» que recusando a censura prévia dela se liberta através do julgamento independente da crítica”. Ana Cristina Araújo, *A Cultura das Luzes em Portugal, Temas e Problemas*, [...], p. 68.

⁵⁵ Cf. “Le système sera perfectionné à la fin du règne par l’abbé Bignon, Directeur de la Librairie de 1699 à 1714, qui aura pendent quinze ans la haute main sur l’édition française”. Cf. Georges Minois, *Censure et Culture sous l’Ancien Régime*, [...], p. 138.

intendentes da polícia. Os livros religiosos foram objecto duma vigilância mais intensa, aumentando o número de censores de cerca de uma dezena para uns sessenta⁵⁶.

Em Inglaterra, a imprensa panfletária adquiriu um certo dinamismo, daí ter servido um alargado domínio informativo. Decretos reais, batalhas, até a propaganda de um ou outro país foram recorrentemente objecto de interesse noticioso⁵⁷. As notícias de Antuérpia (1580) consistiram numa série de cartas interceptadas determinadas a provar que a paz com Espanha era impossível. John Wolfe terá sido o mais notável panfletário de notícias referentes à guerra com a França e com os Países Baixos. Mas as notícias panfletárias não respeitavam qualquer regularidade. Faltava-lhes um indicativo de periodicidade, o que tornara inevitável uma nova expansão de cartas pessoais, e a longa permanência destas, o mais comum e apreciado meio de disseminação informativa para a época. Mas as notícias impressas converteram-se no instrumento e na forma mais eficaz de chegar à opinião pública, o que justifica o seu significativo acréscimo em períodos de agitação política e social, de que foi exemplo a reforma Henriquina, com um significativo aumento do volume de panfletos, publicados pelos propagandistas do Rei⁵⁸.

Mas tudo mudara quando a Inglaterra entrou em guerra com a Espanha. Desde 1585, o desejo de notícias e, correspondentemente, o número de novos de panfletos, aumentaram rapidamente. Mas também aumentara a pressão da censura sobre a actividade panfletária⁵⁹. Em 1586, o processo foi regularizado e cerceado por um decreto do tribunal ligado a crimes contra os interesses da Coroa (*Star Chamber*). Relatos referentes a assuntos passados no estrangeiro eram geralmente restringidos pelo perigo que representavam para a Coroa⁶⁰. Neste contexto, haverá uma clara tendência para a permanência, e até o aumento de cartas manuscritas, normalmente preparadas por verdadeiros profissionais. Sagazes políticos, quando deslocados no estrangeiro por alargados períodos de tempo, encorajavam amigos e servidores a mantê-los informados. Mas nos períodos de grande tensão, pelo risco de interceptação a que as cartas estavam sujeitas, adequavam o conteúdo da informação conotando-a com assuntos banais como aventuras de amigos, ou sobre o que se passava

⁵⁶ “Edme Pirot (1631-1713), syndic de la faculté de théologie, fidèle exécutant des décisions officielles. Il censure les livres cartésians, jansénistes, ceux d’exégèse, aussi bien que les ouvrages mystiques; il suit une ligne gallicane traditionnelle, opposée à toute nouveauté”. Cf. Georges Minois, *Censure et Culture sous l’Ancien Régime*, [...] p. 140.

⁵⁷ “The adventures of the Huguenots in France or of the Protestant rebels in the Low Countries engendered a wide variety of tracts. Some, like *The French King’s Edict ... for the Pacification of his Realm* (1581), were hardly more than translations of government documents”. Cf. Fritz Levy, “The Decorum of News”, *News, Newspapers, and Society in Early Modern Britain*, edited by Joad Raymond, London, Frank Cass Publishers, 2002, pp.17 [first published in 1999].

⁵⁸ “Similarly, there is suddenly a group of at least a dozen tracts published in 1562, when an English expeditionary force, intended to help the Huguenots, crossed the Channel”. Cf. Fritz Levy, “The Decorum of News”, *News, Newspapers, and Society*, [...], p. 18.

⁵⁹ “Nothing was to be published without first being entered in the Company’s register and the entries required licences from the appropriate officials”. Cf. Fritz Levy, “The Decorum of News”, *News, Newspapers*, [...] p.19.

⁶⁰ “Reports concerning foreign affairs were generally restricted, because there was too much danger of insulting a fellow monarch, thus leading to ambassadorial complaints”. Cf. Fritz Levy, “The Decorum of News”, *News, Newspapers*, [...], p.19.

nalgum distrito. Adicionalmente progrediram meios informais de comunicação tais como boatos, calúnias e libelos. Estes incluíam cartazes, poemas manuscritos que circulavam entre amigos e colocados em lugares relevantes. A longa guerra entre a Inglaterra e Espanha fora responsável por muita desta informação.

A historiografia espanhola também revela uma fértil literatura impressa propagadora de notícias sensacionais. Durante o século XVI, começaram a proliferar papéis impressos, de existência circunstancial, *nascidos para correr muito e existir pouco*. No final do reinado de Filipe II, e muito particularmente no de Filipe III, este género de publicações progredira significativamente procurando imitar o que se passava no espaço italiano. Os mais activos e endinheirados mercadores, homens de negócios, uma burguesia em ascensão recorria a folhas soltas impressas, através das quais fazia chegar aos seus correspondentes, aos homens de negócios congéneres, as notícias que convinham à sua actividade, ou mesmo para fins particulares. Este meio de informação, que se tornara uma novidade de comunicação, fora seguido por outras estruturas sociais, como as casas aristocratas e de forte pendor religioso, as que intervinham activamente na política, e donde saíam excelentes varões para os tribunais, governos e embaixadores⁶¹. Faltava-lhes todavia um papel que os reunisse e os prendesse a todos, e que metodologicamente definisse um fim comum. Esse papel viria a ser empreendido pela *Gaceta de Madrid*.

Alfredo da Cunha menciona a proliferação panfletária no reinado de Filipe IV de Castela, respeitante à instabilidade social que se estava a passar em Portugal. O autor refere um opúsculo, do Dr. João Pinto Ribeiro, de 1632, que provocou a intervenção do Monarca, reprimindo os que o deixaram correr, assinalando, desse modo a inquietação de Madrid, face aos “descontentamentos revelados por diversos livros e folhetos dados à luz sobre matérias políticas e sucessos próximos”⁶². Tudo se imprimia e reimprimia, espalhava e comentava, de modo a penetrar e a persuadir a sociedade portuguesa nos diversos grupos sociais.

⁶¹ “Y no se cuidaban tampoco los próceres y magnates en hacer imprimir y circular esta classe de periódicos, ya para satisfacer su vanidad, ya para popularizar sus hazañas y captarse la general estimación”. Cf. Lucienne Domergue, Reyes Escalera Pérez, José Miguel Morales Folguera, Marion Reder Gadow, *Crónica festiva de dos reinados en la Gaceta de Madrid* (1700-1759), dir., Margarita Torrión, Málaga, C.R.I.C. & OPHRYS, 1998, p.11-12.

⁶² Cf. Alfredo da Cunha, *Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa (1641-1821)*, [...], p.38.

II

IMPrensa PERIÓDICA

1 - A CONSTRUÇÃO DA IMPrensa PERIÓDICA

A evolução das técnicas de impressão fomentaram o crescimento da informação e a sua regularidade tornara-se cada vez mais uma exigência do período Moderno. A historiografia reconhece os *almanaques* e os *calendários* como as primeiras publicações que respeitaram uma periodicidade, outorgando-lhes a génese da imprensa periódica europeia. Todavia, é com a *Gazeta* que se estabelece a sua constituição definitiva. Construtora de um documento textual, massivo e homogéneo prevalecente durante uma longa duração, teve a possibilidade de formar o léxico mais comum, o mais habitual, e o que se vai tornar mais frequente na construção da cultura política europeia. Apesar de algumas divergências de opinião sobre a natureza do texto, muitas vezes considerado árido, repetitivo e extremamente coagido pelo poder, originando um certo despreço de alguns, os mesmos contemporâneos liam as gazetas com assiduidade. Esses leitores não encontram somente as notícias que procuram. Indirectamente acedem a uma outra conjuntura lexical em emergência, a da política, onde desponta uma visão universal de todos os fenómenos do poder e do domínio, e da regulação das sociedades – dos modos, dos rituais conservadores, ou de formas conflituosas da vida interior, ou das relações recíprocas que as regulam. É aí que os homens do Antigo Regime, no sentido lato da expressão, com o seu horizonte de percepção, de compreensão e de interpretação dos acontecimentos, desempenham um papel preponderante na construção de uma verdadeira cultura política⁶³.

1.1. Almanques

Os almanques, pertencentes ao domínio da chamada literatura popular⁶⁴, são reconhecidos como as primeiras publicações periódicas, nascidos em vários países europeus. Foram continuadores dos que se começaram a imprimir em Mayence, em 1448. O almanaque editado em Paris em 1491, de periodicidade anual, aparece com um fundo de informação orientada para um quotidiano de natureza diversa. Reeditado durante mais de dois séculos, foi imitado em Genebra sob o título *Le Grand Calendrier des Bergiers*. De características populares, servia uma informação

⁶³ "C'est par le langage que s'ouvre une des voies d'accès les plus directes aux structures profondes et stables de la représentation politique." Cf. Pierre Rétat, "Politique et administration", *Gazettes et Information Politique sous l'Ancien Régime*, textes réunis par Henri Duranton, [...], p.269.

⁶⁴ Cf. François Furet, "A Livraria do Reino de França no século XVIII", in *A Oficina da História*, vol. 8, tradução revista por Adriano Duarte Rodrigues, Lisboa, Gradiva, [s.d.], p. 148.

alargada: feriados públicos; fases da lua e movimentos dos planetas; directivas agronómicas; conselhos práticos, sobretudo de ordem médica e farmacêutica; anedotas brejeiras de tendência anti-feminista; orações alusivas a penas do inferno, destinadas a atraírem um vasto público, mesmo o iletrado. No século. XVI, o almanaque destinava-se a prever o futuro. Ritmado pela divisão do tempo, vai pouco a pouco associar-se ao presente, sendo o de Nostradamus (1550) o exemplo que melhor protagonizava essas particularidades. Alguns revestiam um aspecto satírico ou mesmo panfletário⁶⁵. Em 1628, Richelieu (1585-1642), invocando razões de Estado, regulamentou estes periódicos sob o pretexto de que os seus redactores extravasavam as marcas do dever, empregando coisas inúteis e sem fundamento autêntico, que apenas serviam para embaraçar os espíritos fracos. Esta ideia acentuar-se-ia um pouco por todo o lado. Isabel Drumond Braga alude à divisão das elites sobre a utilidade dos almanaques⁶⁶. Mais tarde, já no século XVIII, em Espanha, Carlos III, por decreto de 21 de Julho de 1767, interferiu na passagem de licenças para imprimir prognósticos, atendendo ao uso do almanaque como livro de leitura, sendo esse conteúdo considerado prejudicial à instrução pública⁶⁷.

Desde o século XVI, que os almanaques populares veiculavam um discurso político por via da astrologia, isto é, por via das relações entre as configurações astrais e os acontecimentos terrestres. Os autores e editores destes textos eram, por essa razão, fortemente condenados, e no final do século XVII, as características vocacionadas para as predições entraram em declínio, limitando-se à previsão meteorológica ou à crítica social. Pelo seu carácter geral e moralizante as suas prédicas raramente davam motivo à intervenção da censura. No século XVIII, em França, nasceram ao sabor das circunstâncias, os almanaques – panfletos. Uma série publicada de 1733 a 1739 dera eco à crise jansenista⁶⁸. Todavia, este género de almanaque já não era senão uma forma a que não correspondia nem o título nem os códigos que lhe estavam associados, princípios desvirtuados por um conteúdo estrangeiro, com o sentido de desviar a atenção da censura, ou para atingir o público presumivelmente largo do almanaque. Foram publicações pontuais e ilegais.

⁶⁵ "Ces livrets réservent une place important aux prophéties, mais publient aussi des histoires gaillardes, des recettes médicales, des articles de vulgarisation scientifique". Cf. "L'apparition de la presse périodique", *Histoire Générale de La Presse Française*, dir. de Claude Bellanger, [...], p. 77.

⁶⁶ "Se uns entendiam que tinham o seu espaço e utilidade, por facultarem informações básicas às populações rurais, sem acesso a outro tipo de conhecimento; outros não poupavam críticas aos conteúdos erróneos e simplistas, de valor discutível". Cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Cultura, Religião e Quotidiano, Portugal (século XVIII)*, Lisboa, Hugin Editores, 2005, p. 93.

⁶⁷ "A utilização do almanaque enquanto livro escolar, para crianças dos quatro aos dez anos, também aconteceu em outros pontos da Europa, como por exemplo, nos cantões suíços". Cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Cultura, Religião e Quotidiano, Portugal (século XVIII)*, [...], p. 93.

⁶⁸ "Almanach jésuitique, Almanach de Dieu, Calendrier ecclésiastique, etc.". Cf. Véronique Sarrazin, "Lectures politiques des almanachs au XVIII siècle", *Gazettes et Information Politique sous l'Ancien Régime*, textes réunis par Henri Durantou [...] p.257.

O primeiro *almanaque* que com esse título se tem conhecimento em Portugal é o *Almanach Perpetuum* de Abraão Zacuto, um incunábulo de 1496, editado em Leiria na tipografia da família judaca dos Ortas. Escrito em hebraico, foi traduzido para latim pelo seu discípulo José Vizinho, judeu, e colaborador “científico”, de D. João II. Com características diferentes do comum destas publicações, não deixa de ser um divulgador do conhecimento científico. A edição desta obra continha as tábuas astronómicas com a longitude e declinação do Sol, fundamental para o progresso da ciência náutica portuguesa⁶⁹.

1.2. Mercúrios

O Mercúrio caracteriza-se pela publicação que melhor anunciou a imprensa periódica. Antecedendo a fundação da *Gazeta*, permaneceu, todavia, seu contemporâneo. Num período particular da realidade europeia, pautada por referências culturais mitológicas, tornou-se universal na Europa Ocidental⁷⁰. Importa referir o *Mercúrio Francês* publicado em 1611, sob a responsabilidade de Jean Richer, o fundador, no espaço europeu, deste suporte de informação. Com características de um resumo cronológico⁷¹, contava os principais acontecimentos sucedidos a partir de 1605, em França e no estrangeiro. Posteriormente foi continuado por Étienne Richer e por Olivier de Varennes. Cada volume anual reproduziu, por vezes integralmente, brochuras de origem oficial ou oficiosa.

Analistas adiantam que o *Mercúrio Holandês*, editado a partir de 1690 em Amesterdão, assim como o prestigiado *Mercurie Historique et Politique*, publicado na Haia desde 1686, continham as mesmas notícias e as mesmas cópias dos documentos políticos e públicos que se encontravam nas *Gazetas* importantes da Holanda. Concluem assim, que a única diferença entre as *Gazetas* e outros jornais de carácter político presentes nas Províncias-Unidas repousava no carácter da sua actualidade. Enquanto que as *Gazetas* apareciam duas vezes por semana, estando por isso em condições de seguir mais de perto os factos do quotidiano, outros, como certos *Mercúrios*, de periodicidade muito mais espaçada, apenas podiam recolher notícias distanciadas da sua actualidade. Mas o que seria notável nestes periódicos era, precisamente, o carácter da sua missão.

⁶⁹ Cf. Maria Valentina G. A. Sul Mendes, “Nasce o Livro Impresso”, *Tesouros da Biblioteca Nacional*, [...], p. 87.

⁷⁰ “Depuis 1604, paraissait à Francfort le Mercurius gallo-belgicus; dans cette Europe nourrie de mythologie, le nom de Mercure évoquait le messenger des dieux; il fut emprunté par des périodiques réguliers en Hollande, en Allemagne, en France et devint un nom commun; on opposa plus tard les mercuries aux gazettes, comme nous opposons les revues aux journaux.”. Cf. “L’apparition de la presse périodique”, *Histoire Générale de La Presse Française*, dir. de Claude Bellanger, [...], p.78.

⁷¹ “Il se présente comme une suite des résumés chronologiques da Palma Cayet”. Cf. “L’apparition de la presse périodique”, *Histoire Générale de La Presse Française*, dir. de Claude Bellanger, [...], p. 78.

Se por um lado tendiam para o moralismo histórico, por outro, vinculavam a determinação de apresentar uma crónica histórica⁷².

De natureza diversa, os mercúrios apresentaram-se no seu início como sínteses de factos notáveis e esporádicos, não encadeados, assemelhando-se às relações. Em Portugal, destacou-se o *Mercúrio Portuguez* nascido em Janeiro de 1663, sucedendo às primeiras Gazetas que terminaram em 1647. *Com as novas da guerra entre Portugal e Castela*, escrito por António de Sousa Macedo, personagem de alta representação na Corte, foi o primeiro periódico político de redacção literariamente cuidada⁷³. Cobrindo outros géneros, revelaram-se ainda o conhecido *Mercúrio Philosophique* (1751)⁷⁴, o *Mercúrio Gramatical* (1753)⁷⁵ e o *Mercúrio Histórico, Político e Literário de Lisboa* (1794-1797). O redactor deste, no editorial do primeiro número, depois de citar as matérias de que ia tratar, distanciou-se das *Gazetas*, considerando o conteúdo destas de natureza pouco consistente.

1.3. Gazetas

O espaço italiano, no século XVII, particularmente Veneza, foi um importante produtor de notícias que se projectaram para o ocidente europeu. Com tradição na produção de *avisos* sem periodicidade definida, denominados *Gazetas* quando reuniam várias notícias de diversas partes, este vocábulo vai estender-se a todas os países e línguas da Europa Ocidental, influenciando prematuramente a imprensa oficial do período moderno. Desde este período, que a palavra *Gazeta*, utilizada essencialmente no plural, designava as folhas manuscritas portadoras de notícias que se faziam circular há várias dezenas de anos. Sendo um centro de notícias de toda a Europa, precoce na institucionalização de um meio de informação oficial que se tornara modelo dos países que a adoptaram é, todavia, mais tardio no que respeita à institucionalização da sua periodicidade⁷⁶. A

⁷² "Le Hollantse Mercurius de 1655 porte même comme devise «On juge les choses présentes par les passées». Le journaliste de ce mercure en langue néerlandaise est d'avis que ses annales historico-politiques doivent fournir à l'humanité des exempla qui puissent la guider dans la vie de tous les jours et lui montrer les caprices du sort terrestre. Le souci de l'histoire se manifeste aussi dès le premier numéro du Mercure historique." Cf. Hans Bots, "Quelques gazettes de Hollande en langue française et le Mercure Historique et politique : une analyse comparative", *Gazettes et Information Politique sous l'Ancien Régime*, [...], p. 161.

⁷³ Cf. Alfredo da Cunha, *Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa*, [...], p. 42.

⁷⁴ "Du Jésuite P. Francisco António, en réponse à la *Recreação Philosophica*, de Teodoro de Almeida, publiée en 1751. F. António se propose «d'établir une paix parfaite entre la Philosophie moderne et ancienne». Cf. *O Anónimo Journal Portugais du XVIII Siècle (1752-1754)*, leitura, introdução e notas, de Marie-Helene Piwnik, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1979, p. 12.

⁷⁵ "Du même, cette brochure isolée fait partie d'une série d'opuscules nés de la polémique sur le Novo methodo da Grammatica Latina composé par la Congrégation de l'Oratoire". Cf. *O Anónimo, Journal Portugais du XVIII Siècle (1752-1754)*, leitura, introdução e notas, de Marie-Helene Piwnik [...], p. 12.

⁷⁶ "El primer ejemplar conocido de un periódico – semanal – italiano data de julio de 1639 y fue impreso en Génova. Se conocen algunas gacetas florentinas de 1640 [...] el origen del periodismo en Milán (también 1640) y Bolonia (1642)". Cf. Javier Díaz Noci, Mercedes del Hoyo Hurtado, *El Nacimiento del Periodismo Vasco* [...], p. 28.

historiografia determina o ano de 1639 como a data de início do periodismo nas cidades italianas, a partir de Génova. Por particularidades de estratégia geográfica e de importância económica, os estados italianos, situados no cruzamento do Ocidente com o Oriente, revelaram-se cruciais para os países europeus. Associado a interesses dos Estados da Europa Central na região, cresce em todas as repúblicas a presença de suportes informativos com carácter periódico. A par de interesses institucionais, no século XVII, emerge uma nova burguesia urbana consolidada como grupo dirigente e motor da sociedade. Com novas exigências de comunicação reivindica regularidade e outros conteúdos. Enquanto que a relação se dirigia a um público mais popular, ou para dar informação extensa de um acontecimento pontual, que se julgava especialmente importante, com a imprensa periódica a mudança foi total quer na forma quer nos pressupostos da retórica. O periodismo difunde crónicas, relatos verídicos baseados em feitos empiricamente comprovados, enquanto que as relações – de mentalidade tardo medieval – não procuravam informar, mas divertir. Em seu oposto, surgiu a informação puramente noticiosa, oficial, internacional e mercantil, ligada aos interesses dos grupos dominantes e economicamente abastados.

A par de Veneza, Amesterdão distinguiu-se como um outro centro de informação de fortes repercussões em França e na Inglaterra. Veneza apenas produzia em italiano e por isso alimentava os países da área mediterrânica, enquanto que os Países-Baixos, para além do seu idioma, o neerlandês, imprimiam nas línguas mais difundidas no Continente. Em 1621, Amesterdão, então a principal cidade holandesa, era já reconhecida como um centro de produção de informação sem paralelo no resto da Europa, pelo menos em relação à Europa não católica. Bem situada no continente, tinha a particularidade de escapar às proibições das monarquias europeias⁷⁷. Com uma tradição na luta contra a denominação espanhola, durante todo o século XVII, diversas cidades holandeses publicaram numerosos periódicos em diferentes línguas – em italiano, alemão e francês – representando para a Europa um foco de pluralidade de ideias. Esta dimensão cultural será resultante das políticas adoptadas na introdução da arte tipográfica. No século XVI, é no Norte da Europa, nos Países Baixos, que a imprensa atingiu projecção e *publicidade* dignas de registo⁷⁸. As primeiras *Gazetas* inglesas imprimiram-se na Holanda, e ainda depois de estabelecidas as primeiras empresas informativas, boa parte das notícias que recebiam do Continente eram dali importadas.

⁷⁷ “Se trataba de noticias no oficiales, no sometidas a la estricta censura regia de la época, y que tampoco contaban, por supuesto, con privilegio alguno de impresión, a veces con pie de imprenta falso”. Cf. Javier Díaz Noci, Mercedes del Hoyo Hutado, *El Nacimiento del Periodismo Vasco*, [...], p. 25

⁷⁸ “em Leiden, atraído pela reputação da Universidade, estabelece-se em 1580 Lodewijk Elzevier, fundador da dinastia dos Elzevier, impressores da Universidade durante quase um século. Outras se abriram em Haia, Amsterdam, Utrecht e Copenhague e delegações de venda das obras saídas destes prelos se expandiram por todo o mundo culto [...], usufruindo da riqueza de uma época em que a Holanda disputava à França a orientação do pensamento europeu”. Cf. Maria Emília Lavoura, “O Surto do Livro Impresso”, *Tesouros da Biblioteca Nacional*, [...], p. 200.

2 - FORMALIZAÇÃO DA IMPRENSA PERIÓDICA

2.1. A *Gazette de France*

Desde o início do século XVII, que o reino de França se via invadido por periódicos que a Monarquia não controlava, nem a redacção, nem a impressão, tais como: *Les Nouvelles d'Anvers*⁷⁹ e o semanário *Courant d'Italie et d'Allemagne* editado na Holanda, em 1620, na língua francesa⁸⁰. À escala europeia, a imprensa foi, ao longo do Antigo Regime, um mercado livre sendo a *Gazeta* uma espécie de tribuna, na qual cada poder tinha o direito de defender a sua causa aos olhares de toda a Europa. No domínio da imprensa internacional, a França ocupava uma posição com particularidades específicas. Era o país mais forte da Europa e os seus monarcas detinham poderes mais vastos em relação aos congéneres, seus rivais. Neste contexto, estabeleceu uma regulamentação de imprensa mais elaborada que em qualquer outro Estado do continente, mas relativamente ao controle de notícias sobre assuntos internacionais, não o fez tão bem como muitos dos outros soberanos⁸¹.

A política estrangeira arquitectada pelo rei impunha a criação de um periódico controlado pelo soberano. Até 10 de Novembro de 1630, Luís XIII hesita entre a guerra e a paz. A miséria e as revoltas populares aumentam, a desordem financeira exige reformas rápidas e profundas, e por tudo isso a França tinha necessidade de concórdia. O partido da rainha-mãe, Maria de Médicis, defende-a, mas Richelieu e o partido dos «bons franceses» rejeitam-na⁸². Num tal contexto, a palavra francesa deveria entender-se a partir de França, não do exterior, de algures do continente. Richelieu constitui um verdadeiro gabinete de imprensa responsável pela organização, redacção e difusão de panfletos destinados a preparar a opinião pública, receber e sustentar as decisões reais⁸³. Persuadidos a seguirem a nova política de informação, alguns escritores, em 1635, formaram a Academia Francesa, que associada ao dicionário de 1694 estabeleceu a língua francesa

⁷⁹ Aux Pays-Bas, en 1605, Abraham Verhoeven Obtint des archiducs Albert et Isabelle le privilège «d'imprimer et de graver, et de vendre toutes les nouvelles recentes». Ces petits livrets reçurent le nom les *Nouvelles recentes d'Anvers*. A partir de 1610, elles ont une édition en français; ce périodique devient hebdomadaire". Cf. "L'apparition de la presse périodique", *Histoire Générale de La Presse Française*, dir. de Claude Bellanger, [...] p. 79.

⁸⁰ "Traduction d'une gazette hollandaise consacrée pour l'essentiel à la publication des nouvelles internationales". Cf. Jeremy D. Popkin, "La presse et la politique étrangère de l'Ancien Régime à la Révolution", *Gazettes et information politique sous l'Ancien Régime*, textes réunis par [...], p. 282.

⁸¹ Cf. Jeremy D. Popkin, "La presse et la politique étrangère de l'Ancien Régime à la Révolution", *Gazettes et information politique sous l'Ancien Régime*, textes réunis par [...], pp. 282-283.

⁸² "Rester en paix, c'est en effet ployer le genou devant les Habsbourg". Cf. Jean Paul Bertaud, *La Presse e le Pouvoir de Luís XIII à Napoléon Ier*, [...], p. 17

⁸³ "Les écrivains sont surveillés, leurs écrits censurés, ou bien leurs plumes recherchées". Cf. Jean Paul Bertaud, *La Presse e le Pouvoir de Luís XIII à Napoléon Ier*, [...], p. 18.

como o idioma de expressão do discurso real⁸⁴. O privilégio concedido, em 1631, a Théophraste Renaudot para publicar a *Gazette*, fez parte da política de controlo imposta por Richelieu. A imprensa periódica, nascida em França num período marcado pela guerra, será por longo tempo um instrumento ao serviço do poder, modelo desde logo seguido por outras Monarquias europeias.

2.1.1. A *Gazette de Renaudot*

A *Gazette* de Renaudot e a exclusividade régia a ele concedida materializa a política de controlo de informação e de doutrinação da opinião pública, em França. Não deixou, todavia, de suscitar a contestação dos autores do semanário *Nouvelles ordinaires de divers endroits*, criado em 1 de Janeiro de 1631, por Jean Martin e Louys Vendosme. Os exemplares conhecidos pela historiografia, editados entre 17 de Julho e 19 de Dezembro de 1631, tinham um formato semelhante ao da *Gazette*, com quatro páginas⁸⁵. Alcançaram do bailiado do palácio o objectivo desejado, a condenação de Renaudot, mas Luís XIII, a 11 Outubro de 1631, repreendeu o bailiado obrigando-o respeitar o privilégio de Renaudot⁸⁶. A comunidade de impressores, livreiros e encadernadores apelaram ao conselho do rei no sentido de anular os privilégios concedidos a Renaudot, invocando a liberdade de impressão. Afirmavam que Renaudot não era o autor da *Gazette*, limitando-se a traduzir as de Amesterdão, Anvers, Bruxelas, Frankfurt, Amburgo, Zurique, Veneza, Roma e de outros lugares. Não tinha qualquer participação na sua redacção pois quase toda a informação era extraída, “a peso de ouro”, das *Nouvelles ordinaires*, privando autores e impressores de exercer o seu ofício. A 18 de Novembro de 1631, o conselho do rei concedeu a Renaudot o privilégio exclusivo de editar a *Gazette*, e proibiu todos os outros de imprimir, vender qualquer gazeta, notícias, relatos, sem a autorização do Monarca.

⁸⁴ “ La guerre commande un renforcement de l’absolutisme royal, une dictature des hommes, des mots et des choses” Cf. Jean Paul Bertaud, *La Presse e le Pouvoir de Luís XIII à Napoléon Ier*, [...], p. 18.

⁸⁵ “Ce périodique est connu également par un dossier judiciaire. Martin, Vendosme et Pommerai tentent de faire interdire la Gazette de Renaudot. Ils sont sous la tutelle de l’Université, et déposent une plainte au Châtelet dès l’été 1631”. Cf. “L’apparition de la presse périodique”, *Histoire Générale de La Presse Française*, dir. de Claude Bellanger, [...], p.80.

⁸⁶ “L’arrêt du Conseil du Roi approuve Renaudot et le protège contre ses concurrents. Un exploit de commandement leur enjoint de restituer à Renaudot les caractères et exemplaires saisis”. Cf. “L’apparition de la presse périodique”, *Histoire Générale de La Presse Française*, dir. de Claude Bellanger, [...], p.80.



Figura 1 – Primeira página da *Gazette de Renaudot*⁸⁷

A *Gazette* francesa, fundada em 1631 por Théophraste Renaudot, começou por ser um órgão de informação susceptível de satisfazer a curiosidade de uns e de outros sobre as notícias da Corte e da cidade, de pequenos e grandes acontecimentos que se passavam no país e no estrangeiro, contribuindo para que os homens de negócios, e dos ofícios, ajustassem os seus interesses quotidianos à realidade presente⁸⁸. Além de satisfazer os leitores desejosos de novidades sobre o que se passava no mundo, ela fora, para além do mais, um agente do poder. A historiografia testemunha que Luís XIII e o Cardeal Richelieu foram seus colaboradores assíduos, sendo responsáveis por diversos textos. Narravam operações militares, negociações diplomáticas ou notícias sobre a vida da Corte. A *Gazette de França* representa na história da imprensa uma data importante, marcando o nascimento da imprensa periódica na Europa Ocidental.

O primeiro número da *Gazette* terá sido editado em 30 de Maio de 1631⁸⁹, compreendendo quatro páginas de formato 23 x 15cm. A escolha do nome «*Gazette*» é sustentada pela sua associação a uma pequena moeda italiana do conhecimento do vulgo francês, e por isso, de fácil assimilação pela comunidade⁹⁰. Renaudot ao consagrar o vocábulo tornando-o público contribui para a sua afirmação no seio da língua corrente. A *Gazette* começou por ser publicada

⁸⁷ Fonte: <http://www.sagapresse.com/Gazette.htm>

⁸⁸ “Chacun ajustera ses affaires au moodèle du temps, ainsi «le marchand ne va plus troquer en une ville assiégée ou ruinée, ni le soldat chercher employ dans un pays où il n’y a point de guerre». Cf Jean-Paul Bertaud, *La Presse et le Pouvoir de Louis XIII à Napoléon Ier*, [...], p.19.

⁸⁹ “Le premier numeró n’est pas daté, mais Louis XIII prie ce jour-là, de Fontainebleau, Gilot, lieutenant général au bailliage de Paris, de ne pas importuner «l’intendant général des Bureaux d’Adresses du royaume». Cf. “Les débuts de la presse périodique, (1631-1724)”, *Histoire Générale de La Presse Française*, dir. de Claude Bellanger, [...], p.86.

⁹⁰ “Le mot gazzeta, désignant à Venise une petite pièce de monnaie correspondant au prix d’un avis, était employé en France en ce sens”. Cf. “Les débuts de la presse périodique, (1631-1724)”, *Histoire Générale de La Presse Française*, dir. de Claude Bellanger, [...], p.86.

uma vez por semana, às quintas-feiras. A partir do dia 1 de Janeiro de 1633, passou a ser publicada também ao sábado. Em 1632, aumentou o número de páginas para oito. O primeiro caderno designado por *Gazette* tratava de assuntos da parte oriental e do sul europeu, o segundo, *Nouvelles ordinaires de divers endroits*, dos países setentrionais e ocidentais. Com um formato próximo do livro assinalou uma certa evolução gráfica, melhoria tipográfica, e novidade decorativa (com pequenos desenhos a ornamentar as letras iniciais). Não integrava artigos de fundo, apenas dava notícias, relatos detalhados e rumores de guerra⁹¹.

2.2. Experiência periódica inglesa

Em Inglaterra tornara-se convincente que a opinião pública seria melhor influenciada se os factos verdadeiros fossem postos a circular. Não sendo uma ideia nova, o que terá sido novo nos anos seguintes a 1585, foi o esforço do seu incremento e continuidade⁹². A historiografia reconhece em John Wolfe a figura central desta actividade. Impressor e editor distinguiu-se pela sua considerável experiência continental⁹³. Wolfe adquiriu competência legal para imprimir livros em línguas estrangeiras e comercializa-los no Continente. Chamando a atenção do principal Ministro da Rainha, William Cecil (Lord Burghley), servira-se dele para imprimir em Itália a tradução da sua peça de propaganda⁹⁴. Wolfe era também o impressor de traduções de panfletos franceses particularmente, do protestante Henrique de Navarra⁹⁵.

Adicionalmente à produção de panfletos focando um único assunto, Wolfe e o seu grupo, ensaiaram uma espécie de periódico. Sem versar conteúdo fantasioso, como era tradição, editaram várias notícias individuais, relações, em definitivo. Compunha-se de uma identificação (de um título), de uma data, pretendendo introduzir uma certa continuidade. Wolfe sustentava-se em redes de informação, obtendo as notícias a partir de *corantos* continentais⁹⁶. A primeira reportagem

⁹¹ “Comme pour les occasionnels, les nouvelles militaires sont nombreuses. Cette gazette, «recueil par chaque semaine des nouvelles tant domestiques qu'étrangères» est une forme stabilisée des nouvelles à la main et des feuilles volantes”. Cf. “Les débuts de la presse périodique, (1631-1724)”, *Histoire Générale de La Presse Française*, dir. de Claude Bellanger, [...], pp. 90-91.

⁹² “we have seen it operating in 1562 and, in a different way, in 1569-70”. Cf. Fritz Levy, “The Decorum of News”, *News, Newspapers, and Society in Early Modern Britain*, [...], p. 23.

⁹³ “Although he began his career conventionally enough, as an apprentice to the stationer, John Day, in 1576 in 1576 his name appeared in the colophons of two books printed in Italy”. Cf. Fritz Levy, “The Decorum of News”, *News, Newspapers, and Society in Early Modern Britain*, [...], p. 23.

⁹⁴ “The Execution of Justice in England (1584), a defence of the trial and hanging of the Jesuit, Thomas Campion”. Cf. Fritz Levy, “The Decorum of News”, *News, Newspapers, and [...]*, p.23.

⁹⁵ “After the assassination, in 1589, of the French King Henry III, Henry of Navarre claimed the throne, and both Spain and England sent troops to intervene in the ensuing civil war. France was now added to the Low Countries as a matter of consuming interest”. Cf. Fritz Levy, “The Decorum of News”, *News, Newspapers*, [...], p. 23.

⁹⁶ “cartas privadas de sus agentes, noticias oficiales conseguidas a través de sus contactos en el gobierno, y cartas compradas en el incipiente pero activo mercado informativo”. Cf. Javier Díaz Noci, Mercedes del Hoyo Hurtado, *El Nascimento del Periodismo Vasco*, [...], pp.24-25.

de Wolfe (com notícias do exterior recebidas de fontes credíveis) foi impressa, a 15 Maio de 1590, para o livreiro William Wright⁹⁷. Posicionando-se especialmente na Flandres, na oposição entre protestantes e católicos, dava igual relevo ao que se passava em França. O último grupo de páginas versava notícias mais gerais, onde se incorporavam notícias referentes a Espanha. Apesar da sua aparente objectividade e da declaração de que as notícias tinham sido traduzidas do italiano e do francês para o inglês, muitas vezes eram validadas de acordo com a referência e distinção social dos seus leitores. A iniciativa periódica de Wolfe, ainda que bem vista pelo poder, que o considerava um bom *propagandista*, foi curta e não teve sucessor imediato. Será no início do século XVII, a raiz do periodismo moderno inglês, fomentado em 1619 pela Guerra dos Trinta Anos que suscitara em determinadas categorias sociais um grande interesse sobre os acontecimentos que se sucediam no Continente.⁹⁸

Nesse período, em Inglaterra, conviviam-se com folhas impressas pelo menos uma vez por semana (*weekly corantos*), com todo o tipo de notícias recolhidas de Amesterdão. Nathaniel Butler fundou o primeiro semanário – o *Weekly News* – que, a partir de 1638, seria o primeiro jornal a publicar um noticiário internacional. As *Gazetas* (limitadas as cartas informativas) algumas das quais se começavam a imprimir, desenvolviam já uma pluralidade de funções. Eram veículos de informação, propaganda, literatura, e de *anúncios comerciais*. Para fazer frente a essa crescente difusão, em 24 Julho de 1621, promulgou-se em Inglaterra uma disposição governamental a proibir a publicação de assuntos de Estado. Alguns impressores logo receberam privilégio para publicar notícias fielmente traduzidas do holandês, começando assim a editar notícias de forma legal, não deixando, todavia, de não serem mais que traduções de algumas *Gazetas* holandesas. Permitidas pelo departamento de informação governamental de Londres, em 1622, surgiram duas iniciativas periodistas⁹⁹.

Com a revolução inglesa, iniciada em 1641, a imprensa inglesa foi invadida por novos títulos, a partir daí. Numa nova conjuntura política, algumas das principais produções da segunda metade do século XVII tinham por fim influenciar os escritores e a circulação da manuscrita *newsletters*. O *newsbook* – suporte noticioso com uma circulação ampla e socialmente diversa –

⁹⁷ “Credible Reportes from France and Flanders”. Cf. Fritz Levy, “The Decorum of News”, *News, Newspapers* [...], p. 23.

⁹⁸ “Las relaciones noticiosas se multiplican. De 1619 son las Newes out of Holland de Nathaniel Newberry. Aún no se había dado el salto a la periodicidad.”. Cf. Javier Díaz Noci, Mercedes del Hoyo Hurtado, *El Nacimiento del Periodismo Vasco*, [...], p. 25.

⁹⁹ “las Weekly Nevves from Italie, Germanie, Hungaria, Bohemia, The Palatinate, France, and The Low Countries, «Translated out of the Low Dutch Copie», que editaban Nicholas Bourne y Thomas Acher, y que comenzaron el 23 de mayo de 1622; y las Newes from most parts of Christendom, puestas en circulación por el que habitualmente ha sido considerado el pionero del periodismo inglés, Nathaniel Butter, y su colaborador William Sheffard. El primer número de esta gaceta data del 25 de septiembre de 1622”. Cf. Javier Díaz Noci, Mercedes del Hoyo Hutado, *El Nacimiento del Periodismo Vasco*, [...], p. 26.

permitia-se atravessar barreiras de distinção social, penetrando no domínio específico da *newsletter*. Associado a particularidades informativas, visava atrair uma mais extensa audiência, mesmo onde a mais exclusiva *newsletter* não chegava¹⁰⁰. Por outro lado, situava-se na esfera do *público*, enquanto que a *newsletter* fazia parte da mais privada correspondência internacional. A sua forma de produção e de venda despersonalizava a relação estrita entre o escritor e o receptor, característico da *newsletter*, colocando a notícia na esfera do domínio público. Mesmo depois da Restauração muitas das *newsletters* continuaram como antes, uma espécie de correspondência pessoal e de negócios, escritas para amigos, familiares e conhecidos, muitas com notícias adquiridas na Londres financeira, na taberna, ou extraídas de outras cartas. Cerca de 1680, o género *newsletter* convergira virtualmente com o *newspaper*. A coalescência dos dois modelos foi simbolizada cerca de 1700 com a transição de algumas *newsletters* manuscritas para o impresso¹⁰¹. Eram oferecidas a um preço relativamente acessível, cerca de seis pences cada. Tal como o *newspaper*, a *newsletter* encontrava-se livremente disponível nos *coffe-houses*. A historiografia particulariza o período de crise, durante a qual, vários responsáveis de *coffe-house* londrinos foram referidos como tendo patrocinado alguns autores pagando-lhes quatro ou cinco *shillings* por semana, pelos seus artigos, fomentando e mantendo a curiosidade informativa. Os *coffe-house* simbolizaram para a época uma sociedade aberta, sustentada em valores plurais, abertos a homens e mulheres, ricos e pobres, o que quererá dizer que no início de 1680, para a maior parte dos habitantes de Inglaterra, as notícias manuscritas eram tão livres e disponíveis como as congéneres impressas¹⁰². Permitido o acesso à leitura de todas as notícias, a *newsletter*, nesse período, adquiriu um campo de audiência mais alargado ajudando também ela a construir uma sociedade aberta à discussão de ideias.

2.2.1. *The London Gazette*

Não obstante a realidade europeia já identificada, historiadores consideram a Grã-Bretanha uma sociedade avançada na regulação da imprensa. Após a guerra civil de 1642, um acto do Parlamento de Londres, especialmente sensibilizado com o uso da imprensa, limitou a liberdade de imprensa¹⁰³. Em consequência, surgiu na Inglaterra, como em mais países europeus, e aproximadamente no

¹⁰⁰ “They were cheap and often carried pictures on their front pages”. Cf. Ian Atherton “The Itch Grown a Disease: Manuscript Transmission of News in the Seventeenth Century”, *News, Newspapers* [...], p.53.

¹⁰¹ “in 1704, John Campbell’s American newsletter made the transition from manuscript to print, becoming the Boston News-Letter”. Cf. Ian Atherton “The Itch Grown a Disease: Manuscript Transmission of News in the Seventeenth Century”, *News, Newspapers* [...], p.55.

¹⁰² “Most of England could read all the news «From the Lord to the fiddler», ran one comment in 1680, «all are grown states-men»” Cf. Ian Atherton “The Itch Grown a Disease: Manuscript Transmission of News in the Seventeenth Century”, *News, Newspapers* [...], pp.55-56.

¹⁰³ “Sobretudo con la pugna entre el realista Mercurius Aulicus e o seu oponente o Mercurius Britannicus” Cf. Javier Gíaz Noci, Mercedes del Hoyo Hurtado, *El Nacimiento del Periodidmo Vasco* [...], p. 26.

mesmo período (1665) uma *Gazeta* oficial, a *Oxford Gazette*, logo chamada *The London Gazette*. Este periódico substituiu o órgão de informação oficial, dos compiladores de notícias do *newsbook*, o qual, sob o mesmo título estrangeiro, instituído em toda a Europa Ocidental, se publicara duas vezes ao ano, no período de 1663 a 1665. Como será reconhecido pelos historiadores, o caso britânico desfrutava até à mudança, de uma tradição até certo ponto plural em relação aos modelos informativos nacionais da Europa, que levaram décadas a conquistar¹⁰⁴.



Figura 2 – Primeira página *The London Gazette*, de 10 de Setembro de 1666¹⁰⁵

Entre 1666 e 1679, existiu apenas um jornal oficial inglês, *The London Gazette*. Reconhecido como um suporte popular da Coroa as mais interessantes notícias seriam reservadas às tradicionais manuscritas *newsletters*, não deixando contudo, de ser uma fonte de informação de significativa procura¹⁰⁶.

Vista como uma positiva forma de manipulação, *The London Gazette* era um suporte popular e de propaganda do poder. A par da função informativa tornar-se-ia num meio de *divulgação de publicidade* sendo, com efeito, frequentemente requerida por órgãos governamentais, e por outros pedidos, com esse pressuposto específico. Representava o modelo *publicitário* adequado à cultura do quotidiano dos *coffe-houses* frequentados por uma pluralidade social. A *publicidade* por ela veiculada estava sob controlo da Secretaria de Estado, sendo o mesmo que dizer que a publicidade não era livre. Alguns analistas sugerem que, dedicando a maior parte do espaço a

¹⁰⁴Cf. Javier Díaz Noci, Mercedes del Hoyo Hutado, *El Nacimiento del Periodismo Vasco*, [...], p. 26.

¹⁰⁵ Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/London_Gazette.

¹⁰⁶ "Englis prisoners-of-war in 1666 had the London Gazette smuggled into their Rotterdam gaol as beer-botter stoppers". Cf. Ian Atherton "The Itch Grown a Disease: Manuscript Transmission of News in the Seventeenth Century", *News, Newspapers*, [...], p. 39.

notícias estrangeiras, os editores da publicação procuravam manipular o público ignorando os seus reais interesses nacionais¹⁰⁷. Outros consideram ser uma forma de especialização, um formato de distinção do periódico¹⁰⁸. O declínio da quota de vendas ocorrido em 1667 terá sido causado pela ausência de notícias internas, especialmente do Parlamento. Outras fontes apontam a influência da expressão francófona nos *coffe-houses*¹⁰⁹. Mas a venda não baixara depois de 1695, quando a restrição noticiosa viu o fim da censura e o início da liberdade jornalística, que se afirmara a partir de 1710¹¹⁰. *The London Gazette*, um periódico controlado pela soberania, constituiu uma extensão do poder servindo, quando necessário, para controlar e estimular a participação e a discussão, num momento em que o escrutínio dos acontecimentos internacionais não era uma área de acesso livre.

2.3. A *Gaceta de Madrid*

A historiografia espanhola situa o início da imprensa periódica em 1661, relacionando-o com o aparecimento da *Gaceta Nueva*, logo chamada *Gaceta de Madrid*. De vida extremamente irregular, este periódico, inicialmente mais oficioso que oficial viria a transformar-se no que é hoje o *Boletim Oficial do Estado*. Todavia, reconhece dois modelos de *Gazeta* anteriores, ambas de 1641, uma em Barcelona e outra em Lisboa, e por isso consideradas fora da Monarquia, razão que levará os historiadores a determinar a *Gaceta de Madrid* o primeiro periódico castelhano¹¹¹. As restantes gazetas peninsulares da época foram subalternizadas e estudadas de foram sumária, e sempre em relação a esta. No século XVII, Madrid foi invadida por um crescente fluxo de informação que a Coroa não conseguia controlar, à semelhança do que se passara noutras partes da Europa¹¹². A historiografia classifica o povo castelhano pouco dado a estes produtos informativos. As *Gazetas*, compêndios de notícias diversas, ordenadas por datas, eram um assunto do reino

¹⁰⁷ “A Dublin reader objected to the lack of London news. Complaints were common; Newsletter writers and amateur correspondents explicitly left foreign news to the Gazette”. Cf. Joad Raymond, “The Newspaper, Public Opinion, and the Public Sphere in the Seventeenth Century”, *News, Newspapers*, [...], p.127.

¹⁰⁸ “John Tutchin criticized the Paris Gazette in The Observator in 1702, adding that «our English Gazette has hitherto given us the most faithful account of foreign news»”. Cf. Joad Raymond, “The Newspaper, Public Opinion, and the Public Sphere in the Seventeenth Century”, *News, Newspapers*, [...], p.127.

¹⁰⁹ “Charles II’s government considered suppressing the coffee-houses during the second and third Anglo-Dutch wars (1664-65 and 1672-74)” Cf. Joad Raymond, “The Newspaper, Public Opinion, and the Public Sphere in the Seventeenth Century”, *News, Newspapers* [...], p.127.

¹¹⁰ “Fueron pioneras la conflictivas Publick Occurrences de 1693 del librero londinense, temporalmente residente en Boston, Benjamin Harris, que fueron prohibidas por la Corona británica, celosa de sus privilegios”. Cf. Javier Díaz Noci, Mercedes del Hoyo Hurtado, *El Nacimiento del Periodismo Vasco* [...], p. 26.

¹¹¹ “La primera [...] es la Gazeta vinguda a esta ciutat de Barcelona, per lo Ordinari de París, vuy à 28 de Maig, any 1641, que se publica veinte años antes que la de Madrid y de la que es artifice Jaume Romeu. Cataluña estaba entonces bajo la égida francesa, además no se trata de una gaceta original. La segunda gaceta peninsular, también del año 1641, es portuguesa”. Cf. Javier Díaz Noci, Mercedes del Hoyo Hurtado, *El Nacimiento del Periodismo Vasco* [...], p. 40.

¹¹² “Durante todo el siglo, un hervidero de noticias, orales – era famoso, y así se refleja en la literatura de la época, el mentidero de las gradas de San Felipe – manuscritas, e impressas, en forma de avisos y relaciones esporádicas”. Cf. Javier Díaz Noci, Mercedes del Hoyo Hurtado, *El Nacimiento del Periodismo Vasco* [...], p. 41.

francês. Em Castela preferia-se a notícia individual, a *relação* tão ligada a aventuras políticas e militares. Todavia, a Coroa de Castela, como as suas congéneres europeias, necessitava de um porta-voz fiável. Não se tendo decidido, no início, por um modelo abertamente oficial acabou por acolher a iniciativa do Secretário de Estado, Pedro Fernández del Campo. Encarregara-se da edição o secretário de Juan José de Áustria¹¹³, o flamengo Fabro Bremudán, também uma espécie de historiador oficial da monarquia. A *Gaceta de Madrid* intitulava-se *Relación o gazeta de algunos casos particulares, assi Políticos, como Militares, sucedidos en la mayor parte del Mundo, hasta fin de Diziembre de 1660*. Começou por ser publicada mensalmente. Vista como de pouco futuro, foi editada, embora com algumas interrupções, até à actualidade.

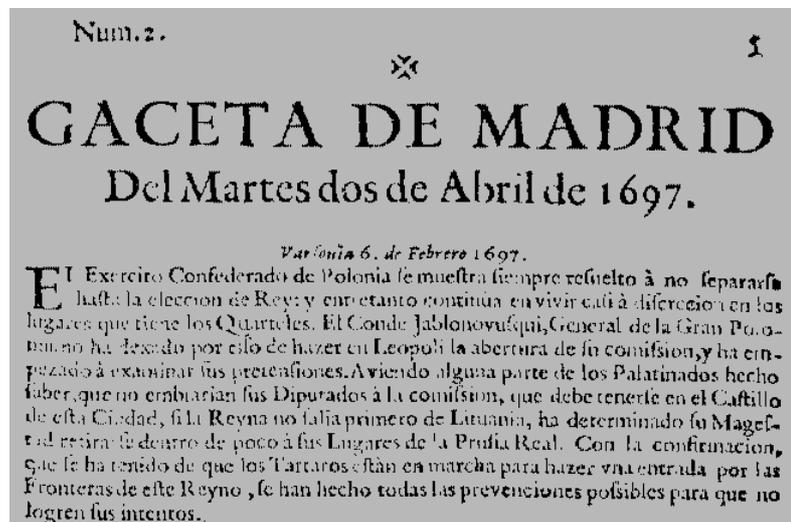


Figura 3 – Primeira página da *Gaceta de Madrid*, Abril de 1697¹¹⁴

2.4. Imprensa periódica portuguesa

O primeiro periódico português aparece com o nome importado do estrangeiro – *Gazeta*. De título completo, *Gazeta em Que se Relatam as Novas Todas Que Houve Nesta Corte e Que Vieram de Várias Partes no Mês de Novembro de 1641*, foi impressa em Lisboa na oficina de Lourenço de Anvers. Foi uma publicação ligada à monarquia de D. João IV. Pela *propaganda*, por vezes com alguns exageros, ajudou a consolidar o feito glorioso do Monarca e dos seus

¹¹³ “Nascido em 1629, este hijo del rey Felipe IV y de una actriz, reconocido por su padre, desempeñó un notable papel en la política española. En 1661, año de comienzo del primer periódico de Madrid, condujo el ejército español hacia Portugal. Era ya entonces una figura ambiciosa y popular, que decidió potenciar su fama a través de la Gaceta”. Cf. Javier Díaz Noci; Mercedes del Hoyo Hurtado, *El Nacimiento del Periodismo Vasco* [...] p. 42.

¹¹⁴ Fonte: WWW.boe.es/

partidários¹¹⁵. Esta experiência pretendeu dar resposta às necessidades e exigências *públicas* sobre a consolidação da Restauração de Portugal. Tornara periódica uma informação que até aí fora irregular. A sua periodicidade, conforme anunciado no primeiro número, era mensal, criando nos leitores a expectativa de na data a seguir determinada terem disponíveis as notícias tão aguardadas. José Tengarrinha adianta que as Gazetas da Restauração tinham uma circulação muito restrita, devido não só ao elevado preço, mas também ao baixíssimo nível de instrução¹¹⁶. Os seus leitores pertenceriam às elites do reino – homens de negócios, comerciantes, ou outros elementos da burguesia instruída e à aristocracia ilustrada – dependentes da condução das políticas reais. A Gazeta da Restauração estava submetida às regras da censura prévia instituída na carta de Filipe II, confirmada por D. João IV, a 29 de Janeiro de 1643, que não permitia que se imprimissem livros sem licença do rei¹¹⁷. Todavia, segundo o estudo de Eurico Gomes Dias, nas Gazetas da Restauração procedeu-se a uma adaptação jornalística das diferentes informações disponíveis, existindo já uma certa preocupação com a veracidade noticiosa, embora essa verdade tenha de ser compreendida no contexto da época¹¹⁸.

Sendo a Restauração um período propício à proliferação da imprensa panfletária, a *Gazeta* representava para a soberania reinante uma arma de poder considerável – o controlo da informação. A política externa portuguesa encontrava-se num momento conturbado e difícil, não convindo por isso tornar público informações quanto à situação militar do reino, mantendo-as secretas. O controlo da informação pelos órgãos do poder ganhara consistência logo a seguir à fundação da *Gazeta*, em 19 de Agosto de 1642¹¹⁹. Visava inclusive, notícias avulsas em vista de haver somente uma gazeta. No mês de Outubro seguinte, a *Gazeta* deixou de publicar notícias internas, à semelhança do que se passara em Inglaterra em 1638, alterando o cabeçalho para *De novas fora do reino*. De curta duração, a chamada *Gazeta da Restauração* cessou em Setembro de 1647. Em seu lugar, até 1663, foram postas em circulação algumas folhas volantes com as notícias da guerra da independência.

¹¹⁵ “Nem sempre, ao que parece se afigura, despida de exageros, das vitórias de D. João IV”. Cf. Alfredo da Cunha, *Elementos para a História Imprensa Periódica Portuguesa* [...], p. 15.

¹¹⁶ “(seis réis, em média – o que para a época era considerável – variando o custo segundo o número de páginas).” Cf. José Tengarrinha, *Elementos para a História Imprensa Periódica Portuguesa* [...], p. 39.

¹¹⁷ Cf. José Tengarrinha, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, [...] p. 39.

¹¹⁸ “Nas Gazetas da Restauração procedeu-se a uma profunda adaptação das diferentes informações disponíveis em formato epistolar (cartas) e numa posterior transformação em discurso noticioso, dito «jornalístico» - aqui se preconizava já o intuito de um forte respeito pelos cânones formais de «fazer notícias»”. Cf. Eurico Gomes Dias, *Gazetas da Restauração: [1641-1648]*, [...], p. 37.

¹¹⁹ “Uma lei proibía as «gazetas gerais, com notícias do reino ou de fora, em razão da pouca verdade de muitas e do mau estilo de todas elas»”. Cf. José Tengarrinha, *Elementos para a História Imprensa Periódica Portuguesa* [...], p. 39.

Em Janeiro de 1663, nasceu o *Mercúrio Portuguez*¹²⁰. De publicação mensal, o seu assunto principal, como enuncia o título, era *As novas da guerra entre Portugal e Castela*. Inseriria outras notícias, tanto nacionais como estrangeiras. De feição diferente da que caracterizava a *Gazeta*, ao seu carácter predominantemente noticioso, acentuava-se uma certa intenção política. Alfredo da Cunha classifica o *Mercúrio Portuguez* como sendo o primeiro periódico político, de redacção literariamente cuidada¹²¹. De vida efémera, terminou em Julho de 1667. O mesmo autor menciona o *Mercúrio da Europa*, que apareceu em 1689, que não era português, mas provavelmente simples tradução de algum homónimo estrangeiro¹²². José Tengarrinha refere uma outra *Gazeta* de que se sabe existir dois números, referentes aos meses de Agosto e Outubro de 1704. Não há notícia de outra até 1715, data em que aparece a *Gazeta de Lisboa* (10 de Agosto), com o fim de *Dar Notícias Nacionais e Estrangeiras e das Nomeações do Governo Português*.

2.4.1. A *Gazeta de Lisboa*

A *Gazeta de Lisboa*, iniciada a 10 de Agosto de 1715, procurou o relacionamento do noticiário nacional com as novas de toda a Europa, que os portugueses iam conhecendo e lhes devia formar uma opinião. Havia de aparecer uma vez por semana. De início ao Sábado, e a partir do n.º 53, de 1716, às quintas-feiras Tornara-se, assim, o *periódico oficial*, a exemplo do que acontecera, a partir de meados do século XVII, em diversos países da Europa. Redigida, a princípio, por José Freire de Montarroio Mascarenhas, cargo que exercera por mais de quarenta anos, até Janeiro de 1760, data da sua morte¹²³. A 23 de Fevereiro seguinte, foi concedido o privilégio de fazer a *Gazeta de Lisboa* aos oficiais das Secretarias dos Negócios Estrangeiros e da Guerra¹²⁴. As notícias chegavam a Lisboa algum tempo depois de terem saído na sua origem. Umas anteriores a um mês, outras quase duas semanas, dependendo da sua proveniência. As de Madrid levavam cerca de duas semanas, mas as de Londres, com uma carreira altamente privilegiada, chegavam a Lisboa em dez dias. As notícias do Reino eram as que tinham menor presença. Alfredo da Cunha argumenta ser

¹²⁰ “(Lisboa, Oficina de Henrique Valente de Oliveira, mensal, preço variando entre 10 e 5 réis). Foi redigido até Dezembro de 1666 pelo notável escritor e diplomata António de Sousa Macedo, geralmente considerado «o primeiro jornalista português»”. Cf. Alfredo da Cunha, *Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa* [...], p. 41.

¹²¹ “O facto de terem sido a *Gazeta* e o *Mercúrio Portuguez* os patriarcas do nosso jornalismo, que não teve no século XVII outros representantes dignos de recordação, torna de justiça que se lhes consagrem mais minuciosas referências. A *Gazeta* pode reputar-se o primeiro periódico de notícias que se publicou em Portugal, e o *Mercúrio* o primeiro periódico político, de redacção literariamente cuidada”. Cf. Alfredo da Cunha, *Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa* [...], p. 42.

¹²² Cf. Alfredo da Cunha, *Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa* [...], p. 16.

¹²³ “Segundo a carta de privilégio que obtivera em 3 de Julho de 1752, oito anos antes de morrer, para publicar a *Gazeta* enquanto fosse vivo”. Cf., José Tengarrinha, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, [...] p.43.

¹²⁴ “então agregados, a fim de que eles pudessem receber quantia suplementar [...]. Publicada por conta deles próprios, ia-lhes dando apreciáveis proventos”. Cf. José Tengarrinha, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, [...] p.43.

uma questão de prudência do redactor, para evitar cair no desfavor dos governantes que o protegiam, à semelhança de Renaudot com a *Gazette de France*.



Figura 4 – Primeira página da *Gazeta de Lisboa*, de 17 de Agosto de 1715¹²⁵

João Luís Lisboa questionou “quem é o gazeteiro, o redactor do periódico da primeira metade do século XVIII em Portugal?”. Podendo ter uma diversidade de papeis não foi, infelizmente para ele, o seu verdadeiro autor¹²⁶. Em França, a função cultural dos gazeteiros não raras vezes foi posta em causa pelos escritores socialmente comprovados, que os consideravam fora dos cânones culturais, apontando-os de contribuírem para uma nação grosseira, destruindo o gosto, abastardando a eloquência¹²⁷. Tal entendimento resultava da tensão entre os eruditos, os homens do saber reconhecido, e os novelistas, os artesãos que recolhiam e transmitiam a informação. Para o autor, não era mais do que a “tensão entre o livro e o periódico”. Mas o redactor de uma *Gazeta*, como a de Montarroio, um periódico impresso e oficial, fazia parte de uma rede de circulação de informação de um alcance com uma certa universalidade para a época. As suas notícias, as suas histórias sobre a Corte portuguesa eram lidas na imprensa europeia. O mesmo se passava com as *Gazetas* estrangeiras, cuja informação circulava no periódico português.

André Belo assinala a posição singular de Montarroio na rede de informação nacional. Sendo um correspondente do núcleo de informação manuscrita de Santarém e de outros eruditos, como do Conde da Ericeira, juntava a essa qualidade a de redactor exclusivo da *Gazeta* impressa, o

¹²⁵ Fonte: Biblioteca Nacional

¹²⁶ Cf. "Seul ou en équipe, il est plusieurs, jouant un rôle à la fois de copiste, de chef de copistes, de collectionneur, de bibliographe, de traducteur, de curieux, de conteur, de propriétaire, d'éditeur, mais, malgré lui, pas vraiment d'«auteur»" Cf. João Luis Lisboa, "Le statu du gazetier dans le Portugal de la première moitié du XVIII siècle", *Gazettes et information politique sous l'Ancien Régime*, [...], p.77.

¹²⁷ "Montesquieu et La Bruyère les méprisaient; et pour Voltaire les journalistes sont des gens sans culture". Cf. João Luis Lisboa, "Le statu du gazetier dans le Portugal de la première moitié du XVIII siècle", *Gazettes et information politique sous l'Ancien Régime*, [...], p.78.

que lhe conferia uma posição privilegiada, a exclusividade na ligação entre as notícias manuscritas e impressas. No aspecto da informação manuscrita Montarroio era um correspondente e um novelista entre outros. Mas no domínio da informação impressa, era ele que detinha o privilégio, e por isso, o poder de acesso à *Gazeta impressa*¹²⁸. Essa condição era o seu principal poder de troca. Intercedia num espaço único de significativa representatividade e visibilidade social, de acesso controlado.

A posição particular de Montarroio explica o papel que a *Gazeta de Lisboa* teve na divulgação regular de actividades das academias provinciais. Não somente a de Santarém, de que faziam parte Luís Montês Mattoso e Pereira de Faria e à qual ele pertencia. Mas em relação a outras como a de Guimarães, de Torre de Moncorvo, de Elvas ou de Braga. Os correspondentes regulares de Montarroio na província eram membros das academias locais, representando uma parte da abundante informação escrita trocada entre os eruditos¹²⁹.

A *Gazeta de Lisboa*, 1715-1760, foi chamada *Gazeta* de Montarroio, título que lhe fora atribuído já depois da sua morte, estando o mesmo relacionado com a longa permanência de José Freire de Montarroio, como seu responsável, e não como o autor do que ali se divulgava. A não identificação do escritor é atribuída pela historiografia à falta de um jornalismo de opinião, que começara a dar os primeiros passos através da crítica de livros iniciada em meados do século XVIII, com a *Gazeta Literária* redigida e assinada por Francisco Bernardo de Lima, em 1761-1762¹³⁰. Havia, contudo, uma significativa diferença de estatuto social entre o redactor da *Gazeta* e o das notícias manuscritas. A *Gazeta* era o único periódico impresso que se publicava sem interrupção, o único periódico político oficial impresso na época, levando o seu responsável, por inerência, a integrar a hierarquia restrita da Corte, e por isso, nem sempre bem visto pelos novelistas da província. A atitude de algum desprezo para com estes novelistas, onde se integrava o prestigiado religioso padre Luís Montês Mattoso, atingiria Montarroio quando em 1721 vira recusada a sua eleição a membro da recentemente constituída Academia Real de História, incidente que o terá perturbado, daí o ter escrito ao Conde da Ericeira, D. Luís de Meneses, dizendo-se

¹²⁸ “No domínio do impresso detinha o poder, embora um poder limitado, o de tornar acessível a *Gazeta impressa*”, Cf. André Belo, “*Nouvelles imprimées et nouvelles manuscrites dans le Portugal du XVIII siècle: le caractère social de l’information*”, Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, vol. 49, Lisboa, Paris, 2005, pp. 141-142.

¹²⁹ “Uma quantidade de bens, materiais e imateriais circulavam nos dois sentidos: dos objectos impressos, compreendia a troca ou a dádiva de gazetas, panfletos, retratos e até livros; e sobretudo um grande quantidade de manuscritos consagrados aos acontecimentos da época, ligados ao mundo político, ou das letras e das academias”. Cf. André Belo, *Nouvelles imprimées et nouvelles manuscrites dans le Portugal du XVIII siècle: le caractère social de l’information*, [...], p. 142.

¹³⁰ “Au Portugal l’auteur est absent, et le sera, dans les imprimés comme dans les manuscrits, tant qu’il n’y aura pas un journalisme d’opinion [...]”. Cf. João Luis Lisboa, “Le statu du gazetier dans le Portugal de la première moitié du XVIII siècle” *Gazettes et information politique sous l’Ancien Régime*, [...], pp.78-80.

desconsiderado¹³¹. João Luís Lisboa adiantou, por outro lado, a pressão que existia sobre o noticiário do reino, partindo da interdição expressa, por parte do rei, de publicação na *Gazeta de Lisboa* de notícias sobre a nobreza de província¹³². Em compensação, os folhetos estavam abertos a este tipo de interesses, respondendo à pressão da nobreza de fora da Corte.

A *Gazeta de Lisboa*, ao longo do seu ciclo de vida, manteve o mesmo formato básico. Impressa em papel *in quarto*, publicada às quintas-feiras, não deixou, contudo, de sofrer algumas alterações. O periódico manteve a designação inicial até 30 de Dezembro de 1717, passando a *Gazeta de Lisboa Occidental* entre 6 de Janeiro de 1718 e 31 Agosto de 1741, acompanhando a divisão administrativa da cidade decretada por alvará régio de 15 de Janeiro de 1717. A partir de 7 de Setembro de 1741, recuperou o título primitivo, *Gazeta de Lisboa*, por inerência do alvará régio de 31 Agosto de 1741, que dera por finda a divisão administrativa de 1717¹³³.

Até à década de cinquenta o periódico foi objecto de um aumento progressivo. Em 1717, passou para oito páginas e a partir de 1734, para doze. Em 1742, a partir do número 37, incluiu um suplemento com oito páginas, saindo este às quintas-feiras e a *Gazeta* às terças-feiras. Não se diferenciava da *Gazeta* seguindo a mesma estrutura e organização, contendo também pequenos *anúncios*. Em 6 de Julho de 1752, a partir do nº 22, na mesma altura que Montarroio recebeu o privilégio de impressão da *Gazeta*, terminou a publicação do suplemento e o periódico manteve a publicação às quintas-feiras e as anteriores oito páginas. Assim permaneceu até 1760.¹³⁴ Em 22 de Julho do mesmo ano, o título mudou para Lisboa, mantendo-se até 15 de Junho de 1762, data em que o periódico foi suspenso por ordem do Marquês do Pombal, até Agosto de 1778. De realçar o papel da *Gazeta* como meio privilegiado de inserção de *publicidade* funcionando como um instrumento institucional prestigiado face aos seus leitores, uma comunidade restrita integrante das categorias sociais letradas com interesses pela cultura e pelos negócios.

O alvará de privilégio original dava a António Correia de Lemos o exclusivo de impressão de Gazetas e folhetos noticiosos. Mais nenhum impressor os poderia imprimir e também nenhum livreiro os poderia vender sem o conhecimento e autorização do detentor do privilégio, ficando quem transgredisse sujeito às penas impostas. A definição do local da impressão

¹³¹ "Dans cette lettre, Montarroio rappelle l'exemple de Renaudot, gazetier et membre de l'Académie Française". Cf. João Luís Lisboa, "Le statu du gazetier dans le Portugal de la première moitié du XVIII siècle" *Gazettes et information politique sous l'Ancien Régime*, [...], p. 80.

¹³² "Montarroio tem de repetidamente explicar esta decisão a todos os que querem que se noticiem baptizados e casamentos das elites provinciais" Cf. João Luís Lisboa, Tiago C. P. dos Reis Miranda, Fernanda Olival, *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora* [...], p. 36.

¹³³ "Inicialmente saía às quintas-feiras, posteriormente passou para as terças, com suplemento publicado às quintas" Cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, "As Realidades Culturais", *Nova História de Portugal*, dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. VII, [...], p. 508.

¹³⁴ Cf. André Belo, *As Gazetas e os Livros. A Gazeta de Lisboa e a Vulgarização do Impresso em Portugal (1715-1760)*, [...], p. 38.

relacionava-se com o detentor do privilégio que financiava a impressão do periódico. Também não foi sempre a mesma oficina que a produziu. A organização da *Gazeta* procurava assemelhar-se à construção de um livro. Estava concebida de forma a poder ser reagrupada em volumes anuais, permitindo a sua leitura retrospectiva. Existia assim uma continuidade explícita entre os sucessivos números da *Gazeta*, continuidade confirmada pela paginação sucessiva entre esses números¹³⁵. É também como um livro de formato *in quarto* e sob o mesmo título que a *Gazeta* é incluída entre as obras de Montarroi Mascarenhas por Barbosa Machado na sua *Biblioteca Lusitana*.

2.5. Afirmação da imprensa oficial

A imprensa oficial tem na *Gazette de France* nascida em 1631, o seu principal suporte, constituindo este periódico um verdadeiro modelo da imprensa oficial, modelo seguido pela generalidade das Cortes europeias, em cujas colunas o soberano aparecia como o único actor dos assuntos internos do reino. O grande atributo da sua soberania foi o de permitir o acesso às notícias vindas do estrangeiro, apesar do seu poder de censura. A publicação semanal dos boletins fornecidos pelos embaixadores no exterior, tornou possível dar a conhecer o que se passava no mundo e desse modo, os seus leitores passaram a saber o que se passava em Londres, Madrid, Viena e noutras soberanias¹³⁶. A regularidade de informação deu a possibilidade aos súbditos do rei não só o de seguirem os principais acontecimentos que se passavam além fronteiras, mas tão importante como isso, o de poderem discutir os acontecimentos e a partir daí formarem uma opinião¹³⁷.

Os acontecimentos internacionais interessavam sobretudo às elites do poder visando os seus próprios interesses e oportunidades: aos oficiais militares que seguiam de perto o estado e a evolução das campanhas; aos membros do meio diplomático constituintes de uma rede alargada de secretários de embaixada e de consulado, o mundo das negociações para o qual cada ameaça de guerra representava políticas de negociações intensas, umas vezes abertas outras vezes secretas, oferecendo esperanças e ameaças; à comunidade de investidores, à burguesia endinheirada, empenhada em perceber os riscos das suas transacções comerciais; às gentes das letras interessaria

¹³⁵ “continuidade que é atestada pela paginação contínua entre esses números e pelas colecções encadernadas que chegaram até nós. Esses volumes anuais tinham o título de *Historia Annual Chronologica, e politica do Mundo, especialmente da Europa* [...]. Cf. André Belo, *As Gazetas e os Livros. A Gazeta de Lisboa* [...], pp. 39-40.

¹³⁶ “qui ne se pliaient pas toujours aux volontés françaises. A la longue, cependant, la Gazette de France donnait l’impression d’un monde qui tounait autour de la France”. Cf. Jeremy D. Popkin, “La presse et la politique étrangère de l’Ancien Régime à la Révolution”, *Gazettes et information politique sous l’Ancien Régime*, [...], p.283.

¹³⁷ “Leur attitude critique envers la Guerre de Sept Ans et la politique française en Pologne au début des années 1770 montraient l’importance des affaires étrangères dans leur pensée” Cf. Jeremy D. Popkin, “La presse et la politique étrangère de l’Ancien Régime à la Révolution”, *Gazettes et information politique sous l’Ancien Régime*, [...], p.284.

saber o que se passava no palco internacional, para de uma forma crítica avaliar a política nacional e a sua repercussão no exterior. A um outro tipo de leitores interessaria somente os acontecimentos internos do reino, como os aspectos relacionados com as rivalidades no seio da Corte¹³⁸. Este modelo, embora com adaptações à realidade de cada governante, fora seguido na Europa Central e do Sul.

A sociedade inglesa, essa fora marcada por uma intensa disseminação informativa, de certo modo fora dos padrões normais da Europa Continental, o que justifica a curta duração da *The London Gazette*, o periódico oficial instituído em 1663. A historiografia sobre a vida política inglesa enfatiza a influência dos jornais no início do século XVIII, encorajando uma ampla população a interessar-se por estes assuntos e a neles participar. A informação política transmitida pela imprensa jornalística ajudou a promover um intenso debate, contribuindo para o nascimento de novas ideias fora da arena restrita das elites políticas dominantes, em direcção a uma mais ampla esfera pública. Além disso, através do progresso de certos conceitos de liberdade, em particular a crença que os homens e as mulheres ingleses eram cidadãos livres, a viver num Estado livre, a imprensa jornalística encorajou o público a acreditar que eles tinham, não apenas a oportunidade mas o direito de se envolverem na vida política da nação, e de protestar quando desaprovassem a acção do governo. Deste modo, a imprensa tornar-se-ia o principal meio de informação, fomentando a articulação e disseminação de protestos contra o governo, desempenhando um papel crucial na educação política e na politização do povo inglês. O crescimento populacional das cidades do reino, e o papel desempenhado pelos jornais, ajudaram a promover uma nova cultura política, encorajando indivíduos de fora das elites políticas tradicionais a formar organizações independentes e a desenvolver outras noções sobre os seus próprios direitos e liberdades. Tornara-se particularmente notável fora de Londres, onde a partir do século XVIII, cada vez mais a actuação e a identidade de autoridades locais urbanas se tornaram o alvo de intenso escrutínio e feroz debate. Muitas cidades em crescimento promoveram a retirada de oligarquias substituindo-as por estruturas governamentais locais, mais representativas dos interesses da população¹³⁹. Todavia, não é uma posição unânime. Outros analistas adiantam que o lugar dos jornais na hierarquia da imprensa política também mudou significativamente durante o período. No início do século XVIII, os jornais transmitiam poucos

¹³⁸ "De ce point de vue, on peut considérer la Gazette de France comme l'ancêtre, non seulement des journaux d'information sérieux comme *Le Monde*, mais aussi des titres consacrés aux distractions n'ayant rien à faire avec la vie pratique, comme *L'Equipe*". Cf. Jeremy D. Popkin, "La presse et la politique étrangère de l'Ancien Régime à la Révolution", *Gazettes et information politique sous l'Ancien Régime*, [...], p.284.

¹³⁹"Over time, criticism of central government also developed into full-scale national movements which aimed to change the way in which society was run. As we shall see, newspapers both represented and helped to further such movements in crucial ways." Cf. Hannah Barker, *Newspapers, Politics and English Society, 1695 – 1855*, Essex, Pearson Education Limited, 2000, p.125.

comentários de acontecimentos políticos, estando mais preocupados em transmitir as mais básicas informações acerca de assuntos domésticas e notícias estrangeiras¹⁴⁰.

A função de fornecer relatos sobre acontecimentos políticos correntes e contribuir activamente para o debate público, estava associada à imprensa panfletária em ligação com outras formas de impressão tais como, prospectos e caricatura satíricas impressas. O crescimento e a mudança dos jornais, a proeminência e influência da imprensa jornalística, contribuíram para aumentar a relação com outras formas da imprensa política, mas não foi um processo rápido. Em meados do século XVIII, os jornais ainda não eram a mais importante forma de debate público. Os panfletos mantinham a seu domínio e continuariam a mantê-lo. Mas os documentários semanais ganhavam espaço tornando-se, objectivamente, mais influenciáveis. Muitos jornais começaram a usar estas fontes e a parafrasear os seus conteúdos. Cerca de 1770, uma outra mudança estava em curso. O comentário protagonizado pelos panfletos entrara em declínio a partir de 1760. Apesar de serem ainda muito importantes no percurso da guerra americana, estavam sendo lentamente absorvidos pela imprensa jornalística que promovia o debate dos acontecimentos¹⁴¹. Cerca de 1780, os jornais emergiram como uma força rival de outras formas da imprensa política. A sua ascensão na esfera da política popular foi reforçada, em parte, por terem jogado com outras campanhas, em particular sobre assuntos da política nacional extra parlamentares. A reforma parlamentar, o movimento anti esclavagista, e o intenso debate político que a imprensa gerou à volta da revolução francesa, são um dos exemplos. Nesse ponto foram os jornais que dominaram o debate.

¹⁴⁰ “Their value to readers lay in the contemporaneity of their reporting, rather than their interpretation of events”. Cf. Hannah Barer, *Newspapers, Politics and English Society*, [...], p. 126.

¹⁴¹ “which were now not only providing their readers with the most up-to-date news, but were also publishing their own commentary on events”. Cf. Hannah Barer, *Newspapers, Politics and English Society*, [...], p. 127.

III

A PUBLICIDADE NO SÉCULO XVIII

1 - CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

1.1. Primeiras manifestações publicitárias

O Termo *publicidade* centra em si a existência de uma realidade materializável – integrante do anúncio – e a qualidade de ser público. Para a época em estudo, o termo *publicidade* tem já existência linguística, sendo para Rafael Bluteau *cousa publicamente dita, ou feyta*¹⁴². Não se percebe, todavia, uma noção teórica reconhecida. Sérgio Rodrigo Martínez adianta que o termo tem a sua origem remota no latim *publicus*, derivado de *publicare*, que significa expor ao público, publicar¹⁴³. Enquanto que a propaganda é uma palavra latina derivada do gerúndio do verbo *propagare*. Significa a «dissiminação» ou a «propagação de princípios, ideias, conhecimentos ou teorias»¹⁴⁴.

A historiografia situa antes da imprensa a existência de uma paleo-propaganda, incontestavelmente eficaz, revelada nas diversas manifestações concebidas pelo homem que nos foram transmitidas¹⁴⁵. Publicidade e propaganda são processos com dimensão humana visando convencer e influenciar no pressuposto de centrar a atenção em determinado objectivo. Mas enquanto a publicidade tem fins económicos, a propaganda está direccionada, exclusivamente, a levar ao conhecimento social uma ideia, ideologia, teoria, crença, ou qualquer outro tipo de conhecimento voltado para o convencimento ou esclarecimento de outrém¹⁴⁶. Em termos cronológicos, os analistas situam a publicidade ao tempo da pré-história, argumentando que o homem das cavernas a utilizava. Mas foi sob o impulso da civilização das trocas comerciais e da dinamização da informação que se desenvolveu a publicidade¹⁴⁷.

¹⁴²Cf. Rafael Bluteau, *Vocabulário Portuguez & Latino*, tomo VI, Lisboa, Oficina de Pascoal da Silva, 1720, p. 817.

¹⁴³ “Identifica a primeira característica do termo publicidade como a acção humana de levar algo ao conhecimento público. Assim, um acto somente poderá ser caracterizado como publicidade quando vier a levar algo ao conhecimento das pessoas no meio social”. Cf. Sérgio Rodrigo Martínez, *Publicidade de Consumo & Propedêutica do Controle*, Curitiba, Jurá Editora, 2001, p.76.

¹⁴⁴ “Foi introduzida pelo Papa Clemente VII, no ano de 1597, aquando da fundação da chamada Congregação da Propaganda, cuja finalidade era divulgar os postulados da Igreja Católica no mundo”. Cf. Sérgio Rodrigo Martínez, *Publicidade de Consumo* [...], p.81.

¹⁴⁵ “Mais la rumeur, le bouche à oreille, les discours étaient d’une autre nature que les mass media qui, aujourd’hui, assurent à la parole commerciale ubiquité et instantanéité”. Cf. Bernard Cathelat, *Publicité et Société*, préface par Bernard Brochand, nouvelle édition revue et augmentée, Paris, Payot, 1987, p. 47.

¹⁴⁶ Cf. Rodrigo Martínez, *Publicidade de Consumo* [...], p.82.

¹⁴⁷ “las tribus cartaginesas anunciaban por medio de grandiosas fogatas en las playas a los habitantes de la otra orilla del mar la próxima llegada de sus embarcaciones repletas de mercaderías para cambiar”: Cf. P. Antequera Azpiri,

Ao longo do processo de desenvolvimento da humanidade, as sociedades sempre manifestaram preocupação em dar a conhecer aquilo que lhes interessava tornar público, transmitido nas formas mais peculiares de *publicidade*, reconhecidas. A afixação de listas eleitorais, ou as inscrições comerciais romanas, os pregões populares da Idade Média, brasões e sinais associados a ofícios e mercados, constituem as primeiras matrizes reconhecidas visando o anúncio público, sendo que o pregão na época romana, apesar do seu carácter oficial, constituía uma das formas mais gerais de publicidade. A publicidade escrita é tão antiga como algumas das formas enunciadas, atestado por algumas representações, de que são exemplos os *Actos Diurnos* com os cartazes do fórum, publicados em Roma cem anos antes da nossa era¹⁴⁸. Todavia, o desenvolvimento da publicidade é contemporâneo da invenção da imprensa em 1450. Retirados os primeiros anos da sua implantação em que predominava a impressão de obras religiosas, foi rapidamente utilizada para criar determinados estados de ânimo entre a grande massa do público que a ela passou a ter acesso¹⁴⁹. Mas não só a invenção da imprensa contribuíra para o impulso da publicidade. A fundação do primeiro periódico no século XVII, um suporte de informação credível e regular, assim como os seus fundadores, que perceberam a importância do anúncio como fonte de financiamento do jornal, todos, no seu conjunto, podem ser considerados como os antepassados da publicidade moderna.

1.2. Publicidade impressa

Com o advento e a generalização da imprensa na Europa nos séculos XV e XVI, nascem os *masse media* e com eles, o suporte da publicidade moderna. A primeira empresa de publicidade reconhecida pertenceu a Théophraste Renaudot, que, com o título de «Galo de Ouro» a estabeleceu em Paris, em 1625. Apoiado pelo governador d'Anjou abriu, próximo do palácio, o *Bureau d'Adresses et de Rencontre*, considerado pela historiografia a primeira agência de pequenos anúncios com o registo de ofertas e de pedidos, os mais diversos¹⁵⁰. Recolhia e transmitia informações úteis nomeadamente, casas para alugar, enfermeiros particulares, medicamentos, e para

“Publicidad”, *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana*, Etimologias, Tomo VIII, Bilbao, Espasa-Calpe, [s.d.], coln.1015.

¹⁴⁸ “ya cien años antes de nuestra era se publicaba en Roma una especie de diario manuscrito, con el título de *Actos Diurnos*, el cual contenía los carteles del *Foro*. Publicaba también noticia no oficiales, estados de cuentas de los juegos, etc”. Cf. P. Antequera Azpiri, “Publicidad”, *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana*, Etimologias, Tomo VIII, Bilbao, Espasa-Calpe, S.A, [s.d.], coln.1016.

¹⁴⁹ “William Caxton, em 1480, imprimió los primeros carteles, que se referían a las curas de la estación termal de Salisbury. Los primeros carteles franceses aparecieron en el reinado de Francisco I, si bien con carácter oficial y estampados sobre pergamino, siendo reservado el derecho de fijación a los primeros magistrados de cada villa”. Cf. P. Antequera Azpiri, “Publicidad”, *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana*, Etimologias, Tomo VIII, [...], coln.1016.

¹⁵⁰ “Elle sert d'intermédiaire entre le patron et l'ouvrier, le riche et le pauvre, le médecin et le malade”. Cf. “Les débuts de la presse périodique (1631-1724)”, *Histoire Générale de La Presse Française*, dir. de Claude Bellanger, [...], p. 84.

facilitar a consulta editava folhas volantes com a informação recolhida que interessava tornar pública. Esta agência, criada em parte no âmbito da luta contra a mendicidade, permitiu encontros, registos de pedidos de emprego, de médicos dos pobres e de outros¹⁵¹. Evoluindo no tempo, o inventário de Renaudot passou a difundir uma longa lista de informações de significativo interesse social. Em 1629, anunciava dinheiro a juros¹⁵².

Em Inglaterra, desde o primeiro anúncio numa casa de publicação de notícias, cerca de 1620, o volume de publicidade em suportes impressos continuara em crescente progresso. Todavia, este não fora um meio isolado. Outros fomentaram o fenómeno publicitário que o conduziria à sua aparente massificação¹⁵³. Em 1637, um capitão do exército de nome Roberto Tunes, conseguiu o privilégio régio para estabelecer a primeira agência de anúncios inglesa, tendo como patrocinador o poder real, como o tivera Renaudot em França. Morto na guerra civil, o negócio foi adquirido por Oliverio Williams o qual deu um extraordinário impulso, criando um significativo número de sucursais no Reino Unido¹⁵⁴. No final do século XVII, indivíduos imbuídos do que contemporaneamente se designará por *marketing*, contribuíram para invadir as ruas de Londres de publicidade, servindo grupos de actividades que a dimensão e confusão da cidade ajudara a formar. Sendo Londres um centro financeiro por excelência, todos os grupos intervenientes tinham conhecimento dos câmbios oficiais e de como encontrá-los, para o que contribuíra a publicidade, já para a época um meio fundamental, primando, em certa medida, pelo excesso face às necessidades¹⁵⁵.

Será, todavia, em 30 de Maio de 1631, quando surgiu o primeiro número da *Gazeta de Renaudot*, com licença do rei Luís XIII, e com ela o primeiro anúncio pago neste jornal, que se poderá determinar o início da publicidade moderna, identificada com a imprensa periódica, cuja progressão, com a semântica que contemporaneamente se atribui à palavra, começou a dar significativos passos. A propagação das gazetas no quadro europeu, tornando-se no periódico oficial do poder político, determinou a sua formalização como o suporte de transmissão da

¹⁵¹ “En 1612, le P. Joseph appelle Renaudot au Louvre afin qu’il expose ses projets charitables, car les Bureaux de Charité et les hôtels-Dieu se révèlent insuffisants. En 1618, il est promu commissaire général des pauvres du royaume”. Cf. “Les débuts de la presse périodique (1631-1724)”, *Histoire Générale de La Presse Française*, dir. de Claude Bellanger, [...], p. 84.

¹⁵² “ Cette Feuille du Bureau d’Adresses, in-8°, se vend au numéro deux sous et six deniers. Du vivant du fondateur, elle ne se confondait pas avec la Gazette”. Cf. “Les débuts de la presse périodique (1631-1724)”, *Histoire Générale de La Presse Française*, dir. de Claude Bellanger [...], p. 85.

¹⁵³ Cf. Michael Harris, “Timely Notices: the Uses of Advertising and its Relationship to News during the Late Seventeenth Century”, *News, Newspapers, and Society in Early Modern Britain*, [...], p. 141.

¹⁵⁴ Cf. P. Antequera Azpiri, “Publicidad”, *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana*, Etimologias, [...], coln. 1017.

¹⁵⁵ “but remain unidentified through natural wastage, by cries which caused such annoyance to some and amazement to others or simply by word of mouth or reputation”. Cf. Michael Harris, “Timely Notices: the Uses of Advertising and its Relationship to News during the Late Seventeenth Century”, *News, Newspaper*, [...], p.141.

informação conveniente e autorizada e, do mesmo modo, o meio de divulgação da publicidade também aconselhada e recomendada. *The London Gazette*, cuja publicação se iniciou em 1665, corporizou o monopólio da informação pelo poder, sendo também ela, um meio de divulgação publicitário de significativa audiência, frequentemente requerida por ofícios governamentais, representando o modelo de divulgação adequado à cultura do quotidiano dos *coffe-houses*, nos finais do século XVII.

Paralelamente, desenvolveu-se o cartaz como suporte de reclame. A historiografia situa em 1482 o mais antigo cartaz anunciando uma peregrinação. Mas a afixação permaneceu monopólio da Coroa e da Igreja. Até ao século XVIII, o cartaz seria mais veículo de propaganda que reclame comercial¹⁵⁶. Só em 1722, a sua afixação se tornou matéria legalmente reconhecida por ordenação real. Durante este período, a publicidade permaneceu informativa, clara, sem insistência nem tentativa de influenciar o cliente. A maior parte das vezes, manteve-se assunto de particulares e das corporações poderosas. O fenómeno, o mais importante desta época, que começara com a Revolução Francesa, foi o reencontro real do jornal e do anúncio, depois da breve experiência de Renaudot. Enquanto que na Grã-Bretanha, desde 1650, os anúncios publicitários invadiram as gazetas, no Reino da França os monopólios mantinham uma barreira entre a informação e o anúncio. Somente em 1789, pela primeira vez, um jornal francês, o *Moniteur Universel*, publicou uma tarifa de anúncios. Mas foi preciso esperar pelas grandes perturbações sócio políticas do século XIX para se ver consolidada a interacção – publicidade / imprensa – princípio que ainda hoje subsiste. Foi sob a repressão da imprensa, ao tempo da Restauração Francesa, sujeita a pesadas taxas pela sua oposição liberal, que os publicitários devem a instauração da compra de espaço, reservado à inserção de publicidade. As receitas publicitárias destinavam-se socorrer as gazetas esmagadas por duros direitos de chancela, datando daí o argumento que a “publicidade garante a liberdade de imprensa”. Em Novembro de 1827, o jornal *Le Constitutionnel*, prevenia os seus leitores que uma adição quotidiana, equivalente a uma meia folha, integrante do jornal, seria consagrada aos anúncios de toda a natureza¹⁵⁷.

1.3. A publicidade: um conceito

A presença universal da publicidade permite identificar e avaliar em todos os períodos, sob diversas perspectivas, o anunciante e o consumidor. Nessa óptica contextualiza o quadro sociológico e cultural que sustenta a emergência de determinada oferta. Constituindo uma forma de

¹⁵⁶ “encore son audience est-elle restreinte par l’analphabétisme”. Cf. Bernard Cathelat, *Publicité et Société* [...], p. 47.

¹⁵⁷ “qui peuvent intéresser la propriété, le commerce, l’industrie, les hommes d’affaires en tous genres ; presse et publicité sont désormais liées par l’intérêt”. Cf. Bernard Cathelat, *Publicité et Société* [...], p. 48.

comunicar, a publicidade é suportada por um discurso que passa pelo seu posicionamento enquanto prática de significação no seio da comunidade a que se dirige, e desse modo, permite perceber os valores estruturantes dessa comunidade¹⁵⁸. Se o objectivo comercial da publicidade é integrar produtos no quotidiano do público, e essa operação requer, em princípio, uma familiarização do consumidor com aqueles mesmos produtos, e com as ideias expressas pelo discurso que os dá a conhecer e desejar, por outro lado, a publicidade não pode ser pensada isoladamente dos meios que permitem a sua divulgação. Estes, de igual modo, representam um contexto sociológico cuja análise crítica é preciso integrar. A publicidade, ao passar da esfera privada para a esfera do domínio público, a partir de uma mensagem essencial que é a publicidade do texto, centra em si respostas a necessidades de um público, construindo aí a sua própria identidade.

1.3.1. Público e publicidade

Paralelamente à construção do Estado Moderno, desenvolveu-se e estruturou-se um novo grupo social, uma nova burguesia que iria ocupar um lugar central no seio do *público*. O homem do *público* não era neste caso o homem do povo, mas o homem cultivado. O seu núcleo era constituído pelos funcionários da administração, antes de tudo pelos juristas, os quais integravam o grupo dos médicos, dos eclesiásticos, gentes dos ofícios, mestres de escola e os copistas, as pessoas instruídas¹⁵⁹. A linha de demarcação entre o estado e a sociedade separava também o domínio público do domínio privado. O espaço público estava limitado ao poder no qual se encontrava a Coroa. Quanto ao domínio privado, detinha em si uma esfera *pública* repousando sobre as pessoas privadas. No seio desta estrutura manifestava-se a distinção entre a esfera privada e a esfera pública. A primeira compreendia a sociedade civil num sentido mais restrito¹⁶⁰. A esfera pública política, assimilava os eruditos da literatura e os homens da opinião pública, que desempenhavam um papel mediador entre as necessidades da sociedade e do Estado.

No final do século XVII e início do XVIII, em Inglaterra como em França, aparecem novas estruturas sociais. Os cafés florescem entre 1680 e 1730, e os salões entre a Regência e a Revolução. Elas serão, quer no continente quer em Inglaterra, os centros onde se desenvolveu, primeiro uma importante crítica literária, logo seguida de uma outra crítica de natureza política.

¹⁵⁸ “a publicidade em si é entendida como um meio, já que formata o sentido dos objectos a cujo consumo alicia”. Cf. Avelino Francisco Serra Lopes, *Publicidade e Intimidade. Uma hermenêutica da deriva para o texto publicitário*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 2004, programa em literatura comparada, pp. 10-11, exemplar policopiado.

¹⁵⁹ “sur le continent européen en tout cas, où la technique du droit romain traditionnel est utilisée comme l’instrument d’une rationalisation des échanges au sein e la société » Cf. Jürgen Habermas, *L’espace public [...]*, p.33.

¹⁶⁰ “le domaine de l’échange des marchandises et du travail social, ainsi que la famille et sa sphère intime » Cf. Jürgen Habermas, *L’espace public [...]*, p.41.

Começa-se gradualmente a promover uma espécie de igualdade entre gente cultivada colocando na mesma hierarquia a sociedade aristocrata e certos intelectuais burgueses. Na primeira década do século XVIII, teriam aberto em Londres mais de três mil cafés, tendo cada um o seu círculo de frequentadores¹⁶¹. Não abriam as suas portas somente aos círculos de renome, estavam abertos sobretudo aos grupos inferiores, mesmo aos artesãos e lojistas. Eram frequentados por negociantes ricos e mais pobres. Nos cafés o «intelecto» aproximava-se da nobreza; nos salões a crítica literária detinha o seu lugar central.

Todavia, em França, os salões formavam um enclave particular. Enquanto a burguesia estava excluída dos postos de comando, quer no Estado quer na Igreja, gradualmente ia ocupando os lugares centrais da economia. O seu poder económico abria-lhe as portas da aristocracia, que por sua vez a compensava da sua inferioridade estrutural com privilégios reais. E de uma forma um tanto mais restrita, entrou no seu ambiente social, no espaço seleccionado dos salões no seio dos quais, sob o mesmo pé de igualdade, se promovia o encontro da nobreza e da alta burguesia de banqueiros e de funcionários, que ali passaram a ter acento. Os salões eram lugares de discussão, de formação de juízos construtores de uma opinião pública com repercussões sociais. Quase nenhum dos grandes escritores do século XVIII ousava por em discussão as suas reflexões essenciais, sem primeiro ter o assentimento deste fórum¹⁶². O salão detinha o monopólio da primeira publicação. Neste contexto, a fusão de pessoas privadas com a esfera do público político foi-se realizando-se secretamente, antecipando assim uma outra noção de público, ainda largamente marcada pela ausência de qualquer *publicidade*.

A constituição duma igualdade fundada sobre o valor da pessoa impõe-se pouco a pouco contra a tradição das hierarquias. A igualdade sustentada na autoridade dos argumentos acabaria por se impor à da hierarquia social, significando para o espírito da época a igualdade de pessoas enquanto seres humanos¹⁶³. O papel dos cafés, dos salões e das diversas sociedades, foram determinantes na construção de uma nova ideia de público, não desde logo assumida, mas impondo-se como uma reivindicação objectiva. A discussão no seio de um tal público supunha, em segundo lugar, que fossem postos em questão domínios que até aí não estavam preparados para serem objecto de discussão crítica, desde sempre cingidos à cátedra restrita da Igreja e do Estado, à sombra dos colégios e das universidades.

¹⁶¹ “Dryden polémiquait sur les «Anciens et Modernes» ao sein du cercle formé par la jeune génération des écrivains chez Will’s, comme Addison et Steele tirent un peu plus tard leur petit cénacle chez Button’s”. Cf. Jürgen Habermas, *L’espace public* [...], p.43.

¹⁶² “C’est-à-dire sous la forme de conférences soutenues devant des académies et surtout devant les Salons. Une nouvelle œuvre, même musicale, devait d’abord recevoir l’assentiment de ce forum”. Cf. Jürgen Habermas, *L’espace public* [...], p.44.

¹⁶³ «Les hommes, constituent le public [...]» Cf. Jürgen Habermas, *L’espace public* [...], p.47.

O desenvolvimento do capitalismo exigia que certas categorias sociológicas fossem tratadas numa forma racionalmente determinada pela informação, por uma massa cada vez maior de informação. Nessa medida, as obras literárias e filosóficas, e as obras de arte em geral, sendo produzidas por um mercado e por ele difundidas, como bens culturais faziam parte da informação exigida, transformando-as num outro nível de valores, em mercadorias que se tornariam acessíveis a todos. Deste modo, rapidamente deixariam de pertencer à representação restrita do espaço público da Igreja e da Corte, significando precisamente a perda da sua aura e a laicização do seu carácter outrora sagrado. As pessoas do privado a quem as obras, ao tanto que mercadorias, se lhes deveriam tornar acessíveis, determinaram a sua dessacralização uma vez que as deviam analisar de forma independente, pelo meio de uma informação racional e recíproca, superando o paradigma autoritário em que não podiam ser, nem discutidas, nem explicadas¹⁶⁴. O mesmo processo que transformou a arte e a cultura em mercadorias, e que deste modo fez da cultura um sujeito de discussão, conseguiu, por outra parte, que a esfera do público não pudesse jamais se fechar sobre si mesmo. O público, assimilador da esfera do privado, a cuja noção estavam implícitos bens e cultura, numa perspectiva de mercado assinalara um novo paradigma sociológico: público e consumo estariam doravante associados.

A evolução da noção de público ocorrida no século XVIII, exigindo mais informação, a laicização da arte e a discussão crítica da cultura, bem como a sua associação à ideia de mercadoria, pertença do mundo dos negócios, marcou decisivamente a necessidade de mais informação, mais comunicação, numa perspectiva de tornar público aquilo que interessava à nova comunidade de consumidores. Neste enquadramento tem sustentabilidade constituir-se aí o *conceito de publicidade* com a semântica que actualmente lhe é atribuída, isto é, associada a uma forma económica¹⁶⁵.

1.4. A publicidade: uma matriz social

A publicidade entra na nossa cultura associada a uma nova forma económica, sendo também considerada um indicador social decididamente moderno, tornando-se o símbolo e a linguagem numa civilização que tendia para uma situação económica de abundância votada ao consumo. Na perspectiva de Daniel Rocha, o consumo é já uma realidade muito antes da revolução industrial e comercial iniciada no século XVIII. É inseparável da dimensão familiar em que as

¹⁶⁴ “C’est d’abord, et pour la première fois, au XVIII siècle que l’«art» et la «culture» [...], sont redevables de leur sens moderne qui les définit comme formant un sphère à part, en marge du processus de reproduction sociale» Cf. Jürgen Habermas, *L’espace public* [...], pp.47.

¹⁶⁵ “C’est au sein des institutions de la critique d’art, de la critique littéraire, théâtrale et musicale, que prend corps le jugement profane d’un public majeur ou en passe de le devenir. La nouvelle profession, qui apparaît en même temps que ce public, reçoit dans le jargon de l’époque le nom d’«arbitre des arts».” Cf. Jürgen Habermas, *L’espace public* [...], p. 51.

despesas tendiam a organizarem-se, não em redor do indivíduo, mas em redor do núcleo familiar – pais e filhos – uma colectividade dinâmica no seio da qual se começam a construir as identidades individuais com necessidades quotidianas. Nas opções que caracterizam a economia do quotidiano, misturam-se diversos factores de sociabilização, como o cultural, o social e o económico, o nível de rendimento, as distâncias entre eles, e o lugar de representação dos actores. A variação dos comportamentos de consumo é inseparável de uma relação directa com os rendimentos e os hábitos familiares, a hierarquia social, valores de diferenciação cuja dinâmica assenta na distinção e na imitação e, nessa linha, nas práticas de procura de posicionamento social. Este ponto é essencial para se compreender a evolução dos consumos na época moderna. Cada qual deve consumir segundo a sua categoria¹⁶⁶. Com toda a evidência, a sociedade antiga era uma sociedade de escassez; mas uma outra sociedade de consumos mais intensos cedo despontou no mundo da aristocracia, nas cidades onde a nova burguesia tendia a afirmar-se por um consumo tradicionalmente pertencentes à hierarquia com prestígio social. A procura estimula a oferta, que por sua vez forma novos canais concorrentes entre si. A necessidade de concorrência estimula formas de comunicação sendo a *publicidade* uma via de comunicação potenciadora de consumo. A necessidade de consumo só muito lentamente se iria estender ao campo e aos grupos populares. A sua natureza estrutural, económica e cultural mantivera estes grupos arredados dos padrões de consumo que se começavam a perfilar.

O final do século XVII e início do XVIII constituem um lugar privilegiado de reflexão, podendo formar-se aí a ideia de uma economia formada pela procura, com novas regras de civilização material. Para isso será preciso compreender o funcionamento das sociedades e a sua relação com o que se consome e o que se produz, assim como o enquadramento social e cultural tendo em conta imperativos da vida privada e pública, normas que se exprimem nas opções de cultura material. A análise tipológica dos anúncios da *Gazeta de Lisboa*, indicadora do que se produzia e consumia, será sem dúvida um processo que ajudará a compreender a cultura e o quotidiano da sociedade de Corte no século XVIII.

¹⁶⁶ “Argumento central das civilidades desde Erasmo” Cf. Daniel Roche, *História das Coisas Banais, Nascimento do Consumo nas Sociedades Tradicionais (séculos XVII-XIX)*, tradução de Telma Costa, Lisboa, Editorial Teorema, 1998, p. 25

IV

OS ANÚNCIOS DA *GAZETA DE LISBOA* E A CONJUNTURA DA ÉPOCA

1 - A COMPLEXIDADE DE CONCEITOS

Abordar questões culturais e sociais é sempre uma tarefa extremamente difícil, deveras complexa dada a multiplicidade de entendimentos e teorias. Mais difícil quando o estudo assenta em pressupostos analíticos cuja compreensão é dificultada pelos elementos de pesquisa, neste caso a interpretação do texto. No entendimento de Manuel Antunes (1918-1985), nenhuma teoria até hoje conseguiu uma explicação total¹⁶⁷. Problemas de reduzida grandeza poderão intervir na compreensão que se pretende, limitando a capacidade de análise. No ambiente sociológico da época, moldado pelo predomínio de uma cultura de matriz profundamente nobiliárquica e eclesiástica, estabelecer o quadro de relações para a partir dele se construir o objecto do discurso, não deixa de ser uma tarefa com alguma dificuldade. Seguindo Michel Foucault, estas relações poderão ser estabelecidas entre instituições, processos económicos e sociais, formas de comportamento, sistemas de normas e de etiqueta, tipos de classificação, onde se constrói um jogo de dependência, umas vezes de proximidade, outras de afastamento, configurando um conjunto de regras inerentes a uma prática definindo-as na sua especificidade¹⁶⁸. A Corte joanina, estruturada e representada segundo uma diversidade de signos de poder, onde se misturavam representações cerimoniais, gestos, rituais e códigos de conduta, integra um feixe complexo de relações, o que dificulta a sua compreensão total. Constituiu, portanto, uma forma particular de sociedade que, como observa Roger Chartier, a tratar do mesmo modo que outras grandes formas “como a sociedade feudal ou a sociedade industrial¹⁶⁹”.

Por outro lado, no século XVIII, em Portugal, assiste-se ao progresso gradual do empirismo e do racionalismo instituindo diferenças no modo de captar e entender o mundo exterior, para o que contribuíram academias e eruditos portugueses, de que foi paradigma a Academia dos Generosos, renovada em 1693 pelo quarto Conde da Ericeira. Em final de Seiscentos, numa das

¹⁶⁷ “Há sempre alguma coisa que fica de fora, há sempre uma razão que não chega a sê-lo, há sempre uma coerência que em dada altura falha”. Cf. Manuel Antunes, *Teoria da Cultura*, coordenação, revisão e notas de Maria Ivone de Ornellas de Andrade, Lisboa, Edições Colibri, 2002, p. 59.

¹⁶⁸ “E estas relações não estão presentes no objecto; não são elas que se desenrolam quando se faz a sua análise”. Cf. Michel Foucault, *A Arqueologia do Saber*, tradução de Miguel Serras Pereira, Lisboa, Almedina, 2005, p. 76.

¹⁶⁹ “A corte desempenha aí um papel central, uma vez que organiza o conjunto das relações sociais” Cf. Roger Chartier, *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*, tradução de Maria Manuela Galhardo, 2ª ed., Lisboa, Difel, 2002, pp.91-92.

lições ali recitadas, contestava-se a autoridade de Aristóteles¹⁷⁰. Na linha das palestras desta Academia, seguiram-se as Conferências Discretas e Eruditas, iniciadas também sob a protecção do quarto Conde da Ericeira, em 1696. Começou a ganhar força a ideia de que o modelo de racionalidade técnico-científico do presente superava a herança dos antigos e que só por meio da crítica os modernos se libertariam da servil imitação do passado. O processo iniciado em 1720, com a fundação da Academia Real da História, que encerrava em si um certo espírito de autonomia, de compreensão crítica e racional, definia-se com princípios de “República das Letras”, abrindo-se ao mundo das ideias dos estrangeirados, no sentido de um certo tipo de cultura se vir a aplicar aos portugueses¹⁷¹.

O conhecimento sustentado na crítica sedimentou novas linhas de sensibilidade e de compromisso entre a razão e a fé. No entendimento de Ana Cristina Araújo, o catolicismo não permaneceu incólume à crítica¹⁷². Os anos cinquenta e sessenta de Pombal, à margem do seu projecto de reforma educativa, representaram um ponto de viragem importante na incorporação das diferentes correntes de pensamento europeu, irrompendo um certo universalismo das “Luzes”. O que não quer dizer que se tenha abandonado a apertada vigilância sobre as consciências individuais, de molde a garantir a conformidade da ordem política à norma cultural e à ortodoxia religiosa, à semelhança do que se passava nas monarquias centralizadoras da época. Neste quadro, os espíritos eruditos europeus, procurando libertar-se à tutela dos Estados, buscaram maior liberdade de acção e de pensamento firmando a sua autonomia intelectual no espaço alargado da “República das Letras” espaço universal de circulação de ideias e saberes¹⁷³.

D. João V manifestou, por outro lado, curiosidade e interesse sobre a produção cultural e científica produzida nos Estados europeus. Nesse sentido, segundo estudo de Maria Beatriz Nizza da Silva, o Monarca serviu-se da sua rede diplomática para a compra de livros destinados à sua biblioteca e para saber qual a melhor disposição a dar a uma tão grande quantidade de obras. O enviado em Londres, António Galvão Castelo Branco, por ordem régia de 18 de Março de 1727,

¹⁷⁰ “contestava-se a autoridade de Aristóteles com o argumento de que é «absurda a opinião vulgar que nega aos engenhos modernos a glória de novos inventos, como se os antigos mestres esgotassem toda a ciência». Cf. Ana Cristina Araújo, *A Cultura das Luzes em Portugal* [...], p. 25.

¹⁷¹ “A noção de estrangeirado, aparte das conotações depreciativas que o termo envolvia, neste caso, compreendia considerações sobre a superioridade de um certo tipo de cultura, a convicção da possibilidade dela vir a aplicar-se ao português, através de propostas «externas» e as vantagens que daí tiraria”. Cf. Jorge Borges de Macedo, *Estrangeirados. Um conceito a rever*, Lisboa, Edições do Templo, 1989, p. 21.

¹⁷² “Na querela Antigos/Modernos, os modernos fazem profissão de fé na ciência e no progresso, reclamam uma nova estética literária, contribuem para o desmantelamento progressivo da velha ordem cultural, mas não se libertam de um dia para o outro do peso das convenções herdadas”. Cf. Ana Cristina Araújo, *A Cultura das Luzes em Portugal* [...], p. 18.

¹⁷³ “A República das Letras assemelhava-se a um espaço universal, livre e fraternal, transnacional e supra confessional, onde se integravam sábios de todas as nações da Europa, figuras intelectuais de primeiro plano, transmitindo aos seus correspondentes os saberes que cultivavam, procurando fundar a prática do aconselhamento político em máximas filosóficas de interesse geral”. Cf. Ana Cristina Araújo, *A Cultura das Luzes em Portugal* [...], p. 19.

começou a visitar as bibliotecas inglesas e a procurar responder ao questionário de 19 perguntas, enviado pelo secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real¹⁷⁴. Papel idêntico desempenhou D. Luís da Cunha em relação às bibliotecas dos Países Baixos. Permanecera em Bruxelas por motivo de doença, depois de sair de Paris, em 1725, devido ao corte de relações diplomáticas de Portugal com a França¹⁷⁵. Foram especialmente úteis na tarefa de aquisições régias, D. Luís da Cunha, o quarto Conde de Tarouca, João Gomes da Silva, e o agente sediado em Paris, Francisco Mendes de Góis.

2 - ESTRUTURA SOCIAL PORTUGUESA DO SÉCULO XVIII

Assumido o poder em 1706, D. João V deu continuidade à política romana esboçada no tempo de D. Pedro II, concretizada de forma incessante, magnificente e esplendorosa ao longo da sua governação. A sumptuosidade do seu reinado constituiu o ponto alto do cerimonial das grandes representações monárquicas portuguesas. Sendo a religião o factor relevante de coesão social, em que a tradição de convívio praticamente se limitava à disciplina das obrigações de fé – visitas aos templos, procissões, baptizados, casamentos, exéquias e autos-de-fé – as práticas cerimoniais joaninas fundamentavam-se, essencialmente, no fausto eclesiástico. A política religiosa de D. João V e dos seus conselheiros pautara-se por uma dualidade de comportamentos. Se por um lado o Monarca concedeu múltiplos privilégios e diversos benefícios à estrutura eclesiástica, por outro lado não perdeu do seu horizonte um acentuado regalismo político patente na fundação da Patriarcal, na defesa do Padroado do Oriente, no direito de apresentar os bispos portugueses, na limitação do poder dos núncios e no direito do beneplácito régio¹⁷⁶. No plano da estrutura social, D. João V herdou um país caracterizadamente agrário-feudal com praticamente um terço do território transferido para a posse da Igreja. O número de negociantes estrangeiros estabelecidos em Portugal superava os nacionais, evidenciando o drástico enfraquecimento da burguesia portuguesa.

Para Eduardo Brazão, o ambiente sociológico que se vivia em Portugal era semelhante ao dos Estados do sul da Europa – Espanha, Itália, Sardenha e a Sicília – onde os clérigos e religiosos exerciam uma grande influência, podendo serem vistos como senhores da condução da

¹⁷⁴“Visitou Cambridge e seus colégios, Oxford e a Bodleian Library, em Londres a Cottonian, só de manuscritos, a da Royl Society”. Cf. Maria Beatriz Nizza da Silva, *D. João V*, Mem Martins, Circulo de Leitores, 2006, p. 277.

¹⁷⁵ “Visitou 17 bibliotecas e mandou outra pessoa visitar outras seis. Em Bruxelas, examinou as de algumas ordens religiosas e da Universidade de Lovaina. Na biblioteca dos jesuítas de Antuérpia observou a sala dos livros proibidos e as suas características especiais” Cf. Maria Beatriz Nizza da Silva, *D. João V*, [...], p. 277.

¹⁷⁶ “O regalismo só se tornou possível porque foi ao encontro de interesses de sectores influentes da sociedade, sobretudo da hierarquia eclesiástica, que viam na fidelidade ao Rei a possibilidade de reproduzir e perpetuar o poder de uma elite aristocrático-eclesiástica”. Cf. Maria Paula Marçal Lourenço, “Estado e Poderes”, *Nova História de Portugal*, dirigida por Joel Serrão e António de Oliveira Marques, vol. VII, [...], pp. 26-28.

vida das comunidades¹⁷⁷. Foi com o ouro e os diamantes do Brasil que se levantou o trono absoluto de D. João V, e foi com eles que o Monarca, e todo o reino, se puderam entregar à magnificência do divino. O seu reinado foi sustentado por um exacerbado culto do barroco precisamente quando este movimento se encontrava em declínio em grande parte da Europa. Para Rui Bebiano, entre outras causas, a sua justificação poderá ser sustentada pela fluência do ouro do Brasil chegada ao reino e talvez ainda, pelo prolongamento do atraso com que iam chegando as novidades de além-Pirinéus¹⁷⁸. Esse movimento fomentou um certo culto anti-intelectualista, mesmo ao nível dos círculos culturalmente dominantes, conduzindo a formas irracionais e exaltadas de crença e ao desejo por impressões essencialmente do domínio visual. É o homem do barroco, o homem dos grupos sociais da nobreza de Corte, não a larga massa de rurais, que participa neste processo de compreensão mental e estética. Alguns dos principais conflitos da primeira fase do reinado do Monarca decorreram precisamente das liberalidades de D. João V em relação ao tratamento dos membros da Patriarcal. A proeminência nos lugares de representação provocou uma forte reacção dos titulares, especialmente dos condes, que se recusavam abdicar da prerrogativa que lhes tinha sido destinada no xadrez da complexa estrutura social fortemente codificada e hierarquizada. As *Memórias Históricas* do primeiro Conde de Povolide, um cortesão em sintonia com os cânones da corte joanina, registam esse cenário de conflituosidade que emergira dos privilégios concedidos pelo Monarca às dignidades da Patriarcal, abrindo uma fissura no tecido social da Corte, onde cada gesto ou atitude terá de ser visto no enquadramento de um jogo que visava, objectivamente, a promoção social. Essa promoção passava pelo entrar nessa estrutura fechada e hierarquizada, cuja exclusão não era, de modo algum, desejável¹⁷⁹. Esta tendência será invertida no programa de governação seguido pelo Marquês de Pombal, com transformações significativas na sociedade portuguesa. A importância social tenderá para os estratos ligados directamente a funções de justiça, minimização dos privilégios nobres e dos estrangeiros estabelecidos em Portugal, e o aumento do poderio régio sob a égide da utilidade do Estado.

¹⁷⁷ “Senhores da velha estirpe, rodeados de regalias, que tinham tido a sua explicação, mas já no início do seu declínio naquela Europa mais evoluída”. Cf. Eduardo Brazão, “A Criação da Patriarcal”, *A Diplomacia Portuguesa nos séculos XVII e XVIII*, 1700-1750, vol. II, 1700-1750, Lisboa, Editorial Resistência, 1980, p. 161.

¹⁷⁸ Cf. Rui Bebiano, “D. João V, O Rei Sol”, *Revista de História das Ideias, O Sagrado e o Profano*, vol. 8, Coimbra, 1986, p. 116.

¹⁷⁹ “Nem os Bispos sagrados são chamados para acompanhar, nem para assistir a Sua Magestade nas funções públicas, para as quaes são chamados os Condes, como os Marqueses e Duques”. Cf. *Portugal, Lisboa e a Corte nos reinados de D. Pedro II e D. João V. Memórias Históricas de Tristão da Cunha de Ataíde 1º Conde de Povolide*, direcção de Cármen M. Radulet, Lisboa, Chaves Ferreira, 1990, p. 284.

2.1. O processo cultural no tempo de D. João V

A distância a que Portugal se encontrava dos centros de produção europeus, com um posicionamento geográfico integrado numa península onde predominava a continentalidade, as difíceis condições gerais das comunicações, tudo isso o afastava da vida material e espiritual da Europa. Apesar de limitado por estas condições, na teoria de Jorge Borges de Macedo, Portugal sempre teve capacidade de escolher o que melhor se adaptava à sua realidade¹⁸⁰. No final do século XVII, iniciou-se um processo de transformação extensivo e intensivo nos transportes, resultando daí as mais diversas consequências no domínio económico, social e cultural. A crescente rapidez de acesso às notícias, circulação de ideias, o constante desenvolvimento das relações e dos contactos humanos, contribuíra para mudar a realidade.

Com D. João V, Portugal adquiriu condições de estabilidade política e equilíbrio financeiro. Assentava numa economia sustentada pela exploração mineira do Brasil e por várias linhas de comércio europeu e ultramarino. Vivia-se uma conjuntura favorável que permitiu a realização da ambição do monarca, de se projectar no mundo cultural que proliferava além Pirinéus. Desde a primeira metade do século XVII, que em Portugal se assistia ao nascimento e desenvolvimento de academias. Na perspectiva de Isabel Drumond Braga, as primeiras instituições não tiveram grande actividade prática. Todavia, desenvolveram o gosto pela discussão de novas ideias, em particular das correntes veiculadas por fontes estrangeiras¹⁸¹. A proliferação de escolas e academias nos séculos XVII e XVIII, embora influenciadas por circunstâncias específicas do ambiente cultural próprio, têm sido interpretadas como frequentes tentativas de pouca qualidade e, na sua generalidade, de pendor literário ou religioso.

A *Gazeta de Lisboa* começou a dar notícias da fundação e abertura de agremiações, divulgando uma certa dinâmica cultural que se vinha afirmando na sociedade de Corte. Na Academia de Monsenhor Firrao, aberta em 19 de Abril de 1716, as temáticas em discussão incidiam sobre a teologia¹⁸². Na Academia dos Anónimos, aberta em 6 de Dezembro do mesmo ano, o tema da sessão pronunciava pendor literário. As conferências desta Academia repetiam-se todos os

¹⁸⁰ “Os portugueses têm tido uma extraordinária capacidade de escolher na cultura europeia o que lhes convém para o moldar às suas necessidades e a partir daí constituírem categorias para apreenderem a sua experiência nacional”. Cf. Jorge Borges de Macedo, *Portugal, Europa, para além da circunstância*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1988, p. 48.

¹⁸¹ Cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Baga, “Realidades Culturais”, *Nova História de Portugal*, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. VII [...], p. 536.

¹⁸² “Domingo 19 do corrente se abriu a Academia de Monsenhor Firrao Núncio Extraordinário de S. Santidade, que esteve alguns meses suspensa, & foy o assumpto desta sessão o sagrado Concilio Chalcedonense, que he o quarto dos geraes, celebrado no anno do Senhor 451 com assistência de 636 Prelados em Chalcedonia, Cidade de Bichinia, [...]. O Conde da Ericeyra fez também hum discurso muyto elegante. Houve muytos argumentos, & hum grande concurso de pessoas illustres, & douts.”: Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 17, de 25 de Abril de 1716.

Domingos à noite “com grande concurso de curiosos”¹⁸³. A fundação da Academia Portuguesa, criada pelo quarto Conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Meneses, iniciada em 26 do mês de Maio de 1717, revelava interesse por temáticas de compreensão científica¹⁸⁴. Versava questões sobre a língua portuguesa e a introdução de um extracto das notícias literárias da Europa. A regularidade das sessões e a pluralidade dos temas que constituíam o programa mostravam a erudição do seu fundador. Os temas em debate não eram de todo novos. Desde finais do século XVII, que em casa do titular se sucediam reuniões onde se discutiam problemas científicos e de crítica literária. Esta Academia indiciava princípios epistemológicos prenunciadores do processo de secularização da cultura ocidental. Fundada com objetivos científicos – erudição crítica – era evidente o seu interesse em acompanhar o que se passava na Europa, onde em finais do século XVII emergira a questão laica, com Bento Spinoza como um dos seus percursores¹⁸⁵. Em 1718, a *Gazeta de Lisboa*, anunciou o aumento do número de Lentes da Academia, e a introdução “pelo Conde de Villa mayor às Artes Mathematicas, próprias de um Cavalheyro”. São pressupostos que marcam o seu interesse por temáticas de natureza racional, aberta ao espírito das luzes, em ascensão além Pirinéus¹⁸⁶. Na Academia dos Retóricos, instituída no colégio de Santo Antão dos padres da Companhia de Jesus, a sessão de 10 de Maio de 1720, abriu com um certame “entre as Artes, & Sciencias”¹⁸⁷. Fundada em 10 de Março do mesmo ano, por diligência do padre José Leite, mestre da segunda classe do colégio, esta Academia, ligada a uma instituição com responsabilidades no ensino, e com interesse pelas “artes e ciências”, salientava estar em curso um novo paradigma no domínio da instrução.

¹⁸³ “Domingo 6 do corrente, abrião os Anónimos a sua Academia, sendo Presidente o M. R. P. Fr. Simão de S. Catherina, Religioso da Ordem de S. Jeronymo, que fez huma eloquente, & discreta oração sobre a abertura destas eruditas conferencias; em que além dos assumptos Poéticos, se dictaõ regras para formar hum perfeyto Poema heróico, para seguirem com acerto as leys da historia. Na primeyra fez o mesmo Conde como Secretario della hm erudito discurso sobre a sua introdução; & o Marquez de Alegrete outro sobre a mesma matéria muy elegante; & o P. D. Raphael Bluteau, Preposito da Casa da Divina Providencia propoz varias questoens sobre a língua Portugueza, como deve fazer em todas as conferencias [...]”: Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 51, de 19 de Dezembro de 1716.

¹⁸⁴ O Conde da Ericeira querendo fazer communicavel a sua universalidade em toda a literatura, & dirigir os coraçõens, & os discursos às virtudes moraes, & às sciencias [...], instituhio no seu palacio hum congresso de pessoas eruditas, com o titulo de *Academia Portuguesa*, cujas leys se comprehendem em vinte & dous preceitos. As assembleas começãõ em 26 do mez de Mayo, & se continuaõ todas as quartas feyras de tarde. Em cada huma há sempre huma lição de Filosoia moral, outra de Filologia. Assumptos para dissertaçõens, Mathematicas, Phisicas, Moraes, & Crticas, & para versos [...]”: Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 23, de 10 de Junho de 1717.

¹⁸⁵ “Derivava do «cenáculo» criado em 1696, na biblioteca do mesmo titular, e onde várias figuras cultas discutiam temas ligados à prosa e à poesia nacionais”. Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica*, vol. III, Século XVIII, Lisboa, Editorial Verbo, 1974, p. 59.

¹⁸⁶“A Academia Portugueza accrescentou o numero de Lentes, & em dous do corrente leo o Conde de Villar mayor a introdução às Artes Mathematicas, próprias de hum Cavalheyro; & Lourenço Botelho de Souto mayor Mythologia, ou moralidades das fabulas. Em 9. leo o R. P. D. Manoel Caietano de Sousa Filosofia moral, & Ignacio de Carvalho Arte Poética”: Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 24, de 16 de Junho de 1718.

¹⁸⁷“& nelle se viraõ laureadas entre os acroamas de excellente Musica todas as Sciencias, que se ensinaõ nas aulas do mesmo Colégio [...]”: Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 20, de 16 de Maio de 1720.

O movimento académico que se vinha acentuando em Portugal constituiu um marco na ascensão do processo cultural que levava, em 1720, à fundação da Academia Real da História, inspirada, em particular, pelo quarto conde da Ericeira, que estabeleceu uma rede de comunicações internacionais entre as elites europeias de elevado nível cultural, que se estendera até São Petersburgo, cidade europeia e moderna. Este erudito escreveria a Jean-Paul Bignon, a felicitá-lo pela sua nomeação, em 1718, como bibliotecário do rei de França¹⁸⁸. O grande humanista e erudito da cultura francesa terá manifestado ao seu correspondente, o desejo de possuir uma visão geral do estado das ciências e das artes, em Portugal. Não havendo no reino qualquer documento do género, o próprio Conde se proporia redigi-lo¹⁸⁹. Aquele ilustrado fazia parte de uma rede cultural que interessava a Portugal. As Academias do Conde da Ericeira eram as mais prestigiadas nos meios intelectuais e mundanos da sociedade de Corte onde se encontrava a elite social e intelectual, mas não eram as únicas. Muitas outras proliferaram pelo país. Em 21 de Dezembro de 1724, a *Gazeta de Lisboa* anunciava a fundação, na Vila de Guimarães, de uma Academia tendo por mecenas Tadeu Luís António Lopes de Carvalho da Fonseca e Camões, Donatário dos Coutos de Negrelos, e Abadim¹⁹⁰. Maria de Fátima Reis estudou as academias santarenas, enquadrando-as na dimensão das suas congéneres nacionais. No seu entendimento, as academias de província que surgiram na primeira metade do século XVIII, evidenciaram o contexto cultural do reinado de D. João V, “notoriamente criativo nas mais diversas expressões: literária, artística, arquitectónica...”. Esses centros (de debate e convívio) traduziram-se em importantes agentes de difusão cultural em várias localidades do reino, atestando uma efectiva circulação regional de ideias. A Academia dos Laureados de Santarém, instituída em princípios de 1721, inaugurou esse ciclo de fundações provinciais. Ao seu teor literário, sucedera a feição histórica da Academia dos Aventureiros, fundada a 25 de Agosto de 1745. Luís Montês Matoso foi o seu primeiro presidente, embora por um curto espaço de tempo. Sucederá-lhe no lugar Rodrigo Xavier Pereira Faria. A estrutura da agremiação obedecia, globalmente, à organização da Academia Real da História¹⁹¹.

¹⁸⁸ Foi considerado pela historiografia francesa como o grande censor da produção livreira francesa, de 1699 a 1714. Cf. Gerges Minois, *Censure et Culture sous l'Ancien Regime*, [...], p. 138.

¹⁸⁹ Cf. António Coimbra Martins, “Échanges culturels luso-français (Les Ericeira, La Neuville, Bignon, le Cabinet du Roi)”, *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. 49, Lisboa-Paris, 2005, p. 109.

¹⁹⁰ “Várias pessoas eruditas, e amantes das letras, moradores da Villa de Guimaraens, aproveitando-se da protecção de Thadeo Luiz António Lopes de Carvalho da Fonseca e Camoens, Donatário dos Coutos de Negrelos, e Abadim, formaraõ huma Academia para exercitar os seus estudos [...]. A segunda Conferencia ficou ajustada para o dia de S. Joaõ Evangelista, e o assumpto he, celebra o nome de Sua Magestade, que Deos guarde”: Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 51, de 21 de Dezembro de 1724.

¹⁹¹ “Um director, quatro censores, um secretário, académicos do número (para a história, ciências e poesia) cujo grupo preenchia, à semelhança da Academia Real, cinquenta cadeiras e «académicos suburbanos», em similitude com os «académicos das províncias» da Academia Real da História”. Cf. Maria de Fátima Marques Dias Antunes dos Reis, *Santarém no Tempo de D. João V, Administração, Sociedade e Cultura*, Lisboa, Colibri, 2005, pp. 535-541.

3- OS ANÚNCIOS

3.1. Tipologias

Partindo da ideia de conciliar uma classificação que reflectisse a época estudada, com um critério de operacionalidade que admitisse colocar algumas questões sobre as tendências sociais e culturais – gostos e interesses – estabeleceram-se três divisões principais: I Impressos – que subentende os grupos 1.Livros e 2.Outros Impressos. Estes dois grupos permitirão avaliar com alguma sustentabilidade o género de conteúdos anunciados naquele período; II Bens. Com esta divisão procurar-se-á perspectivar as ofertas do mercado, isto é, identificar o tipo de bens transaccionáveis na época; III Serviços. Esta informação permitirá abrir a janela das actividades disponíveis e a partir delas estabelecer a sua relação com a conjuntura social e cultural, a sua correspondência com a sociedade de Corte. Com os dados apurados procurar-se-á construir, com relativa eficácia, juízos de valor sobre as vivências quotidianas do século XVIII.

O grupo 1.Livros foi estruturado a partir de critérios de classificação consagrados para a época, segundo o artigo de François Furet sobre a livraria do Reino da França no século XVIII¹⁹², conjugado com as categorias do Índice VII, das “materias, em que escreverão os Authores ” da *Bibliotheca Lusitana* de Barbosa Machado¹⁹³. Este grupo compreende sete tipologias – religião, teologia, história, ciências e artes, belas letras, direito e artes mecânicas. A opção pelo tema teologia, desvinculando-o da religião, numa época em que se não traçava uma fronteira objectiva entre religião e teologia, em minha opinião, tem consistência teórica, sendo no dicionário de D. Rafael Bluteau entendida como a “Sciencia das cousas concernentes a Deos”¹⁹⁴. Nesse período a escolástica mantinha o domínio do nosso pensar filosófico. Só transitoriamente (1547-1551) deixou de monopolizar o ensino¹⁹⁵. Neste contexto, aventurei a separação de conteúdos integrando nesta categoria as temáticas que tendiam a relacionarem-se com a doutrina.

Cada uma das tipologias prevê uma divisão associada ao género literário, apesar de sobre ela terem subsistido dificuldades na classificação, o que tem a sua razão de ser. Partindo da análise textual do anúncio, a exiguidade da informação que o compõe, assim como as frequentes

¹⁹² Cf. François Furet, “A Livraria do Reino de França no século XVIII”, in *A Oficina da História*, vol. I, tradução revista por Adriano Duarte Rodrigues, Lisboa, Gradiva [s.d], pp.153-173.

¹⁹³ Cf. Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, Tomo IV, Coimbra, Atlântida Editora, 1667, pp.496-498.

¹⁹⁴ Cf. Rafael Bluteau, *Vocabulário Portuguez & Latino*, Lisboa, tomo VIII, Oficina de Pascoal da Silva, 1721, p. 151.

¹⁹⁵ “A partir de 1570, aproximadamente, com a perseguição levada a cabo pela Inquisição a humanistas portugueses, voltou a dominar, inspirando e controlando sem concorrência todo o pensamento racional, de que resultara a segunda escolástica. Mas esta não é a repetição fiel da primeira. Embora com pontos de modificação recebeu o processo crítico de interpretação do pensamento aristotélico a partir da reconstituição e análise do texto grego, sendo por isso homens do Renascimento e não da Idade Média”. Cf. José Sebastião da Silva Dias, “Filosofia. Em Portugal. Idade Média”, *Dicionário de Literatura*, dir. de Jacinto Prado Coelho, 3ª ed. vol. II, Porto, Figueirinhas, 1984, pp. 338-339.

alterações de enunciação quando o anúncio se repete, suscitam dúvidas na classificação. Seguindo o princípio teórico de Miguel Dias Costa, a função da hermenêutica será procurar o sentido e a referência do título com a obra, isto é, procurar a sua filiação através da significação do texto¹⁹⁶.

A dúvida nasce normalmente do próprio título, de que é exemplo, os discursos que abordam temas diversos, umas vezes de ciência e artes, outras vezes relacionados com as belas letras. Também no domínio da crítica e da moral, temáticas transversais às diferentes categorias, se encontrou dificuldade de associação. Nestes casos foi pela semântica que se estabeleceu o critério de diferenciação e classificação. No domínio da crítica é de salientar as questões relacionadas com o castelhano Benito Feijó (1676-1764) em prol da filosofia moderna, integrada na ciência e artes. O enfoque dado por Luís António Verney (1713-1792), no *Verdadeiro Método de Estudar* (1746), às questões do método e do ensino nas escolas, também protagonizou manifestações de crítica, este situado na temática das belas letras.¹⁹⁷ Reflecte, no entanto, uma época que tendia para uma certa abertura intelectual na qual se instalara a crise de interpretação no espaço metodológico da crítica.

O grupo 2.Outros Impressos integra as formas impressas ou manuscritas que não livros, compreendendo três tipologias relacionadas com a designação constante do anúncio, isto é, relações, folhetos e cartas. Sendo divulgadores de temáticas de interesse diverso, também neste caso procurei uma divisão associada ao género literário, em cuja classificação foi sentida a mesma dificuldade.

3.2. Capacidade publicitária da *Gazeta de Lisboa*

Os anúncios apareciam na última página, sendo-lhes reservado um espaço restrito, normalmente antecedido da expressão “aviso” ou “advertência”, ou por um simples traço horizontal de separação entre as notícias e o anúncio. Poder-se-á já delinear um espaço cativo para o efeito e questionar o seu impacto face aos seus tradicionais leitores. Este posicionamento representaria a pouca importância dada à *publicidade*, ou pelo contrário, centrando-a no final de toda a informação, permitia ao leitor dar uma maior atenção ao anúncio? Parto do pressuposto de que o local teria já uma estratégia psicológica. Se a *publicidade* surgisse no início, ou nas páginas intermédias, a sua

¹⁹⁶ Cf. Paul Ricoeur, *Do Texto à Acção. Ensaios de Hermenêutica II*, tradução de Alcino Cartaxo e Maria José Sarabando, introdução de Miguel Dias Costa, Porto, Rés-Editora, Lda, 1989, p. 7.

¹⁹⁷ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 15, de 9 Março de 1733: “Se impugna o Mundo Subterrâneo do P. Kircker, e o Theatro critico do P. Feijó; vende-se em caza do seu Author ao Cunhal das Bolas”; *Gazeta de Lisboa*, n.º 22, de 29 de Maio de 1742: “Duelos Medicos en defensa de la facultad Medica, contra Theatro Critico do Padre Feijó, e contra Palestra Medica do P. Antonio Rodrigues”; *Suplemento da Gazeta de Lisboa*, n.º 40, de 7 de Outubro de 1751: “Também se imprimiu hum papel Contestaçam Calumnioza acusaçam, que Autor verdadeiro Methodo estudar acusa naçam Portugueza [...]. Author José Caetano Mr. Gramatica. Vende-se na loja de Guilherme Diniz”.

atenção seria desviada pela leitura seguinte. Figurando no fim constituía o último acto de concentração do leitor.

O texto publicitário era normalmente constituído por uma prosa restrita, transmissora de uma informação breve, cruzando muitas vezes anúncios diversos para cuja autonomização é preciso uma certa atenção e compreensão da sua objectividade. Mesmo assim assiste-se, com alguma frequência, a construções textuais onde emerge uma verdadeira dimensão comunicativa, psicológica, visando claramente uma função comercial, procurando suscitar a atenção e curiosidade do leitor e, convencê-lo a comprar¹⁹⁸. Com a crescente extensão da *Gazeta* a capacidade anunciativa evoluiu significativamente. O suplemento publicado a partir de Setembro de 1742 detambém se tornou num espaço de divulgação de *publicidade*. A partir daí, o anunciante e o consumidor passaram a relacionarem-se duas vezes por semana. A procura do meio acentuou-se, em particular entre 1742 e 1751, entendimento implícito face à publicação bissemanal do periódico. O espaço ocupado pelos anúncios também evolui ocupando muitas vezes uma página e mais. Este processo terá sido invertido em 1752, quando Montarroio recebeu o privilégio de impressão da *Gazeta*. No texto sobre a petição de obtenção da exclusividade de impressão, publicado na *Gazeta de Lisboa* n.º 22, de 6 de Julho de 1752, aludia às «advertências indecentes» da responsabilidade do impressor. Para Maria Armandina Maia essa alusão teria a ver com o teor do texto publicitário, muitas vezes sustentado num discurso onde coexistia a presença do fantástico e do sobrenatural, apontando uma outra hipótese, a profusão de notícias de curas e remédios milagrosos com uma linguagem que o “decoro da época e sobretudo o poder vigente reputava de secretas e vergonhosas”¹⁹⁹. Em meu entendimento, seria um argumento de adequação ao poder vigente, como o fizera com D. João V, seguindo a orientação real de não dar notícias sobre a nobreza da província. Em 1751 e 1752, registaram-se 152 e 133 anúncios, respectivamente. Em 1753, identificaram-se apenas 64 e em 1759, baixara para 59. A suspensão do periódico em 15 de Junho de 1762 até 4 de Agosto de 1778, ordenada pelo Marques do Pombal, mostra a dependência directa e absoluta do periódico face ao poder.

O fenómeno publicitário da *Gazeta de Lisboa*, para o século XVIII, enquanto facto histórico, tem suscitado o interesse dos investigadores que se preocupam com a sua compreensão.

¹⁹⁸ “No claustro da Capela na loja de Jozé da Cruz de Miranda se vendem bocados de ponta de Unicórnio verdadeiro, encastoados em prata, a 800 reis cada bocado; o qual além das muitas virtudes que tem contra todo o veneno, contra o ar currupto, e contra as mordeduras de animaes peçonhentos, he preservativo para nam virem dores de ciática, e livra de maleitas, e sezões, lançado de infusam em hum copo de vinho generoso por espaço de 24 horas, e bebido duas, ou três vezes, sempre no princípio da sezam; porque faz vomitar todo o humor venenozo, que as causa: segredo, que hum curioso descobriu este Veram”: Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 10, de 9 de Março de 1745.

¹⁹⁹ Cf. Maria Armandina da Cruz Maia, *A Imagem de Itália na Gazeta de Lisboa (1759-1762)*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Departamento de Estudos Portugueses, Lisboa, 1997, pp. 25-26, exemplar policopiada.

João Luís Lisboa questionou a “que história «podem» corresponder estes anúncios?”²⁰⁰. São diversas as leituras que deles se podem efectuar, dependendo obviamente das questões que o investigador coloca ao enunciado. O crescimento da economia seria uma das respostas. Cresce a economia, cresce o consumo urbano e com ele aparece uma oferta que lentamente se vai diversificar e alimentar desse mesmo crescimento. Embora a parte editorial da *Gazeta de Lisboa* seja a sua dominante e apresente uma grande regularidade, os pequenos anúncios mostram novas ofertas a que estará implícito a criação de novos hábitos. As novas ofertas não raras vezes tinham proveniência estrangeira. Entravam no reino directa ou indirectamente. Uma vez através dos seus directos intervenientes, no caso de ofertas de serviços, outras vezes pelas redes de comercialização que circulavam pela Europa, onde se situam ofertas de bens. É a novidade que entra no reino promovendo novos hábitos de consumo, novas sociabilidades. A publicidade abre assim a possibilidade de estudo no campo das realidades sociais e culturais, permitindo perceber eventuais tendências de mudança com o que serão possíveis novas abordagens comportamentais.

3.3. A realidade urbana de Lisboa e os pontos de venda

Como espaço vivo a cidade de Lisboa pressupunha uma urbe com redes de solidariedade e de subsistência, lugares de vivências e de criatividade, grupos de intelectuais, recordações, expectativas, todo um domínio com características profundamente humanas. No cruzamento da experiência e da memória colectiva se constrói e projecta o quotidiano da cidade. A sua apreensão pressupõe a configuração de imagens para com elas se estabelecer o encontro de formas sociais e tradições culturais a que não é alheio o espaço e a realidade física que o sustenta. Da observação do espaço urbano se formulam as realidades presentes, que serão tanto mais marcantes quanto mais coerente e integrada for a sua imagem. Nuno Luís Madureira abordou a dificuldade de encontrar observações escritas sistematizadas sobre a realidade urbana de Lisboa nos finais do Antigo Regime²⁰¹. A cidade de Lisboa funcionava em torno de um eixo estratégico: Terreiro do Paço, Rossio, Passeio Público (actual Avenida da Liberdade), o pólo estruturante da imagem de Lisboa.

Pelo alvará régio de 15 de Janeiro de 1717, D. João V dividiu a Cidade em duas, considerando-a para todos os efeitos como duas cidades inteiramente distintas – Lisboa Ocidental e Lisboa Oriental – com senados separados. Lisboa Ocidental ficou com 22 freguesias na cidade e 24 no termo, cerca de 700 ruas entre maiores e menores, duas Praças, a do Rossio onde se encontrava o

²⁰⁰ “A uma história da publicidade? A uma história da comunicação de massas? A uma história económica? Cf. João Luís Lisboa, “O Problema das Fontes” *Ciência e Política. Ler nos finais do Antigo Regime*, [...], p. 24.

²⁰¹ Para o autor uma solução alternativa é o “recurso aos relatos feitos por viajantes estrangeiros. Mas eles trazem-nos as vantagens e inconvenientes de pensamento em situação, descrições isentas de vivências quotidianas, e concepções esquematizadas da cidade”. Cf. Nuno Luís Madureira, *Lisboa, Luxo e Distinção, 1750-1830*, [...], p. 12.

Senado, o Terreiro do Paço, numerosos templos, cerca de 124. Ficou-se a chamar Lisboa Oriental à parte mais antiga contida dentro das muralhas, cujos fragmentos serviram para assinalar os limites à jurisdição de cada um dos prelados (patriarca e arcebispo). Esta parte continha cerca de 300 ruas com muitos largos e terreiros, mas sem praças, 39 igrejas, ermidas e conventos, 16 freguesias na cidade e 10 no termo²⁰². Esta divisão indicia uma posição secundária de Lisboa Oriental em relação ao posicionamento de Lisboa Ocidental. A expansão para ocidente foi uma constante no desenvolvimento urbano de Lisboa, iniciado no tempo de D. Manuel até ao século XVIII. A cidade multiplicou-se no sentido de poente, sempre paralelamente ao rio, projectando-se como que em procura da passagem para o mar. A ultrapassagem para ocidente das Portas de Santa Catarina dera-se com a construção do edifício dos jesuítas, em São Roque, assim como com a implantação do Bairro Alto e de vários conventos na área da Esperança e de São Bento. Apontava para um processo expansionista que mais tarde iria unir o centro da cidade a Belém. Para Maria Helena da Cunha Murteira a expansão da cidade no sentido Este / Oeste foi uma realidade. Na primeira metade do século XVIII surgiram outras linhas de desenvolvimento. No sentido Cotovia (actual Praça do Príncipe Real) / Rato, como no sentido Andaluz / Campo do Curral (hoje Campo de Santa Ana), este representando o grande vértice de um crescimento que da Bemposta se unia à rua da Palma, o grande eixo de circulação da época²⁰³.

A zona pombalina, reconstruída após o terramoto, assumiu-se como a verdadeira urbe. O terreiro do Paço, o centro estruturante, unia o cais ao Palácio da Rainha e à bolsa de Lisboa, numa linha de continuidade com as principais ruas do comércio, a dos Ourives da Prata, a dos Ourives do Ouro, e a dos Mercadores de Sedas e Panos (Rua Augusta). A estas seguia-se a Praça do Rossio, local de exibição das touradas promovidas pelo Senado da Câmara, no lado norte o Palácio da Inquisição, abrindo caminho para as alamedas do Passeio Público²⁰⁴.

Para o estudo da publicidade será também interessante reflectir sobre a indicação do ponto de venda, isto é, o local onde o interessado no produto ou serviço anunciado se podia dirigir. No século XVIII, a cidade de Lisboa não tinha um traçado urbanístico com letreiros afixados a indicar o nome das vias públicas, não havendo também um sistema de distribuição de correspondência porta a porta. Sobre este tema Nuno Luís Madureira reconhece os problemas

²⁰² Cf. Maria Beatriz Nizza da Silva, *D. João V*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2006, pp.154-155.

²⁰³ Cf. Maria Helena da Cunha Murteira, "Lisboa da Restauração às Luzes. Uma análise da evolução urbana", *O Município de Lisboa e a Dinâmica Urbana (séc. XVI - XX)*. Actas das Sessões. I Colóquio Temático, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Imprensa Municipal, 1995, pp.83-86.

²⁰⁴ "Depois deste conjunto, a unidade do tecido urbano perde-se. Há referências ao colégio dos Nobres, ao Aqueduto das Águas Livres, a locais de venda como a Praça da Alegria, Ribeira Velha e Ribeira Nova, a estalagens e conventos, mas sempre como sítios desgarrados, desprendidos da malha mais geral. Cf. Nuno Luís Madureira, *Lisboa, Luxo e Distinção. 1750 – 1830*, [...], p. 14.

funcionais da Lisboa joanina²⁰⁵. A identificação estava associada, normalmente, a habitantes da cidade, personagens da alta nobreza, homens de negócios, patentes militares, e nalguns casos a gentes de condição inferior, mas que pela sua profissão transmitiam o apelido ao local aonde residiam. Era uma informação transmitida oralmente e que por essa via se afirmava e perpetuava. Os Livros e Outros Impressos, esses eram referenciados como estando à venda em lojas cuja localização seria facilmente identificável. “Em casa de Guilherme Diniz à Cordoaria Velha”, na de “João Rodrigues às Portas de Santa Catarina”, ou “na mesma parte onde se vendem as gazetas”. As portarias dos conventos das ordens religiosas eram outros pontos de referência “na portaria dos Padres Theatinos”, ou na “portaria do Convento de S. Domingos desta Cidade de Lisboa”. Em situações fora desse âmbito, a localização seguia o preceito toponímico atrás referenciado. De forma aleatória indicam-se alguns exemplos²⁰⁶. São testemunhos de perpetuação da memória que por essa via se depositavam nas artérias da cidade, preservando no tempo um poder simbólico que silenciosamente se introduzia na vida quotidiana, delineando itinerários e percursos associados a vivências das gentes dos ofícios, a estruturas e funções de elevado prestígio na hierarquia social.

²⁰⁵ “Durante séculos a tradição oral foi a depositária deste património. Os nomes dos locais transmitiam-se de geração em geração, fazendo circular uma memória vida da cidade”. Cf. Nuno Luís Madureira, *Lisboa, Luxo e Distingão, 1750-1830*, Lisboa, Editorial Fragmentos, Lda., 1990, pp. 18-19.

²⁰⁶ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 15, de 13 de Abril de 1724: “Também se imprimio hum Sermaõ, que pregou o R.P.Fr. Joseph de Sousa da Sagrada Ordem dos Pregadores [...] vende-se na impressão de Bernardo da Costa *na rua dos Latoeiros à Conceição velha*”; *Gazeta de Lisboa*, n.º 10, de 5 de Março de 1733: “*Na rua, que vay do Poço dos negros para S. Bento, em caza de hum carpinteiro de sejes, por nome Antõnio Duarte, estão dous bons pacabotes, para vender, por preço acomodado [...]*”; *Gazeta de Lisboa*, n.º 46, de 14 de Novembro de 1743: “*Sahio luz hum caderno intitulado Suplemento da Vida de S. Caetano, composto pelo P. D. Jeronymo Contador de Argote [...]. Vende-se na loge de Manoel da Conceição junto ao Conde de Santiago*”.

LEITURA DOS ANÚNCIOS: O SEU SIGNIFICADO

1. Impressos – Livros

1.1. Avaliação quantitativa global

Os livros constituíram a principal oferta ao longo do período em análise revelando níveis de frequência anunciativa elevados. No universo das tipologias registaram-se 3154 anúncios. O gráfico n.º 1 sistematiza a evolução anual de cada uma das sete temáticas.

Quadro 1

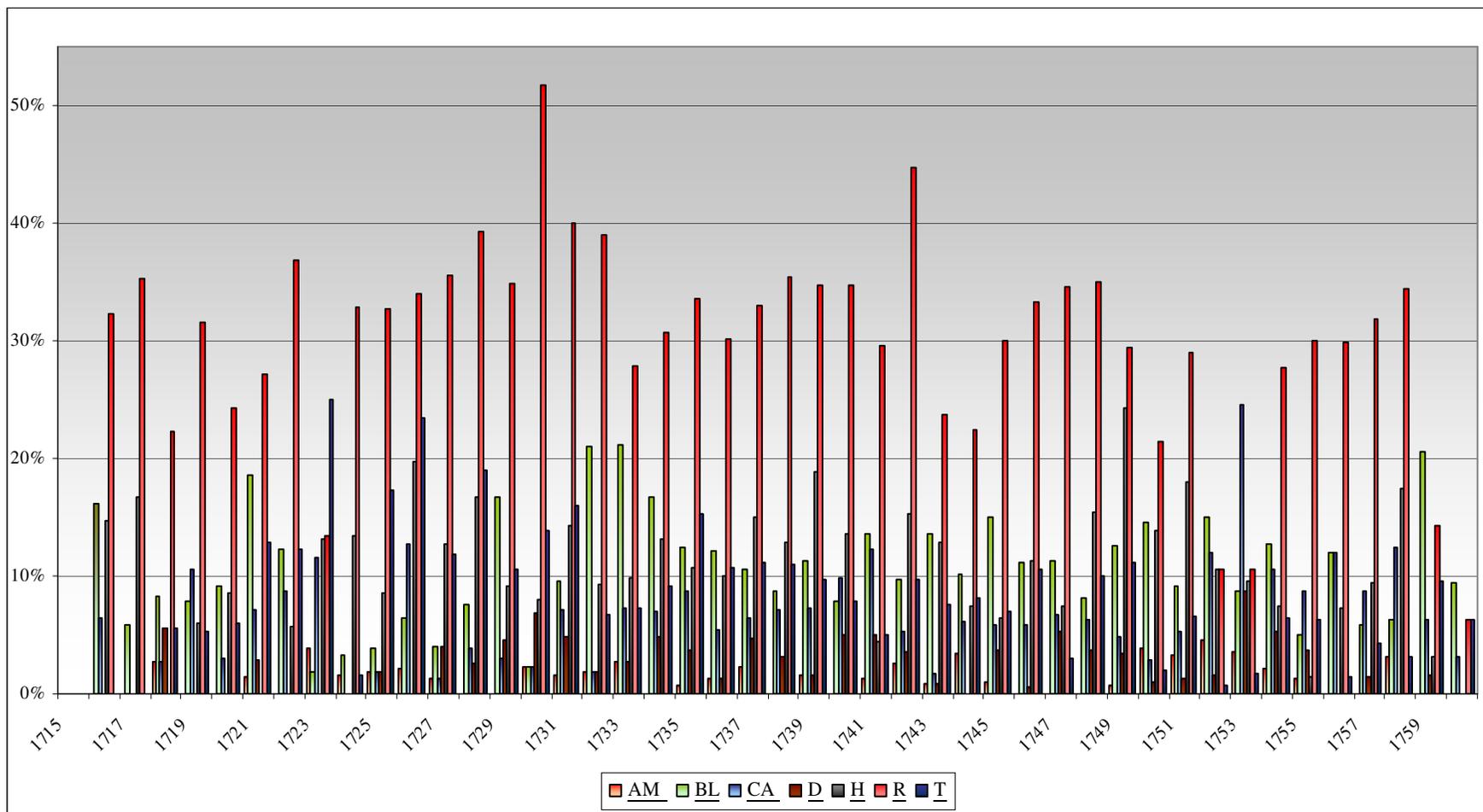
Indicação quantitativa dos anúncios e respectiva média (1715 – 1760)

Tipologias	Número de anúncios	Média
Religião	1327	42%
Belas letras	490	16%
História	485	15%
Teologia	382	12%
Ciência e artes	289	9%
Direito	119	4%
Artes mecânicas	62	2%

Analisados parcialmente, verificou-se serem os livros de religião, com 1327 anúncios, a principal oferta, seguidos pelas belas letras. Esta tipologia mostrou uma distância significativa em relação aos primeiros. À história coube a terceira posição. Todavia, em termos quantitativos, situou-se praticamente nos valores da tipologia anterior. Já os anúncios de obras de teologia, em quarta posição, assinalaram uma relativa diferenciação numérica. A partir da ciência e artes, com apenas 9%, a demarcação passou a ser mais acentuada. O direito não ultrapassou os 4% e as artes mecânicas, com 62 anúncios, representaram apenas 2% do universo anunciado.

Gráfico nº 1

Frequência anual dos anúncios de Livros publicados na *Gazeta de Lisboa* (1715-1760)



AM – Artes mecânicas; BL – Belas letras; CA – Ciência e artes; D – Direito; H – História; R – Religião; T – Teologia

1.2. Avaliação quantitativa parcial

1.2.1. Livros de Religião

A tipologia religião subentende uma diversidade de temáticas associadas aos géneros: apologia, catecismo, cerimonial, devoção, elogios, exorcismo, indulgências, liturgia, meditação, milagres, mística, mistérios, moral, novenas, orações, panegírica, santuários, sermões e vidas de santos.

Ao longo dos quarenta e cinco anos de avaliação a religião foi, sem dúvida, a tipologia mais divulgada. Os primeiros anúncios verificaram-se em 1716 representando nesse ano cerca de 32% do universo anunciado²⁰⁷. A partir daí poder-se-á assegurar uma média anual sustentada de 25%, o que não deixa dúvidas quanto à natureza profundamente religiosa da época estudada. De acordo com a representação gráfica, as médias publicitárias de maior representatividade localizaram-se em 1728, com 40%, em 1730, 52%, atingindo nesse ano o valor mais elevado. No ano de 1731, obteve 40% e em 1742, 45%. Versando as diferentes temáticas, citam-se exemplos de anúncios para uma melhor compreensão do fenómeno publicitário. Em 1728, as vidas de santos tiveram particular relevo²⁰⁸. Em 1731, os temas devoção, oração e sermões foram, nesse ano, os mais representados²⁰⁹. No ano de 1731, a par dos livros de devoção e dos sermões, revelaram-se aos anúncios de obras versando as novenas²¹⁰. Em 1742, na diversidade dos temas tiveram representatividade a publicidade aos livros de devoção, sermões e oração²¹¹.

²⁰⁷Nota: A escassez de anúncios nos anos de 1715 e de 1760 tem a ver com o facto de serem os anos de início e de fim da *Gazeta*, anos incompletos na série anual.

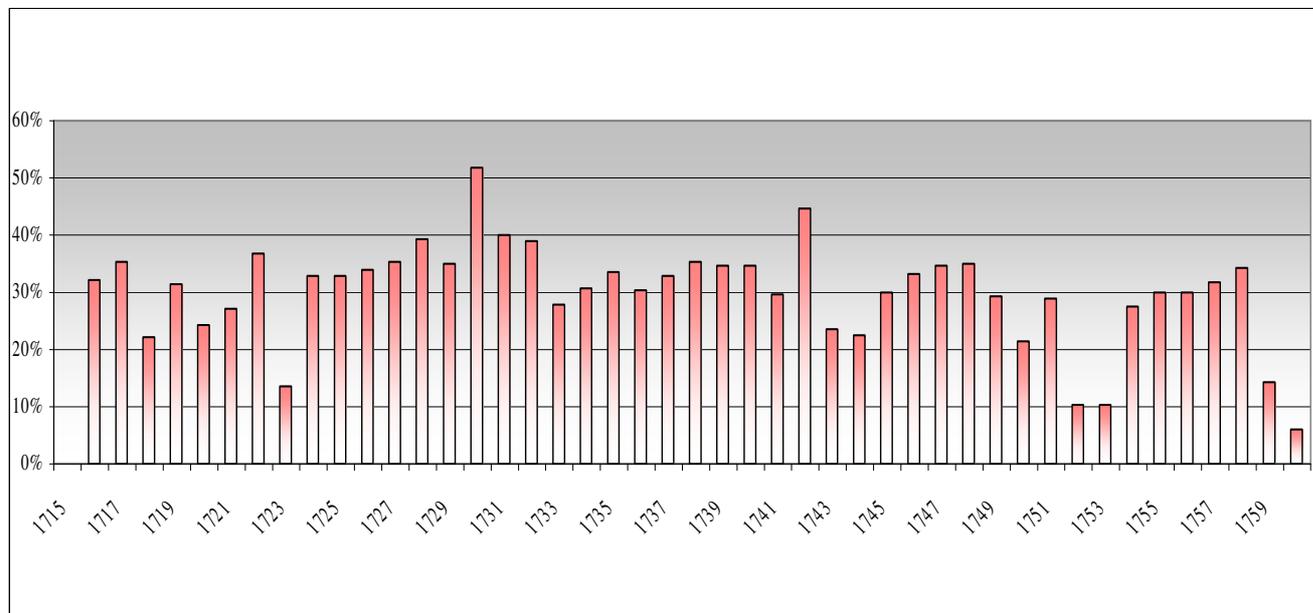
²⁰⁸ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 34, de 12 de Agosto de 1728: "Imprimio-se o Epitome da prodigiosa Vida Santa Getrudes a Magna, em oitavo, composta pelo P.M.Fr. Joaõ Prazeres, Monge da Ordem S.Bento, Chronista que foy da sua Ordem. Vende-se logea de Lucas Sylva Aguiar ao arco da Graça, e na do Livreiro à Cruz de pao".

²⁰⁹ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 34, de 24 Agosto de 1730: "Imprimio-se hum Sermaõ das *Exequias do Santissimo Padre Benedicto XII* pregado em S. Domingos, por P. Mr. Fr. Joze Purificaçãõ; vende-se na logea de Manoel Diniz à Cordoaria velha, onde se vendem as gazettas"; *A Gazeta de Lisboa*, n.º 31, de 24 de Agosto: "Imprimio-se huma *Oração* funebre, laudataria, historica, panegyrica das Exeqyias do Summo Pontifice Benedicto XIII mandadas celebrar por ordem do Eminentissimo Cardeal Pereira, na Sé da Cidade de Faro. Vende-se logea Rodrigo da Maya à Sè Oriental"; *Gazeta de Lisboa*, n.º 38, de 21 Setembro: "*Lembrança da Srª da Boa morte para bem morrer*, em doze, mostra o exercício da boa morte, muitas devoçoens, vinte e quatro novenas de Santos de mayor devoçaõ"; Acharsehaõ logea de Isidoro do Valle, de Joaõ Rodrigues Carvalho, e Cidades Coimbra e Porto.

²¹⁰Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 48, de 29 de Novembro de 1731: "Huma *Novena de nossa Senhora do Pilar*, que contem huma breve noticia da vinda da mesma Senhora a Saragoça, vende-se na portaria do Real mosteiro de S.Vicente Fora".

²¹¹Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 46, de 13 de Fevereiro de 1742: "Em Braga na loge de Joam Ribeiro Pereira, e no Adro de S.Domingos desta Cidade se vendem cinco livros seguintes: *Ramilhete Divinas flores*, contem orações principaes horas e ocupações de vida".

Gráfico n° 2

Frequência anual de livros de religião anunciados na *Gazeta de Lisboa* (1715-1760)

1.2.2. Livros de Belas Letras

A tipologia belas letras associa ao género as seguintes temáticas: comédia, dicionários, discursos, tratados educativos, erudição, escrita, gramática, língua portuguesa, língua francesa, miscelânea, moral, novelas, ortografia, poesia, prosa, retórica, romance, teatro e vocabulário.

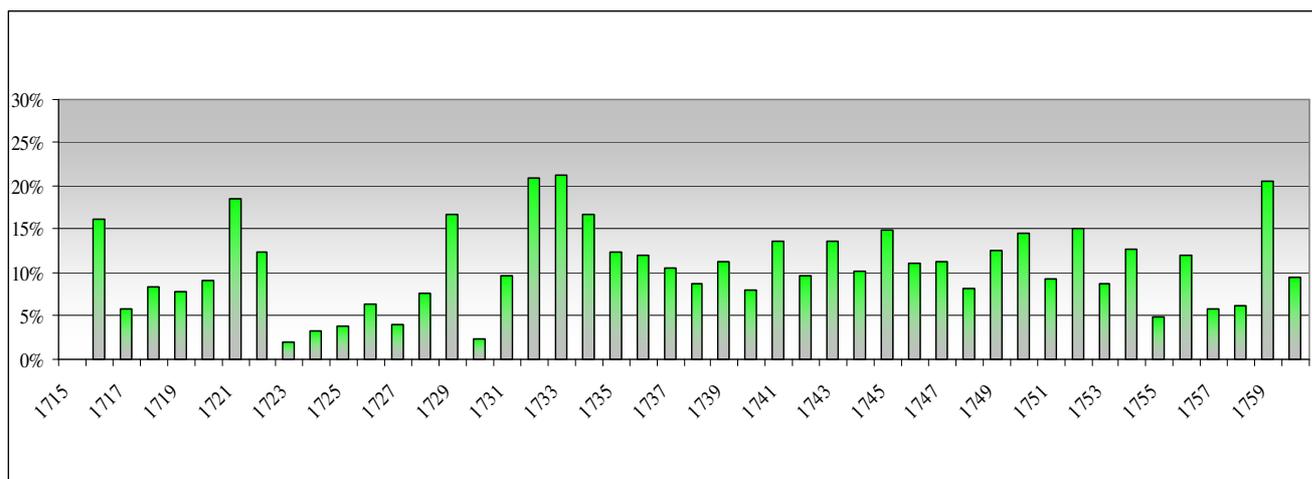
As belas letras, com continuidade anunciativa ao longo do período estudado, revelaram médias publicitárias sucessivamente diferenciadas. Os primeiros anúncios verificaram-se em 1716 representando nesse ano uma das mais elevadas, 16%. Partindo da representação gráfica, os valores de maior significado foram atingidos em 1721 19%, em 1729 17%, e em 1732, 1733 e 1759 21%, respectivamente. Em 1716, a crítica foi um dos assuntos anunciados²¹². Em 1721, deu-se particular

²¹² Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 47, de 21 de Novembro de 1716: "Agora se imprimio em Holanda hum livro Portuguez intitulado: *Antídoto da lingua Portuguesa*; o qual consta de tres discursos: No primeyro se mostra, que a Lingua Portuguesa he melhor que todas as vulgares da Europa [...]; No segundo discurso se mostra que são possiveis na emenda, e melhoramento das linguas outras cousas mais arduas [...]; No terceyro discurso se mostra, para mayor divertimento dos curiosos, que sendo o verdadeyro officio da Poesia mover affectos, e sendo a de Camoens a que melhor os move [...] que foi Camoens muyto melhor Poeta que o celeberrimo Torquato Tasso [...]. Destes livros tem vindo alguns a Lisboa; os quaes se vendem na rua nova em casa de Antonio Manescal, e aonde se vendem as gazetas".

visibilidade ao tema língua portuguesa²¹³. Em 1729, aos livros de prosa²¹⁴. Nos anos de 1732, 1733 e 1759, versará, no primeiro a divulgação de obras de gramática²¹⁵, no segundo de poesia²¹⁶ e em 1759, de retórica²¹⁷. Entre os anos de 1732 e 1759, poder-se-á considerar uma média anunciativa de 10%.

Gráfico n° 3

Frequência anual dos livros belas letras anunciados na *Gazeta de Lisboa* (1715-1760)



²¹³Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 52, de 25 de Dezembro de 1721: "Sahio luz hum livro intitulado *Regras da lingua Portugueza* Espelho da Latina, que he hum methodo novamente inventado, pelo qual facil, e brevissimamente podem os meninos aprender a lingua latina: serve também para aprender outras linguas, em oytavo; vende-se na rua nova".

²¹⁴Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 39, de 29 de Setembro de 1729: "Fabula de Ecco e Narcizo, escrita em 115. Oytavas pelo Duque Montelhano; aplaudida outras tantas mesmos consoantes pelo Conde Ericeira D. Francisco Xavier Menezes in 4 [...].Vende-se na rua dos Gallegos na Officina Ferreiriana".

²¹⁵Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 36, de 4 de Setembro de 1732: "Sahio impresso quarto tomo *Arte Explicada*, contem Syntaxe figurada, syllaba perfeita, figurada, com todas as espécies; há verbos explicados, e medidos: medição de todos os versos de Horacio e Hymnos que usa a Igreja; Autor Reverendo Joaõ Moraes Madureira, Mestre Duque de Lafoes. Vende-se com mais tomos na caza P.Miguel Fonseca Ribeyro, Officina Miguel Rodrigues a Stª Catarina".

²¹⁶Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 8, de 19 de Fevereiro de 1733: "Sahio novamente luz a obra *Luziadas de Camões*, Poema Epico em dous tomos de quarto, Commentada por Ignacio Garcès Ferreira, Conego Penitenciario da Sè de Lamego. Academico.

²¹⁷Cf. *A Gazeta de Lisboa*, n.º 52, de 27 de Dezembro de 1759."Sahiu impresso in oytavo hum livro: *Elementos da invenção da Rhetorica, e locuçam Rhetorica, ou principios da Eloquencia*; escritos, ilustrados com breves notas pelo R.P.AntonioPereira, da Congregação do Oratório de Lisboa, dedicado Senhor Conde de Oeyras. Obra util a Discipulos e Professores de Rhetòrica. Vende-se na Portaria da Congregação de Lisboa e do Porto, por 200 reis papel".

1.2.3. Livros de História

A tipologia história subentende o seguinte conjunto de temáticas associadas aos géneros: elogios, diplomacia, genealogia, geografia histórica, história eclesiástica, história militar, história secular, panegírica, política e vidas.

Entre 1718 e 1722, esta tipologia mostrou descontinuidade anunciativa. A partir daí, adquiriu regularidade publicitária podendo assegurar-se uma média anual próximo de 10%. Mesmo assim, em 1741, caiu para um dos valores mais baixos, inferior a 5%, que se repetiu em 1756. Em 1749, poder-se-á afirmar ser o ano da sua afirmação atingindo a média de maior expressão, cerca de 24%. Situando a apreciação nos índices mais elevadas (entre 15% e 24%), procura-se dar uma visão dos anúncios identificados. No ano de 1717, a diplomacia²¹⁸ foi um dos temas divulgados. Em 1726, deteve principal importância a história eclesiástica e secular²¹⁹. Em 1728, particularizou-se a história eclesiástica²²⁰ e no ano de 1737, a geografia histórica²²¹. Em 1739, revelou-se a história militar²²² e em 1742, a genealogia²²³. No ano de 1748, o tema geografia deteve a principal oferta²²⁴, em 1749, revelou-se o tema vidas, isto é, biografias²²⁵; e no ano de 1751, os elogios fúnebre²²⁶ e a panegírica²²⁷. No ano de 1759, versou a história eclesiástica²²⁸, secular e as biografias.

²¹⁸Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 51, de 23 Dezembro de 1717: "Hum livro em oytavo, intitulado, *Embaxada do Conde de Villar mayor*, Fernando Telles da Sylva, à Corte de Vienna, & viagem da Rainha nossa Senhora de Vienna à Corte de Lisboa, composto pelo Padre Francisco da Fonseca da Companhia de Jesus. Vende-se em casa de Pedro Villela na rua nova".

²¹⁹Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 7, de 14 de Janeiro de 1726: "Na Officina Ferreiriana sahio novamente impresso quarto tomo da *Monarchia Portugueza*, accrescentado. Vendese na mesma Officina, aonde se achará toda a obra".

²²⁰Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 9, de 26 de Fevereiro de 1728: "Sahio luz primeira parte *Memorias historicas Ordem N.Sr^a Carmo da Provincia Portugal*, composta pelo Mestre Fr. Manoel Sà [...] Chronista geral da mesma Ordem. Nestes reinos, e seus Dominios Prêgador do Serenissimo Senhor Infante D.Francisco, Qualificador, e Revedor St^o Officio [...] Consultor da Bulla da Cruzada. Vende se na Portaria do Convento do Carmo desta Cidade".

²²¹Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 25, de 20 Junho de 1737: "*Geografia Histórica dos Estados soberanos da Europa, com as mudanças que houve nos seus domínios, especialmente nos Tratados de Utreque* [...]; com genealogias das casas reinantes [...], por D.Luis C.Lima".

²²²Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 26, de 25 de Janeiro de 1739: "na rua nova, na logea de Antonio Sousa da Silva, onde se vende a obra de *Guerreiros* completa, que sam treze tomos".

²²³Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 32, de 7 de Agosto de 1742: "Sahio impresso em oitavo, tomo *Historia Genealógica da Casa Real*, pelo M.R.P.D. Antonio Caetano Sousa, Clerigo Regular da Divina Providencia [...]. Vende-se na portaria da mesma Casa da Divina Providencia".

²²⁴Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 16, de 16 de Abril de 1748: "Imprimiu-se a terceira parte do *Mappa de Portugal*, pelo P. Joam Bautista Castro. Trata do estabelecimento, progressos Religiam em Portugal; das ordens Militares, que nelle existem e extinguiram; Vende-se na loja do livreiro do adro de S. Domingos, onde se achará a primeira e segunda parte".

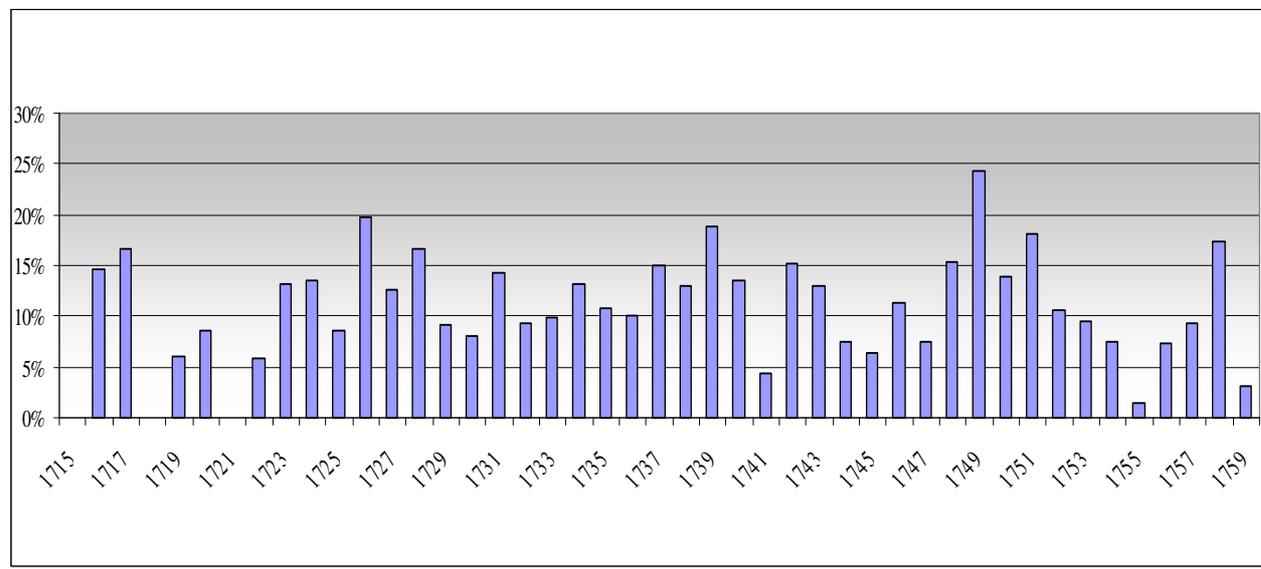
²²⁵Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 24, de 17 de Junho de 1749: "Na mesma officina de Pedro Ferreira se vende livrinho *Heróe Portuguez*, ou vida, proezas do Condestavel Nuno Alvares Pereira, com reflexoes políticas, e sentenciosas".

²²⁶Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 11, de 16 Março de 1751: "Sahiu impresso *Elogio funebre, Historico Senhor Rey D. Joam V* em que referem açoes sua Religiam, Piedade, Clemencia, Justiça, Liberdade [...]; com huma Relaçam da enfermidade, morte, e mais actos; pelo Desembargador Francisco Xavier Silva. Vende-se Officina Real, largo Chiado.

²²⁷Cf. *Gazeta de Lisboa*, Suplemento n.º 12, de 25 de Março 1751: "Também se imprimiu traduzido na lingua Portugueza *Panegyrico Fidelissimo Rey D.Joam V*, nas exequias, que lhe fizeram em Sevilha, pelo Doutor D. Afonso e Texidor. Vende na Officina de Francisco Ameno na Rua do Carvalho".

²²⁸Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 41, de 11 de Outubro, 1759: "Sahiu à luz in folio, hum excelente livro, importante aos verdadeiros Catholicos: *Historia Critico-Chronologica Instituição da Festa, Officio Corpo Sanctissimo Christo*

Gráfico n.º 4

Frequência anual dos livros de história anunciados na *Gazeta de Lisboa* (1715-1760)

1.2.4. Livros de Teologia

A teologia associa ao género as seguintes temáticas: teologia escolástica, teologia moral, teologia mística, teologia canónica, teologia positiva, teologia especulativa e teologia polémica.

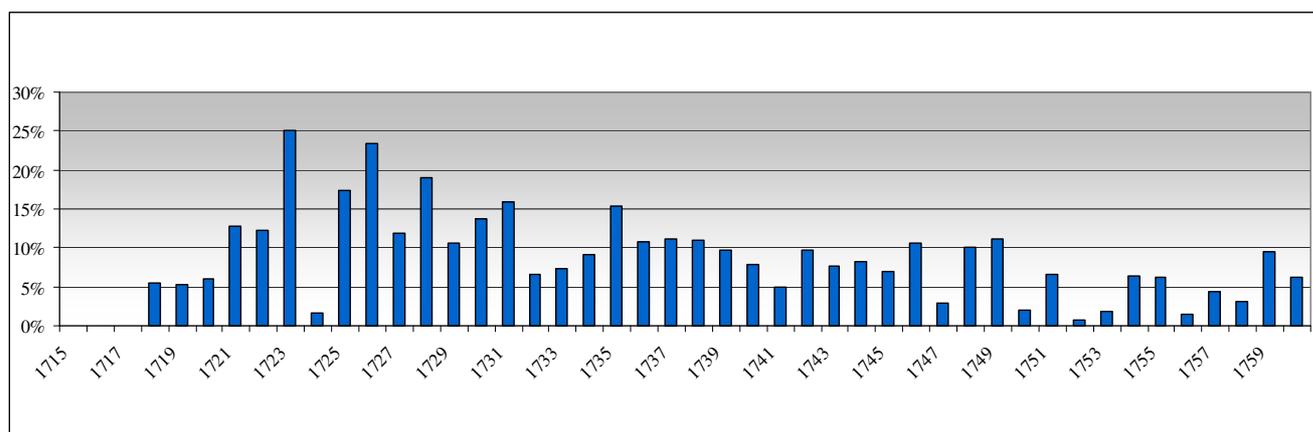
Segundo a representação gráfica, os primeiros anúncios desta tipologia registaram-se em 1718 revelando nesse ano uma média de 5%. A partir daí, e até 1740, manteve regularidade de publicidade com valores anuais próximos dos 10%. Em 1741, entrou num ciclo descendente sendo notória a sua perda de influência publicitária a partir de 1749. As médias anunciativas com maior expressão verificaram-se em 1723 (25%), 1725 (17%), 1726 (23%), 1728 (19%), 1731 (16%)

veneravel sacramento Eucharistia, pelo Doutor Ignacio Barboza Machado, Academico do numero da Real Academia Historia. Acharse-hà Officina Francisco Luis Ameno".

e 1735 (15%). Em 1723, prevaleceram os livros de teologia moral, escolástica e positiva²²⁹. Em 1726, a teologia moral e mística foram os temas mais divulgados²³⁰.

Gráfico n° 5

Frequência anual dos livros de teologia anunciados na *Gazeta de Lisboa* (1715-1760)



1.2.5. Livros de Ciência e Artes

A tipologia ciência e artes associa ao género as seguintes temáticas: álgebra, astronomia, botânica, cirurgia, filosofia, física, geografia do mundo, lógica, matemática, medicina e música.

Até 1724, esta tipologia revelou descontinuidade anunciativa caracterizando-se ao longo de todo o período por uma frequência média abaixo dos 10%. Mesmo assim, regista momentos de significativa expressão, em particular, no ano de 1753, com uma média anunciativa próxima de 25%. Situando as médias mais elevadas (entre 9% e 25%), dá-se uma ideia de alguns dos anúncios

²²⁹ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 26, de 1 de Junho de 1723: "Sahio luz sexto, e ultimo tomo *Moral dos Salmanticenses* dos Padres Carmelitas Descalços; vende-se no seu Convento de Corpus Christi aos Torneiros"; *Gazeta de Lisboa*, n.º 42, de 21 Outubro: "Também se imprimio novamente hum livro em quarto Luz de Verdades Catholicas, e explicação doutrina Christã, pelo P. M. Joã Martin de la Parra Companhia Jesus; segunda parte, traduzidas P.M.Fr. Simão Antonio Sta Catharina, Lente teologia Moral; vende-se na impressão da Musica rua Gallegos, onde se acharà primeira parte"; *Gazeta de Lisboa*, n.º 35, de 2 Setembro: "Hum livro impresso em Roma com humas reflexoens doutissimas a favor da Bulla Unigenitus, [...]. Vende se na Portaria Real Convento S.Vicente de Fóra".

²³⁰ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 47, de 21 Novembro de 1726: "Outro oytavo, que se intitula *Caminho do Ceo encuberto no espiritual Prado Doutrina Christã*, descuberto em hum Dialogo entre Mestre, e discipulo, Author Padre Missionario Francisco São Thomàs, Conego Secular Congregaçã Evangelista; vende-se Officina Pedro Ferreyra arco de Jesus a S. Nicolao, logea Joã Rodrigues às portas stª Catharina".

identificados. Em 1719, versaram obras de botânica, cirurgia e crítica²³¹. No ano de 1723, de medicina e filosofia moral²³². Em 1726, de cirurgia²³³, medicina, música e crítica. A média de 1741, foi determinada por temas de filosofia, geografia do mundo, medicina e física²³⁴. Em 1752, a filosofia foi o grande tema²³⁵. No ano seguinte, em 1753, destacou-se a crítica tendo por referente a polémica relacionada com a obra do Padre Bento Feijó²³⁶. Em 1755, registaram-se obras de física, medicina, filosofia e álgebra²³⁷. Em 1756, versara o debate filosófico sobre o terramoto de 1755²³⁸. No ano de 1758, registou-se a controvérsia com a *Recreação Filosófica* do Padre Teodoro de Almeida²³⁹ e ainda, temas de medicina, física e astronomia²⁴⁰.

²³¹ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 49, de 7 Dezembro de 1719: "Sobre aquelle monstruoso parto das duas crianças pegadas, na Villa de Castello Branco em 16 Julho 1716, se imprimio hum livro intitulado, *Discurso Apologetico em defensa dos prodigios da natureza*, vistos pela experiencia, quallificados de hum sucesso, composto por Bernardo Pereira, Medico Villa Sardoal; vende-se nesta Corte em casa Joseph Gomes Claro à Rua Nova; em Coimbra nas de Francisco Oliveyra; e Manoel Leonardo, e no Sardoal na do Author".

²³² Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 42, de 21 Outubro de 1723: "Sahio luz hum *Tratado Filosofia De Generatione, e Corruptione*, obra posthuma do M.R.P.Doutor Francisco Ribeyro Companhia Jesus, Mestre Philosophia, Lente Theologia Universidade de Evora".

²³³ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 3, de 17 de Janeiro 1726: "Sahio luz hum livro em oitavo *Breve curso de nueva Cirurgia*, que compoz o Dr D. Antonio Mon-Rava y Roca; ensina Anatomia no Hospital Real desta Cidade; vendese em casa do autor rua dos Escudeiros.

²³⁴ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 52, de 28 de Dezembro de 1741: "Sahiu hum livro impresso em Londres, *Theoria Verdadeira das marés confôrme á Philosophia do Cavalhero Izaak Newton*, pelo Doutor Jacob Castro Sarmento do Real Colegio dos Medicos de Londres. Vende-se na loja de Guilherme Dinis na Cordoaria Velha, aonde se vendem as Gazetas".

²³⁵ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 9, de 29 Fevereiro de 1752: "Também se imprimiu 3ª vez 1º tomo da obra *Governo do Mundo em seco, ou Escritorio da razam*; exposto no progresso hum dialogo, interlocutores hum Letrado [...] Vende-se na loja de Pedro Faure".

²³⁶ *Gazeta de Lisboa*, n.º 25, de 21 de Junho de 1753: "*Respuesta de Feijó*, con los Memoriales del P.Soto. Observaciones de lentisco, y outro, papel de un Anonymo sobre dichas Observaciones, todo en un tomo, correlativo a la obra Spto. Vendese em Casa Antonio Francisco Costa".

²³⁷ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º, 20, de 25 de Maio de 1755: "*Tratado Algebra*, contem exactamente modo de conhecer, remediar de todas as fracturas, desmanchos ossos corpo humano. Vendese em Casa de Antonio Francisco Costa".

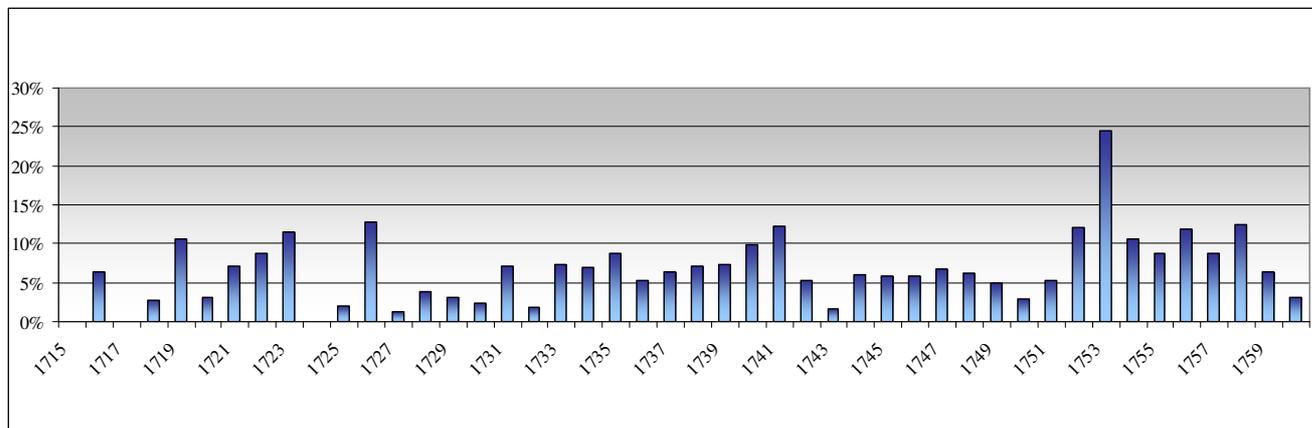
²³⁸ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 21, de 27 de Maio de 1756: "Imprimiu-se: *Dissertação Philosophica sobre Terramoto de Portugal de 1 Novembro 1755* [...]. Por Verissimo Antonio Morreya Mendonça. Vende-se loges dos Mercadores de livros Frãcezes na rua S.Bento".

²³⁹ *Gazeta de Lisboa*, n.º 12 de 23 de Fevereiro de 1758: "Sahiu luz novamente impresso, 4º tomo da *Recreação Philosophica*, pelo Padre Theodoro de Almeida Congregaçam Oratorio. Vende-se Portaria real caza N. Srª Necessidades [...]".

²⁴⁰ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 30, de 27 de Julho de 1758: "Imprimiu-se em quarto *Instrucção sobre Corpos celestes, principalmente Cometas, obra muy erudita* [...] com estilo conciso, e claro expoem seu Autor observaçoens melhores Astronomos modernos, por Francisco Henrique Ahlers. Vende-se logea Francisco Tavares Nogueira Mercador livros á boa morte"

Gráfico n.º 6

Frequência anual dos livros de ciência e artes anunciados na *Gazeta de Lisboa* (1715-1760)



1.2.6. Livros de Direito

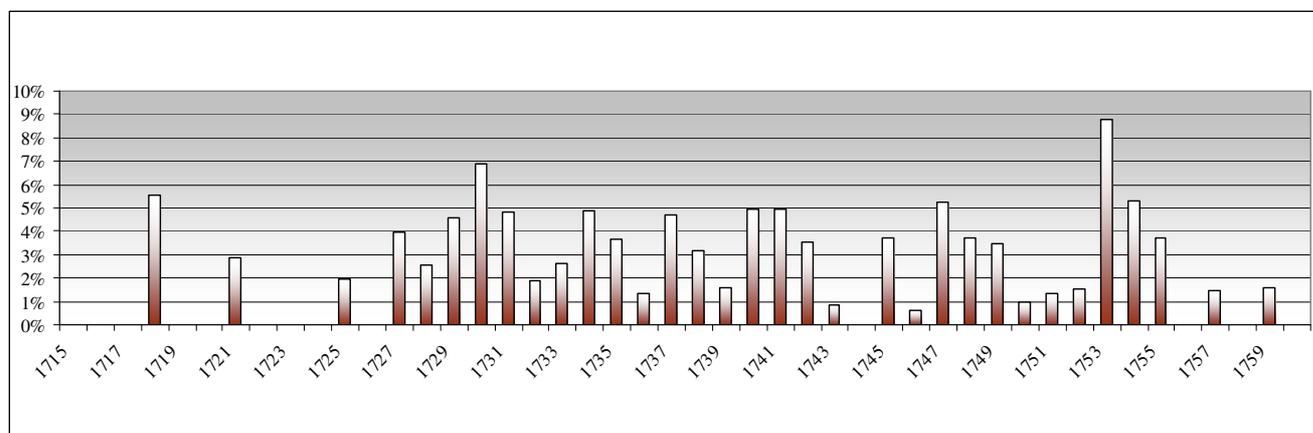
O direito subentende as seguintes temáticas: alegações jurídicas, leis, decretos, jurisprudência, ordenações e regimentos.

Segundo a representação gráfica, os primeiros anúncios de obras de direito registaram-se em 1718, com cerca de 6% do total das obras anunciadas. Entre os anos de 1727 e 1743, verificou-se continuidade anunciativa, podendo adiantar-se um valor médio anual de 3%. No ano de 1730, o direito aproximou-se dos 7%. Entre os anos de 1745 e 1755, os valores tenderam para uma certa dissemelhança. Em 1747 e 1754, passou a média anunciativa de 5% e, em 1753, aproximou-se dos 9%. Nos restantes anos, assinalou-se uma variação entre os 0, 6% e os 3,7%. A partir de 1755, entrou em descontinuidade anunciativa. Dos temas identificados, a jurisprudência foi o que revelou maior expressão. A média de 1731 incluiu apenas esta matéria, com seis anúncios²⁴¹. A natureza estritamente jurídica também foi regularmente anunciada, embora com menor frequência. O ano de 1753 deu visibilidade ao tema²⁴².

²⁴¹ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 23, de 7 de Junho de 1731: "Nas logeas de Miguel Rodrigues portas de Stª Catharina, em Coimbra, na de António Ferreira, no Porto na de Paulo Sylva, se achará *Pratica Judicial*; Author Antonio Vanguerve Cabral, com hum indice geral de todas as cinco partes, e Reformaço Justiça, que a faz mais util".

²⁴² Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 44, 1 Novembro de 1753: "Imprimiu-se em Madrid, dous volumes quarto grande, *Aparatus Juris Publici Hispanici. Opus Poltico-Juridicum*, obra do Doutor Dom Pedro Jozè Peres Valente, Juris-Consulto Collegial e Reytor da Universidade Granada, Lente da Cadeira de Codice Justiniano [...]. Vende-se em Lisboa, loge de Francisco de Sande, Hespanhol, no Adro Sam Domingos".

Gráfico n° 7

Frequência anual dos livros de direito anunciados na *Gazeta de Lisboa* (1715-1760)

1.2.7. Livros de Artes Mecânicas

A tipologia artes mecânicas associa ao género as seguintes temáticas: agricultura, arte equestre, cultura da amoreira, directório prático da prata e ouro, edificações, exame de artilharia, exame de bombeiros, exame de boticário, instrução militar, ofícios (cirurgião, pedreiro, carpinteiro), náutica e tratados de jogos.

Seguindo a representação gráfica, as artes mecânicas foram tema de anúncio a partir de 1718, representando nesse ano uma média de cerca de 3%. Ao longo de todo o período apresentará uma certa descontinuidade. No ano de 1723, atingiu uma das médias mais elevadas, cerca de 4%, valor que se repete em 1750. Contudo, foi entre 1749 e 1755, que se assinalou o momento de maior homogeneidade e crescimento anunciativo. Em 1752, atingiu a média mais elevada, 4,5%. Situando as principais grandezas anunciativas (entre 4% e 4,5%), evidenciam-se alguns dos temas identificados. Em 1723, assinalaram-se os livros de instrução militar²⁴³ e arte de cavalgar. Em 1750, teve expressão o tema agricultura²⁴⁴ e a obra centrada nos ofícios (pedreiro e carpinteiro). Em 1752, destacou-se o tratado sobre a cultura da amoreira²⁴⁵ e o de edificações.

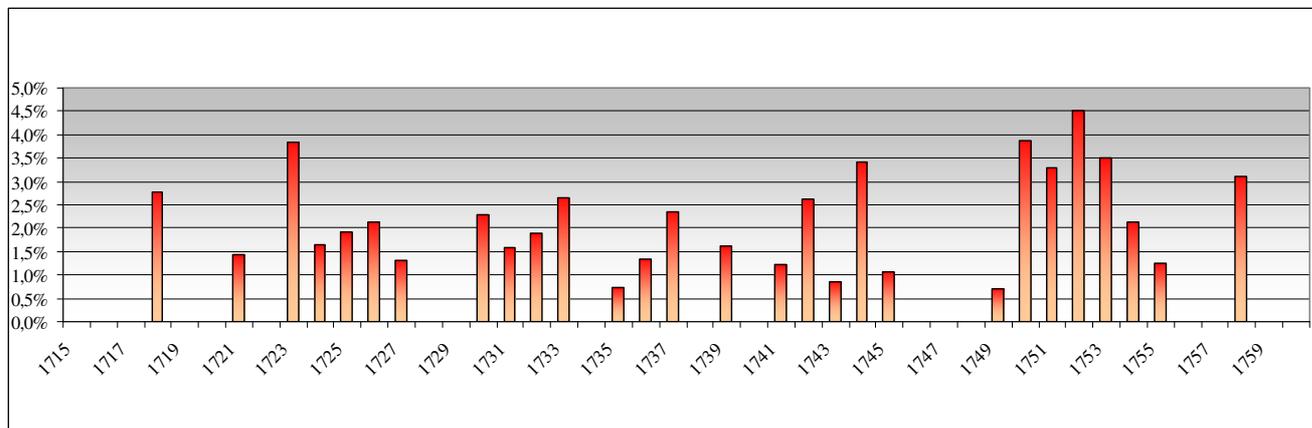
²⁴³Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 43, de 2 Outubro de 1723: "Sahio um livro em quarto por Francisco Joseph Sarmiento, Sargento mór do Regimento de Dragoens Provincia de Tras-os-Montes, intitulado *Instrucção Militar governo Cavallaria*; vendeo nesta cidade casa de Antonio Nunes Correa na rua nova, e na cidade de Bragança de Pascoal Ramos".

²⁴⁴Cf. *Suplemento da Gazeta de Lisboa*, n.º 7, de 19 de Fevereiro de 1750: "*O livro da Agricultura*, em que se trata com clareza o módo e tempo de cultivar terras de pam, vinho, azeite, por Joam Antonio Garrido. Vende-se em casa de Jeronymo Mauricio rúa Armazens [...]".

²⁴⁵Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 17, de 25 Abril de 1752: "Imprimiu-se novamête o tratado de *cultura de amoreiras*, e criaçam bichos seda com ley novissima, de 20 Fevereiro 1752, em que S. Mag. dá grandes Privilégios a quem fizer a dita Criaçam. Vende-se Loja Antonio Souza da Silva, e papelistas".

Gráfico n° 8

Frequência anual dos livros de artes mecânicas anunciados na *Gazeta de Lisboa* (1715-1760)



2. Outros Impressos

2.1. Avaliação quantitativa global

O grupo 2.Outros Impressos registou uma frequência anunciativa pouco elevada, quando comparado com os Livros. No universo do período em análise identificaram-se 580 anúncios.

Quadro 2

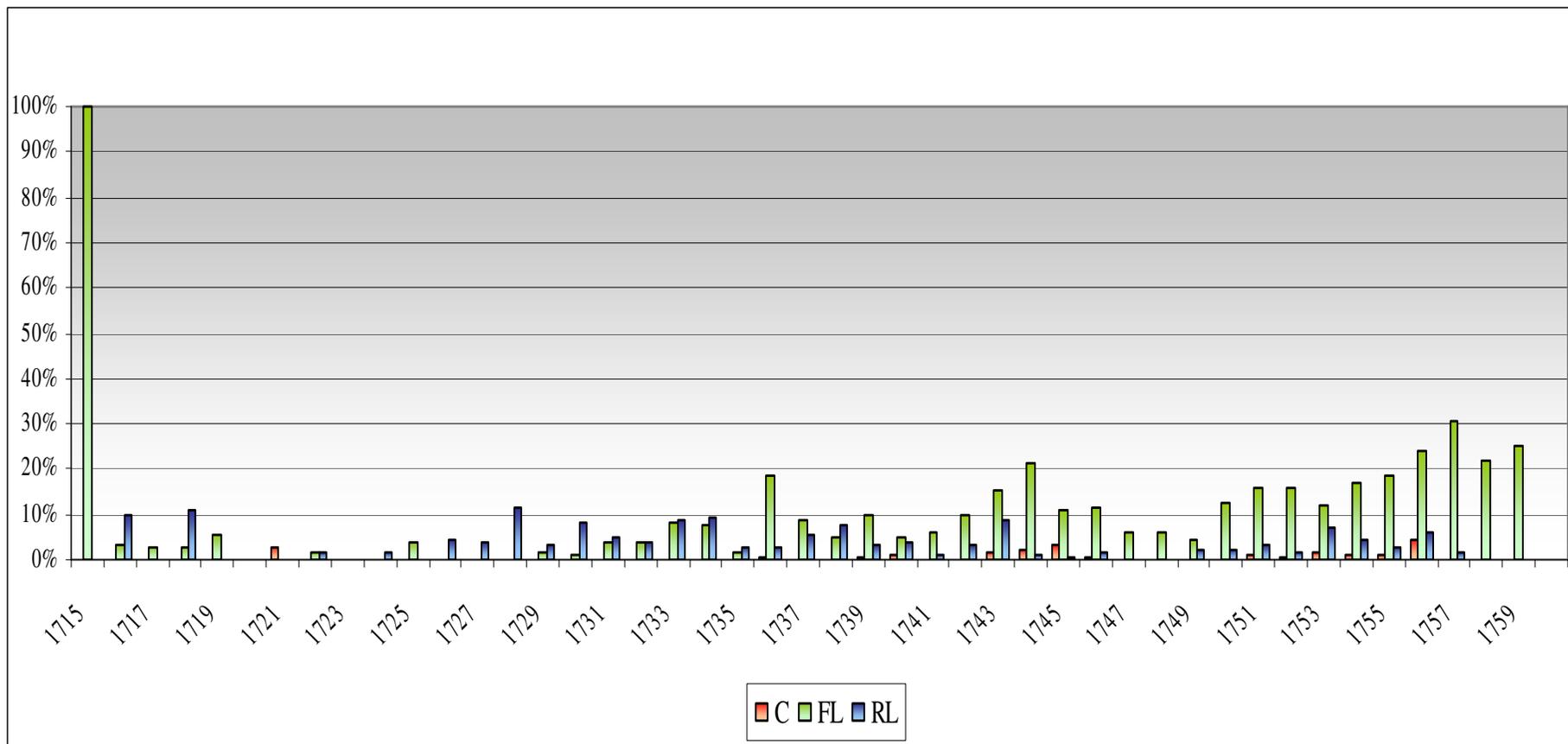
Indicação quantitativa dos anúncios e respectiva média (1715 – 1760)

<i>Tipologias</i>	<i>Número de anúncios</i>	<i>Média</i>
Folhetos	403	69%
Relações	151	29%
Cartas	26	5%

Analisados parcialmente por tipologia, os folhetos constituíram a principal oferta publicitária – 403 anúncios. A estes, seguiram-se as relações com 151 evidenciando, no entanto, uma significativa distância em relação aos primeiros. As cartas – com apenas 26 e 5% da oferta – apresentaram um carácter muito residual.

Gráfico nº 9

Frequência anual dos anúncios Outros Impressos publicados na *Gazeta de Lisboa* (1715-1760)



C – Cartas; FL – Folhetos; RL – Relações

2.2. Avaliação quantitativa parcial

2.2.1. Folhetos

A tipologia folhetos associa temas diversos, transversais ao grupo dos livros: apologética, artes, cirurgia, crítica, direito, elogios, fúnebres, história fabulosa, história militar, história secular, medicina, moral, religião, telúrica, panegírica, poética e vidas, isto é, biografias.

De acordo com a representação gráfica, até 1736, os folhetos apresentaram descontinuidade anunciativa e valores de pouco significado²⁴⁶. Neste ano iniciaram um ciclo de afirmação que se consolidou a partir de 1750. As médias de maior representatividade registaram-se em 1736 (19%), 1743 (15%) e 1744 (21%). No ciclo de 1750 a posição publicitária foi mais acentuada com valores médios que expressão a afirmação deste meio de informação. O seu crescimento foi influenciado pela divulgação do *Mercúrio Histórico* e pelo *Anónimo*, mas também por anúncios à venda da *Gazeta de Lisboa*. Em 1757 e 1759, os folhetos atingiram as médias mais elevadas, 30% e 25%, respectivamente. Situando algumas das grandezas anunciativas, identificam-se temáticas objecto de anúncio. Em 1736, tiveram presença matérias do domínio fúnebre²⁴⁷, história fabulosa, militar e religião. Em 1744, de história²⁴⁸. Em 1751, a par da história, revelou-se a crítica²⁴⁹. Em 1754, destacou-se a história e a história fabulosa²⁵⁰. Em 1755, particulariza-se matéria centrada nos elogios²⁵¹. Em 1757, a história e a religião²⁵². No ano de 1759, o elogio foi o tema principal²⁵³.

²⁴⁶ Nota: Em 1715, ano de início da *Gazeta*, apenas se registou um anúncio, o da *Gazeta de Lisboa*, n.º 1 de 10 de Agosto.

²⁴⁷ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 3, de 25 de Outubro de 1736: "Papel novo do Funeral, obsequio mais triste, saudade repetidos suspiros da morte da Srª Infanta D. Francisca: Autor P. Antonio S. Jeronymo Justiniano. Vende-se logeas de Joam Rodrigues [...]."

²⁴⁸ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 35, de 1 Setembro de 1744: "Sahiu impressa Declaração da guerra delRey Christianissimo contra Rainha Hungria [...]. Vendese loge Guilherme Diniz á Cordoaria velha, onde se vendem as gazêtas".

²⁴⁹ Cf. *Gazeta de Lisboa*, Suplemento n.º 40, de 7 Outubro, de 1751: "Também se imprimiu hum papel Contestaçam Calumnioza acusaçam, que Autor do verdadeiro Methodo de estudar acusa naçam Portugueza [...]. Author José Caetano Mr. Gramatica. Vende loge de Guilherme Dniz".

²⁵⁰ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 32, de 8 de Agosto de 1754: "Sabado, que se haõ contar 10 do presente mez, se publicará 3º papel do Sonho lembrado &c. se fica imprimindo o 4º, cujos papeis se vam continuando, e se acharam nesta Officina".

²⁵¹ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 5 de 30 de Janeiro de 1755: "Sahiu impresso Elogio historico, elegantemente escrito, vida, e morte do Senhor Cardial D.Thomaz Almeida, 1º Patriarca de Lisboa, por Fernando Antonio Costa Barboza. Vende se logea de Jeronimo Gomes de Brito, a S. Roque e rua da Oliveira ao Carmo.

²⁵² Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 51, de 22 de Dezembro de 1757: "Nesta Officina se achará hum papel impresso anno 1755 consta de huma Oraçaõ muy devota, contra Tremores de Terra, Trovoens, rayos, espiritos malignos, por Stº Antonio de Padua".

²⁵³ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 48, de 29 de Novembro de 1759: "Onde se vende também outro papel com o titulo de Elogio, feito pelo Emm. Saldanha à Mitra Patriarchal".

2.2.2. Relações

A tipologia relações associa também temas transversais ao grupo dos livros: anatomia, astronomia, crítica, diplomacia, elogios, história, história fabulosa, religião, panegírica, teologia, telúrica, viagem e vidas.

De acordo com a representação gráfica, os primeiros anúncios classificados como relação registaram-se em 1716, verificando-se a partir daí uma significativa descontinuidade anunciativa. No ano de 1726, esta tipologia iniciou um ciclo que terminou em 1747. Voltou a afirmar-se em 1749 para cessar em 1757. As médias publicitárias de maior significado aproximaram-se dos seguintes valores: em 1716 (10%), 1718 e 1728 (11%), 1730 (8%), 1733 e 1734 (9%) e em 1738 e 1743 (8%). Situando estes valores, identificam-se alguns dos temas anunciados. No primeiro a história²⁵⁴ foi uma das matérias divulgadas. No segundo, particularizou-se a história fabulosa²⁵⁵. Em 1728, a história e a religião²⁵⁶. Em 1730, versou matéria relacionada com anatomia²⁵⁷. Em 1733 e em 1734, dominou a história fabulosa²⁵⁸ e a história²⁵⁹, respectivamente. Em 1743, assinalou-se história e panegírica²⁶⁰

²⁵⁴ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 48 de 28 Novembro de 1716: "A Relação Diario do sitio de Carfu com a descripção da Praça e da Ilha em que està situada; operaçoens dos sitiados, e dos Turcos com todos os sucessos que nelle houve (...) se publica hoje, e se acharà onde se vendem as gazetas".

²⁵⁵ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 19, de 12 de Maio de 1718: "Sabbado passado se fez publica a extraordinaria Relação Brados do Ceo, ou casos horrorosos succedidos em diversas partes do mundo, e a grande inundaçãõ que houve nos Paizes bayxos [...] se achará onde se vendem as gazetas".

²⁵⁶ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 52 e 23 de Dezembro de 1728: "Imprimio-se novamente hã Relaçãõ sobre a invençãõ do corpo do Eximio Doutor da Igreja Stº Agostinho, que appareceo na Cidade de Pavia: Vende-se na logea de Antonio Freitas à Misericordia".

²⁵⁷ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 7, de 16 de Fevereiro de 1730: "Sahio impressa com titulo Typografia admiravel, e impressãõ prodigosa, huma relaçaõ de anatomia, que se fez no corpo, e coração da Veneravel Madre Veronica Juliana; vende-se na officina de Pedro Ferreyra impressor de livros ao arco JESUS, Freguesia S. Nicolao".

²⁵⁸ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 10, de 5 de Março de 1733: "A noticia dos prodigios que se observarãõ Hostia Consagrada Cidade Santa Napoles [...]. Vende-se logea Manoel Diniz na Cordoaria velha onde se vendem as gazetas".

²⁵⁹ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 7 de 18 de Fevereiro, de 1734: "Huma Relaçãõ, que trata da Conjuraçãõ, que houve na Cidade Granada e o desafio dos quatro Cavalleiros Christãos [...]. Vende logea Miguel Rodrigues, nas portas de Stº Catharina".

²⁶⁰ Cf. *Gazeta de Lisboa*, Suplemento n.º 28, de 11 Julho de 1743: "Também sahio impressa Relaçãõ verdadeira do Certame, que no Real Collegio das Artes de Stº Antam celebrou a Academia dos Escolhidos á melhora do Monarca D. Joam V. Vende-se nas mesmas partes".

2.2.3. Cartas

As cartas, à semelhança dos impressos congéneres, associam os mesmos temas, todos eles transversais ao grupo dos livros: apologética, crítica, fúnebre, história fabulosa, medicina, moral, religião, telúrica e vidas.

Esta tipologia não expressou representatividade significativa. Com apenas vinte e seis anúncios identificados, poder-se-á considerar residual e com dois períodos distintos. O primeiro entre 1743 e 1746, com uma média em crescimento até 1745 (entre 2% e 3%), caindo em 1746, para 1%. O segundo, iniciado em 1751, para terminar em 1756. As médias publicitárias mais elevadas aproximaram-se dos seguintes valores: em 1721 (3%), 1725 (2,5%), 1744 (2%), 1745 (3%) e 1756 (5%). Procurando identificar algumas das matérias anunciadas, seguindo uma ordem cronologia que não esta, em 1721 situou-se o tema vidas²⁶¹, em 1743, a história²⁶², tema que voltou a ter projecção em 1744²⁶³. No ano de 1745, acentuou-se a temática centrada na crítica²⁶⁴ e em 1746, teve acuidade o tema fúnebre²⁶⁵. Em 1753, realçou-se a crítica alusiva a Fr. Bento Jerónimo Feijó²⁶⁶, e em 1756, o tema centrado no terramoto 1755²⁶⁷.

²⁶¹ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 8, de 20 Fevereiro de 1721: "Imprimio se huma carta vinda de Astracan, com noticia de hum sucesso muy raro de hum Eremitaõ Persiano, a quem se dá nome de Encuberto Mahometano, ou Mohaidin redivivo; & se vende nas mesmas partes, onde se vendem as gazetas".

²⁶² Cf. *Gazeta de Lisboa*, Suplemento n.º 3, de 12 de Setembro de 1743: "Na parte, aonde se vendem as gazetas, se achará huma Carta, que contém os progressos diários do Exercito da Rainha da Hungria, commandado pelo Principe Carlos de Lorena, preço de seis vintens".

²⁶³ Cf. *Gazeta de Lisboa*, Suplemento n.º 42, de 22 Outubro de 1744: "Sahiu impressa a resposta a uma carta, que certo Cavalheiro escreveu a hum afeiçoado Austriaco, desejando saber se o Principe Carlos da Lorena havia repassado o Rheno. Vende-se onde se vende a gazeta".

²⁶⁴ Cf. *Gazeta de Lisboa*, Suplemento n.º 4, de 28 de Janeiro de 1745: "Sahiu impressa uma Carta a hum Anonymo verdadeiro, nam fingido, correspondente de certo Cavalheiro Austriaco mais de seis annos, em resposta a outra [...]. Inclue breve Elogio ao Principe Carlos da Lorena [...]. Vende-se nas partes onde se vende a Gazeta".

²⁶⁵ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 31, de 2 Agosto de 1746: "E uma carta de Dom Gregorio Mayans sobre a mórte do mesmo Excelentissimo Senhor".

²⁶⁶ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 34, de 23 Agosto de 1753: "Onde também se achará tomo 4 de Cartas muito illustre, do Reverendo D. Fr. Bento Jeronymo Feijó; Vende-se em caza de hum Hespanhol morador na esquina da rua do Outeiro às portas de Stª Catharina".

²⁶⁷ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 16, de 22 de Abril de 1756: "Sahiu à luz Investigaçam das Causas proximas, naturais, do Terramoto 1755. Carta ao Senhor Conde de Avintes D. Luiz Almeyda escreve o infimo Philosofo J.A.S. Vende-se em caza M. Bertrand [...]".

3. Impressos: Livros e Outros Impressos

3.1. Avaliação qualitativa global

Se procurarmos perceber a realidade vivencial da época a partir do quadro tipológico e numérico dos Livros identificados, seremos desde logo levados a determinar uma estrutura social acentuadamente católica, com uma elite sustentada em valores culturais profundamente religiosos. A partir desta percepção poder-se-á questionar. Quem era essa elite? Onde se movia? Qual o seu papel na construção de novas identidades sociais e culturais? Visualiza-se a emergência de novas tendências?

Estas são as questões que se consideram pertinentes no enquadramento das respostas suscitadas pelo estudo. Como já anteriormente foi referido, outras teriam pertinência de formulação. Isto confirmará a importância da publicidade como fonte de estudo histórica em qualquer época e em diversos contextos. O vasto conjunto de informações facultadas permitirá formular explicações com alguma solidez a nível sincrónico, assim como uma perspetivação diacrónica singular. Procurar-se-á perceber permanências, e aquilo que, ao longo dos anos tende a modificar-se. A perspectiva diacrónica pressupõe uma explicação. Avaliando o que se modifica, será necessário retirar conclusões dessa mesma mudança.

Relativamente ao grupo dos impressos, antes da sua análise, será necessário pensar a restrição imposta pela censura que vigorava no reino. Permanecia o índice de livros proibidos de 1624. A censura era uma atribuição tripartida – do Santo Ofício, do Ordinário (bispo da diocese) e do Desembargo do Paço. Não só confiscava os livros considerados atentatórios contra a Fé e os cânones da época, como lhe competia a concessão de licenças para a impressão de livros novos. Com o Marquês do Pombal a censura adoptou uma feição política com a criação da Real Mesa Censória, em 1768. Não só estava em causa o controlo das ideias heréticas mas também daquelas que, vindas de fora poderiam abalar o prestígio do poder real²⁶⁸. Significou, por outro lado, a transferência e centralização dos mecanismos de censura, eventualmente devido à ineficácia do anterior sistema. Numa procura de sobrevivência, algumas dessas obras chegariam ao público com alterações nos seus conteúdos. Havia ainda visitas às livrarias e ordens para que estas, periodicamente, apresentassem o rol dos livros que tinham em seu poder²⁶⁹.

²⁶⁸ “Abundava a edição clandestina, com indicações falsas de lugar de impressão e nome de impressor, para desviar as buscas dos censores, e os panfletos agitadores por vezes entrados no reino juntos com outras obras, por mão dos livreiros franceses estabelecidos em Portugal”. Cf Maria Emília Lavoura, “O Surto do Livro Impresso” *Tesouros da Biblioteca Nacional*, [...], pp. 211-212.

²⁶⁹ “De entre as obras que foram confiscadas em livrarias, contam-se romances de cavalaria, livros de prognósticos ou segredos da natureza e obras de autores como Castiglione, Cervantes, Erasmo e Lopes de Veja”. Cf. Isabel M. R.

A *Gazeta de Lisboa*, o periódico oficial, também era objecto de censura e, desse modo, controlado na divulgação de ideias e de outros conteúdos que interferissem com o saber e os costumes instituídos. Por essa razão somos levados a admitir que os anúncios ali inseridos representavam a produção conveniente e autorizada. Ao nível do anúncio de impressos o anunciante, neste caso o livreiro, situava-se no mercado oficial detendo muitas vezes privilégio de impressão. Neste contexto, os anúncios identificados representariam uma significativa parte *dos Livros e de Outros Impressos* que circulavam no reino (nacionais e estrangeiros), mas que, claramente, tinham passado pela intervenção pública dos livreiros portugueses. Na mesma linha de raciocínio, o anúncio dirigia-se a um público restrito, letrado, culto, bem posicionado na hierarquia social, que intelectualmente assimilava as ideias e os conhecimentos difundidos. O sucesso das obras anunciadas, isto é, o crescimento da venda, representava a sua incorporação e participação na formação da opinião pública e, conseqüentemente, o crescimento do mercado livreiro.

Por outro lado, fomentavam-se reuniões familiares de amigos, as assembleias, geralmente nocturnas, onde nos meios mais ilustres a recitação poética e a música preenchiam o serão. Esta forma de sociabilidade implicava o aparecimento de novos hábitos de consumo relacionados com as práticas de lazer e de apresentação dos grupos ilustrados. Com regras de reunião e de convívio, era uma escola de boas maneiras. Criava-se assim uma clientela de frequentadores em cujo leque de relações se incorporava alguns dos mais proeminentes homens de negócio do seu tempo. Estas assembleias traduziam-se no aparecimento de novos locais de sociabilidade, virtualmente destinadas às elites, autonomizadas da sociedade de Corte, onde a discussão de ideias suscitava a necessidade de determinados consumos²⁷⁰.

3.2. Avaliação qualitativa parcial

3.2.1. Livros

A persistência dos anúncios de obras relacionadas com a religião, como já foi referido, aponta para uma sociedade culturalmente vocacionada para os saberes relacionados com o sagrado. Se os anúncios desta temática persistiam, logicamente, os anunciantes tinham consciência do seu elevado nível de consumo, servindo-se deste meio de divulgação para os tornar públicos. Eduardo Brazão refere-se às constantes manifestações de religiosidade que sustentavam o ambiente cultural joanino. Os grandes investimentos suportados pelo ouro e pedras do Brasil, não deixaram de

Mendes Drumond Braga, “As Realidades Culturais”, *Nova História de Portugal*, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. VII [...], p. 547-549.

²⁷⁰Cf. Nuno Luís Madureira, *Lisboa. Luxo e Distinção. 1750-1830*. [...], pp. 76-77.

privilegiar grandes monumentos religiosos, altas prerrogativas eclesiásticas, livros, mobiliário, que encomendava no estrangeiro aos seus diplomatas e outros agentes²⁷¹. Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, durante o reinado de D. João V realizaram-se em Lisboa vinte e oito autos-de-fé públicos, e cerca de trinta e quatro particulares. Nos públicos, em muitos, o Monarca esteve presente. Adianta ser certo a sua presença no de 20 de Outubro de 1748 em que saiu condenado António Ribeiro Sanches. Do edifício da Inquisição a família real assistia ao desfilar de uma das procissões mais importantes do calendário religiosos, a procissão dos Passos²⁷². Procurando interpretar o pensamento de Diogo Ramada Curto, havia umnexo de causalidade entre o regime político e o sistema de valores²⁷³. O anunciante, neste caso, representava o papel do lojista, do revendedor, animando a produção com iniciativas de divulgação, incentivando o consumo de bens culturais.

As belas letras representavam uma área do saber profano caracterizado por François Furet, “apenas um campo particularmente importante das ciências e das artes”²⁷⁴. Esta tipologia mostrou, a partir de 1733, uma maior afirmação anunciativa, dando a pressupor um tempo particular de abertura à liberdade de pensamento firmado na razão. A estética clássica mantinha um certo domínio. A poética manifestou uma presença anunciativa frequente, assim como a prosa. Começara a notar-se a importância do romance. Foram frequentes os anúncios de livros de gramáticas, língua portuguesa e francesa, dicionários, vocabulários, escritas e tratados sobre matéria educativa. Neste caso ressaltam os apontamentos para a *Educação de hum Menino Nobre*²⁷⁵, com princípios de doutrina dos filósofos que procuravam a verdade ou a verosimilhança das causas naturais²⁷⁶. O pensamento crítico também dava sinais de frequentes manifestações públicas, gerando uma certa controvérsia, mas que era aceite. Pela posição anunciativa constatou-se uma relativa afirmação deste género literário na sociedade culta portuguesa.

A tipologia história marcou uma diferença significativa em relação à religião. Embora tivesse já alguma audição nas Academias que desde os finais do século XVII vinham proliferando na linha da erudição e da crítica, o seu peso anunciativo indicia um baixo consumo do género. A sua

²⁷¹ “ Cf Eduardo Brazão, “ A Craição da Patriarcal”, *A Diplomacia Portuguesa nos Séculos XVII e XVIII*, [...], pp-163-164.

²⁷² “Nem a doença impediu D. João V de assistir ao seu espectáculo favorito. No auto-de-fé de 4 de Novembro de 1742, tudo foi feito para que o rei pudesse presenciá-lo sem que o povo se apercebesse da sua debilidade física”. Cf. Maria Beatriz Nizza da Silva, *D. João V*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2006, p.115.

²⁷³ “Entendidos estes como uma espécie de tipos ideais capazes de representar formas específicas do viver associado”. Cf. Diogo Ramada Curto, *Cultura Escrita. Séculos XV a XVIII*, 1º ed., Lisboa, ICS, 2007, p. 199.

²⁷⁴ “É a sua dimensão e sobretudo o seu garu de «nobreza» que justificam a sua nomenclatura particular, mais do que a sua própria natureza”. Cf. François Furet, “A Livraria do Reino de França no Século XVIII”, in *A Oficina da História* [...], pp. 159-160.

²⁷⁵ Cf. *Gazeta de Lisboa, Suplemento* n.º 17, de 29 de Abril de 1745: “Educação de hum menino Nobre, por Martinho de Mendonça de Pina e Proença, Conselheiro do Concelho Ultramarino, Bibliotecario S. Mag., ensina, como se devem criar os filhos das pessoas Nobres”.

²⁷⁶ “Publicados em 1734 e reeditados em 1761”. Cf. Ana Cristina Araújo, *A Cultura das Luzes em Portugal*, [...]. P. 48.

compreensão terá de ser enquadrada nos valores da sociedade da época, começando nesse período o interesse pela história de uma forma mais objectiva e racional. A influência das ideias que proliferavam no estrangeiro fora decisiva na renovação cultural que se começou a sentir. Manuel Caetano de Sousa (1658-1734), na sua prolongada viagem à península itálica, onde conviveu com as comunidades eruditas italianas, construiu a ideia de elaboração de uma *História Eclesiástica de Portugal*. Conhecedor das comunidades eruditas e do trabalho de investigação científica colectiva que, por toda a Europa, se estava a desenvolver, propôs vários modos de reunir os materiais, nomeadamente manuscritos, para a *História Eclesiástica de Portugal*. O momento que se vivia em Portugal era propício à ideia e por isso obteve receptividade de D. João V²⁷⁷.

Ao nível da produção da Academia Real da História, não se poderá argumentar com as restrições impostas pela censura, embora ela estivesse lá. D. João V isentou os livros da Academia da licença do Desembargo do Paço, apresentando-se aos leitores sem passarem pelo controle exterior à instituição (decreto de 29 de Abril de 1722). Numa época em que a censura era instância de legitimação de qualquer obra cultural, as obras académicas, em teoria, precisavam apenas das licenças dos Censores designados pela Academia. Estando a Academia no início da sua produção os anúncios da *Gazeta de Lisboa* representavam, maioritariamente, obras estrangeiras, nomeadamente da história peninsular – história eclesiástica e secular e genealogias. Mesmo assim, a regularidade anunciativa revelou um ambiente de interesse pela temática, acentuando a ideia de estar em construção uma maior abertura ao pensamento crítico e erudito, sustentado pela formação de um novo público. A história integrava-se na dominante profana, mesmo quando respeitante ao passado da Igreja. O mundo extra-europeu, esse era representado pelas narrativas de viagens que transformavam o presente através do espaço. A curiosidade geográfica também estava ligada à história, uma coabitação que derivava da acção dos Descobrimientos.

No domínio da teologia, os dados identificados indicaram a sua perda de influência. Sendo Portugal dominado pela corrente cultural jesuíta e por uma forte obediência à Santa Sé, levamos a pressupor a emergência de uma nova tendência que levaria à sua relativa perda de autoridade. A historiografia sustenta que a Companhia de Jesus em Portugal e no seu império, entre 1700 e 1750, atravessou uma fase de relativo declínio, que a atingira em todo o espaço português, à excepção do Brasil. A este declínio não será alheia a querela jansenista francesa, de que resultara a bula papal *Unigenitus Dei Filius*, publicada em Setembro de 1713. Uma das fracturas que percorria a igreja católica francesa na altura era a que opunha galicanos e ultramontanos. Politicamente

²⁷⁷“Por ordem do Monarca, foi este erudito indigitado para compor uma «instrução» para que se escrevesse, exactamente e em pouco tempo, o corpo da história eclesiástica portuguesa”. Cf. Isabel Ferreira da Mota, *A Academia Real da História. Os Intelectuais, o Poder Cultural e o Poder Monárquico no século XVIII*, Coimbra, Minerva, 2003, [...], pp, 31-21.

defendia-se os princípios galicanos. Os jesuítas, por seu lado, eram defensores do ultramontanismo²⁷⁸. A sua influência intelectual e educativa diminuiu significativamente o que se manifestaria no poder censório da instituição e, desse modo, no controlo que a mesma exercia na produção livreira. A corrente de pensamento da Ordem do Oratório contribuía para uma nova ordem intelectual, emergindo vozes críticas aos modelos educacionais, no seio das quais se situaram dois grandes pedagogos portugueses do século XVIII, Luís António Verney e Ribeiro Sanches, que culminaria na criação do Colégio Real dos Nobres (1761)²⁷⁹. O declínio anunciativo do género é notório a partir de 1750, o que pressupõe o acentuar de uma nova corrente de pensamento de orientação iluminista, que caracterizou o movimento de ideias que, em Portugal, se opôs decididamente à escolástica, à herança que vinha do passado nos domínios da literatura, das artes e do pensamento, reivindicando o valor da razão e do espírito crítico em todos os domínios da acção humana.

No âmbito da ciência e artes, com uma frequência anunciativa de baixa expressão, poder-se-á afirmar o isolamento de Portugal ao mundo das ideias e dos progressos científicos que se registavam na Europa. Nesta leitura contextualiza-se a análise de Diogo Ramada Curto sobre o controlo exercido pelos jesuítas a partir do momento em que passaram a orientar o Colégio das Artes, lugar de educação da nobreza do reino²⁸⁰. O ramo da ciência e artes constituía o essencial do saber profano, designando na nomenclatura clássica, tudo aquilo que era actividade intelectual de conhecimento e beleza²⁸¹. Enquanto que a corrente de pensamento racional europeu, de natureza filosófica, concorria com o pensamento erudito teológico, no caso português, esse debate levaria algum tempo a consolidar-se. Diogo Ramada Curto não deixa de responsabilizar os jesuítas pelo isolamento a que o reino fora sujeito²⁸². O seu poder de censura teria conduzido a que, no interior das universidades de Coimbra e Évora, os professores “fossem obrigados a dissimular o conhecimento e a posse das obras de artes e ciências, provenientes da Alemanha, França, Inglaterra,

²⁷⁸“Encaravam a igreja como uma monarquia universal e o seu sumo pontífice como uma entidade à qual todos os católicos, incluindo os reis e os príncipes, se deviam submeter, defendendo mesmo alguns precocemente a tese da infalibilidade papal”. Cf. Nuno Gonçalo Monteiro, *D. José*, Mem Martins, Circulo de Leitores, 2006, p71.

²⁷⁹“Mantinhm, porém, um notório ascendente enquanto confesores dos membros da família real e de muitas das grandes casas aristocráticas, embora D. João V cedo tenha deixado de ter confesores jesuítas”. Cf. Nuno Gonçalo Madureira, *D. José*, [...], p. 71

²⁸⁰“Até 1540, data da entrada da Companhia em Portugal, a situação da instrução era florescente [...]; a entrada dos jesuítas no Colégio das Artes, e a influência que passaram a ter na Universidade de Coimbra foram muito perniciosas; facto que se agravou devido à sua crescente influência durante o reinado de D. Sebastião”. Cf. Diogo Ramada Curto, *Cultura Escrita. Séculos XV a XVIII*, [...], pp. 209-210.

²⁸¹“No interior da primeira categoria, moral e metafísica dominam a filosofia, a medicina domina as ciências. As «artes liberais», entre as quais a música constitui o essencial, esmagam com o seu volume a agricultura e as artes mecânicas”. Cf. François Furet, “A «Livreria» do Reino de França no século XVIII”, in *A Oficina da História* [...], pp.159-160.

²⁸²“Com os seus Índices expurgatórios introduzidos durante o reinado de Filipe IV, fizeram com que desaparecessem de todas as livrerias os livros de boa doutrina, deixando os seus próprios livros, onde se ensinavam os seus métodos confusos”. Cf. Diogo Ramada Curto, *Cultura Escrita. Séculos XV a XVIII*, [...], p. 210.

Flandres e Holanda”²⁸³. Entre 1752 e 1758, revelara uma maior homogeneidade anunciativa, a que não será alheio a disseminação dos espaços de convívio e de discussão intelectual que a esfera pública erudita começara a animar. Emergiram salões e tertúlias literárias, sendo as discussões cultivadas em novos círculos, mais restritos, nos clubes e assembleias. Por outro lado, a nova governação tendia para as ideias que proliferavam na Europa, privilegiando o pensamento racional.

O direito civil caracterizou-se por uma oferta restrita. Representava o mundo civil e político cujo processo de secularização se começava a organizar. Testemunha as justificações lentamente elaboradas pelo saber dos legistas reais para unificar os costumes e os direitos consuetudinários, definir estatutos e categorias, fundamentar a sociedade política. Na história moderna o direito representou o suporte por excelência da realeza absolutista. Com o desenvolvimento da jurisprudência o direito enriqueceu-se sensivelmente, passando a expressar a doutrina processual, representando um grande esforço nacional de racionalização jurídica²⁸⁴. Curiosamente, a jurisprudência dominou os anúncios da *Gazeta de Lisboa* ao longo do período em análise. A perda de influência anunciativa dos livros de direito a partir de 1755 leva a pressupor o seu relacionamento com as mudanças legislativas introduzidas no tempo do Marquês do Pombal. A mudança determina, normalmente, um período de aplicação e de consolidação. A divulgação pelos meios publicitários constitui um processo posterior. Esta é uma leitura possível. A intensa legislação pombalina, traduzindo-se de início por iniciativas pontuais e avulsas, tendo especial impacto na regulação das ordens religiosas, procura de moralização das rendas dos cónegos da Patriarcal, desvalorização do celibato feminino, regulação dos filhos segundos no ingresso de carreiras eclesiásticas, legados pios, entre outras, caracterizou-se por mudanças irreversíveis iniciando uma revolução legislativa determinante na sustentação do poder absoluto²⁸⁵.

Na linha de divulgação livreira, as artes mecânicas representaram uma realidade com muito pouca expressão. Na sociedade do Antigo Regime a agricultura e as artes mecânicas mantinham o estigma de tudo o que era manual, sendo por isso incompatíveis com os grupos sociais da hierarquia social e da burguesia que procurava ascender à nobilitação. Os leitores da *Gazeta de Lisboa* provinham desses grupos sociais, podendo ser uma das explicações para o reduzido número de anúncios desta tipologia. Entre 1750 e 1755, verifica-se uma afirmação anunciativa cujo crescimento será entendido como a sua reabilitação pela sociedade que tendia para o pensamento racional do movimento iluminista.

²⁸³“O argumento não era necessariamente o de defender a liberdade de opinião, mas o de reivindicar uma censura que soubesse distinguir os livros úteis dos perniciosos”. Cf. Diogo Ramada Curto, *Cultura Escrita. Séculos XV a XVIII* [...], p. 210.

²⁸⁴Cf. François Furet, “A «Livreria» do Reinado da França no século XVIII”, in *A Oficina da História* [...], pp. 158-160.

²⁸⁵Cf. Nuno Gonçalo Monteiro, *D. José*, [...], pp. 207-210.

3.2.2. Outros Impressos

Os folhetos caracterizavam-se por folhas impressas ou manuscritas divulgando um único assunto, podendo incluir diferentes notícias. Constituíam uma forma específica de tornar público assuntos que não cabiam na *Gazeta*, mas que interessavam ao público letrado. Assentavam numa rede de redactores que procuravam dar informações de casos verdadeiros. Esses redactores interessavam-se pelo que se passava no reino, na Corte e no estrangeiro. No interior dessas redes, cada correspondente agia como um elemento de uma cadeia, por vezes de várias, no interior da qual cada informação (carta) funcionava quase como um folheto. Os anúncios de folhetos identificados versavam temas diversos. Eram comercializados por livreiros ou papelistas, o que pressupõe um negócio de venda de notícias de uma certa credibilidade, se atendermos ao meio de divulgação e aos agentes de venda. Traduziam-se por uma informação de leitura mais rápida, mais simples e mais económica, condições necessárias à sua proliferação, o que justificará o crescimento anunciativo a partir de 1736. Representavam uma alternativa à imprensa periódica, e mesmo ao mercado dos livros.

A historiografia contemporânea dá significativo relevo às redes informativas nacionais da primeira metade do século XVIII, período particular da sua multiplicação e circulação. O núcleo informativo do 4º Conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes, distinguia-se pela sua erudição. Também o núcleo de Santarém, sustentado pelo padre Luís Montez Matoso e Rodrigo Xavier Pereira de Faria, tem sido identificado como um centro de informação prestigiado, nevrálgico no intercâmbio com as redes nacionais e estrangeiras à qual pertencia José Freire Montarroio Mascarenhas, e com a Corte. Assume particular notoriedade, entre 1740 e 1750, com o *Folheto de Lisboa*, que João Luís Lisboa descreve como “sendo este o folheto de maior sucesso da informação manuscrita portuguesa”. Evoluíra para *Mercúrio de Lisboa*, *Mercúrio Histórico de Lisboa*. Mais tarde, em 1753/1754, já depois da morte do padre Matoso, a publicação foi retomada por Pereira de Faria por um curto período, voltando a ter como título *Folheto de Lisboa*.²⁸⁶

As relações revelaram pouca importância anunciativa. Constituindo um suporte informativo alternativo, traduziam-se por produções editadas ocasionalmente, limitando-se a descrever um único acontecimento, sem comentários nem interpretações. Os folhetos revelaram uma maior projecção editorial. No quadro de avaliação, a sua importância anunciativa, embora com descontinuidades, liderou num tempo específico, de 1726 a 1743. A partir daí, entrou em declínio.

²⁸⁶ Cf. João Luís Lisboa, Tiago C. P. dos Reis Miranda, Fernanda Olival, *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora* [...], pp. 18-22.

Comparativamente, o folheto ganhara espaço a partir de 1736 iniciando um ciclo de crescimento que se sobrepôs às relações.

As cartas, como assunto de publicidade na *Gazeta de Lisboa*, tiveram muito pouca representatividade. Centrando-se em dois períodos restritos é já no reinado de D. José que se verificou a sua principal concentração anunciativa. Eram normalmente cartas privadas transmissoras de notícias que interessavam às redes privadas de informação, e que pelo seu conteúdo, se transformavam por vezes em públicas. A historiografia contemporânea identifica núcleos desta correspondência, dando especial atenção a uma colecção de cartas destinadas ao padre Matoso, entre 1740 e 1749, escritas pelos seus correspondentes, sobretudo de Lisboa, mas também de Coimbra e do Porto, e de outras cidades como Braga e do estrangeiro²⁸⁷. Neste circuito colocavam-se notícias de 1742/1743 sobre as guerras europeias, em particular sobre o conflito entre franceses, prussianos e austríacos, chegadas por correio à vila das Caldas da Rainha, onde então se encontrava a Corte. Das Caldas eram transmitidas ao Cónego de Évora (Manuel Gomes Ferreira), que por sua vez as transmitia ao Padre José de Oliveira. Este fazia-as chegar, também por carta, aos redactores do *Folheto de Santarém*. Foi precisamente nesse período de exponencial circulação de notícias que se deu a primeira reacção anunciativa de cartas na *Gazeta de Lisboa*. Pela conjugação dos dois elementos de informação poder-se-á adiantar ser um período de significativo interesse pelo que se passava no país e no estrangeiro, sustentando um novo paradigma cultural em construção.

3.3. Percepção de um novo ciclo cultural

Da análise ao grupo dos Impressos, emerge a convicção de que o século XVIII, a partir da governação de D. João V, entrou num novo ciclo cultural, lento mas progressivo. O peso da Igreja na vida do Monarca e do reino foi uma realidade inquestionável, sempre presente em manifestações do quotidiano. Os privilégios concedidos a instituições eclesiásticas e aos seus membros evidenciam a influência e o poder da instituição junto do Rei, moldando o pensamento e o agir da sociedade. Todavia, a historiografia contemporânea reconhece o movimento de ideias que em Portugal se opôs resolutamente à escolástica, proclamando em lugar da tradição, o valor da razão e do espírito crítico em todas as domínios da acção humana. Na opinião de Nuno Gonçalo Monteiro esse movimento partiu de uma corrente política ilustrada joanina onde se destacaram personagens que partilhavam algumas ideias de reforma, embora no seio das mesmas não existisse unanimidade, mas até uma certa rivalidade, rivalidade que poderá ter contribuído para o acentuar da

²⁸⁷ Cf. João Luís Lisboa, Tiago C. P. dos Reis Miranda, Fernanda Olival, *Gazetas Manuscritas da Biblioteca de Évora*, [...], pp.22-23.

crítica e, desse modo, para a construção de um novo paradigma social e cultural. Dessas figuras, a historiografia dá relevo a D. Luís da Cunha e a Alexandre de Gusmão, ambos com experiência diplomática nos conflitos europeus²⁸⁸. A historiografia identifica outras figuras com experiência estrangeira, determinantes na renovação cultural portuguesa. Jacob de Castro Sarmiento (1691-1762) dialogou com os mais importantes discípulos de Newton e viu alguns dos seus trabalhos incluídos nas *Philosophical Transactions*. Bento de Moura Portugal (1702-1776), conviveu com os membros da Royal Society de Londres. Ribeiro Sanches (1699-1783), conheceu as maiores sumidades da ciência médica do seu tempo, privou em São Petersburgo, com Haller (1708-1777). Em Paris, estabeleceu contactos regulares com nomes ilustres das ciências e das letras francesas. Martinho de Mendonça de Pina e Proença (1693-1743), viajou pelas Cortes do Norte da Europa, conversou com Wolfe, discípulo de Leibniz (1646-1716). O padre João Chevallier, um dos maiores astrónomos da Congregação do Oratório, com trabalhos publicados nas *Philosophical Transactions*, foi admitido como membro correspondente da Academia das Ciências de Paris, em 1753, eleito sócio da Royal Society no ano seguinte e depois, secretário perpétuo da Academia de Bruxelas. No decurso da década de trinta, D. Francisco Xavier de Menezes declarou-se partidário da filosofia de Newton²⁸⁹.

Mas também o estabelecimento de livreiros estrangeiros que desde o início de Setecentos se começou a afirmar em Portugal, não poderá ser desconsiderado do movimento intelectual em emergência, tornando-se nos indispensáveis difusores dos grandes centros produtores do livro de Setecentos. Manuela D. Domingos questiona “que papel cultural desempenharam ao articular as redes de circulação de uma mercadoria chamada livro?”²⁹⁰. Situando-se em estudos sobre o tema, identifica a localidade de Monestier de Briançon (Altos Alpes), no Delfinado, uma das proveniências de uma emigração maciça, para o mesmo ramo de actividade. Considerados *colporteurs*, que se foram fixando nas duas penínsulas latinas, aliando-se entre si, foram os fundamentais difusores da produção livreira (latina e francesa) do século XVIII. Em Portugal criava-se uma rede de ligações destes agentes. São conhecidos pelos anúncios da *Gazeta de Lisboa*. Chamam-se João José Guibert (piemontês de nação, natural de Turim) e Pedro Faure (francês). O primeiro com ligações familiares a José Reycend (natural de Turim). A sua loja de livros, sob a designação de José Reycend e Guibert recorreu à publicidade na *Gazeta de Lisboa*, em 1732.

²⁸⁸ Das várias reticências quanto ao estado do país, configurava-se o Tratado de Methuen e defesa de promoção de manufacturas; avaliação do peso excessivo das ordens religiosas e diagnóstico do estado geral de decadência do país, eventualmente associado a uma percepção negativa das estruturas agrárias; crítica da actuação da inquisição; avaliação negativa do método do ensino; denúncia do «puritanismo» de algumas famílias da alta nobreza”. Cf. Nuno Gonçalo Monteiro, *D. José [...]*, pp. 48-49.

²⁸⁹ Cf. Ana Cristina Araújo, *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas [...]*, pp.44-45.

²⁹⁰ Cf. Manuela D. Domingos, “Acerca do Comércio Livreiro em Lisboa (1730-1750)”, *Congresso Internacional. Portugal no Século XVIII, de D. João V à Revolução Francesa. Actas das Sessões*. Lisboa, Sociedade Portuguesa do Século XVIII, Lisboa, Universitária Editora, 1991, pp. 493-494.

Situava-se na Cordoaria Velha. O segundo, este com ligações familiares aos Irmãos Bertrand, em 1727, tinha loja de estampas no mesmo local, na Cordoaria Velha. Até à sua morte, em 11 de Março de 1753, foi senhor de uma livraria importante, que se iria prolongar, em linha directa, até 1875, pela família Bertrand²⁹¹.

A leitura da informação veiculada pelos impressos leva-nos a empreender uma análise subjectiva sobre o período em estudo, no quadro de interesses culturais em emergência. O progresso verificado no comércio dos livros não foi um domínio isolado. Fora deste núcleo, os suportes informativos alternativos começaram a afirmar-se a partir de 1729, num momento em que as redes de informação empreendiam uma maior dinâmica. Este movimento não sobreviveria sem um mercado de consumidores que assegurassem a sua manutenção e expansão. Desta leitura pressupõe-se a existência de corpos sociais que procuravam relacionarem-se com novos campos de divulgação para assim se inteirarem sobre o que se passava aqui e ali, criando-se uma cadeia de interacção entre quem produzia e quem consumia. A este movimento não é alheio a publicidade feita pelo impressor da *Gazeta* aos lugares onde a mesma se encontrava à venda, na Corte e fora dela. O mesmo sucedeu como o *Mercúrio Histórico* (1743-1744), com anúncios frequentes naquele jornal. A par destes assinala-se a venda do *Anónimo*, que se tornaria no segundo jornal do período pombalino (Lisboa, Janeiro de 1752-1754), semanal, de que saíram 42 números²⁹². De inspiração filosófico-moral introduziu na imprensa portuguesa um género que se estava a ilustrar²⁹³.

4. Bens

4.1 Avaliação quantitativa

No conjunto dos bens anunciados identificou-se a seguinte diversidade de oferta: canários, diamante, escravos, livraria, ofícios, pássaros, produtos alimentares, produtos domésticos, produtos de vestuário, pinturas, propriedades, fármacos, raízes/sementes e transportes.

O grupo bens, ao longo de todo o período registou 412 anúncios. Segundo a representação gráfica, revelou regularidade anunciativa, diferenciando-se dois ciclos de maior actividade. O primeiro situou-se entre 1716 e 1725, e o segundo, entre 1743 e 1760. No período

²⁹¹ Cf. Manuela D. Domingos, “Acerca do Comércio Livreiro em Lisboa (1730-1750)”, *Congresso Internacional Portugal no Século XVIII, de D. João V à Revolução Francesa*, [...], pp. 495-498.

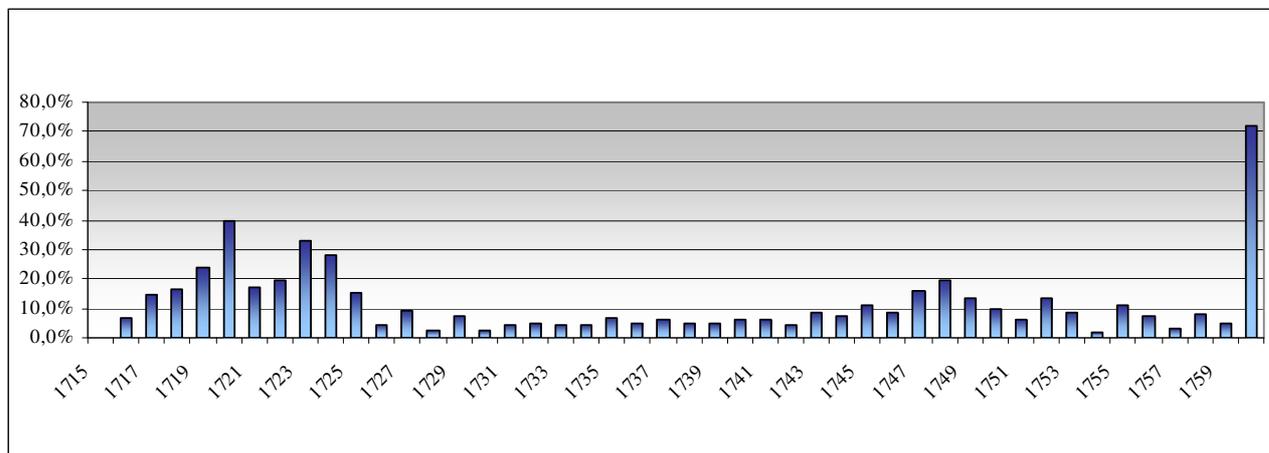
²⁹² Cf. José Tengarrinha, *História da Imprensa Periódica Portuguesa* [...], p. 45.

²⁹³ Cf. *O Anónimo, Journal Portugais du XVIII Siècle*, leitura, introdução e notas de Marie-Helene Piwnik, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1979, p. 9.

circunscrito aos anos de 1726 e 1743, a média anunciativa anual situou-se próximo dos 5%, revelando uniformidade.

Gráfico n.º 10

Frequência anual de anúncios de bens publicados na *Gazeta de Lisboa* (1715-1760)



Os anúncios com especial frequência situaram, em primeiro lugar, os remédios, seguidos de propriedades, raízes/sementes e livrarias. Ao longo de todo o período os bens em venda referiram-se, praticamente, ao mesmo género constatando-se, neste aspecto, práticas de consumo com pouca novidade.

Se nos centramos na análise dos ciclos de maior representatividade, para melhor compreensão do que se consumia, caracterizara-se algumas das ofertas. No ano de 1716, os medicamentos constituíram o único produto²⁹⁴. Em 1717, à venda destes seguiu-se a de ofícios²⁹⁵. No ano seguinte, em 1718, dá-se atenção à venda de propriedades²⁹⁶. Em 1719, um dos bens anunciados versou a venda de livrarias²⁹⁷. Já no ano de 1720, com uma das médias anunciativas

²⁹⁴ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 32, de 8 de Agosto de 1716: "Em casa de Francisco Luis de Vasconsellos no Campo do Curral assiste hum Francez Ecclesiastico, que há pouco tempo chegou a esta Corte, o qual faz presente a todos os moradores deste Reyno, ter hum remedio particular prodigioso para curar dentro de 12 ou 15 dias todo o genero de mal gallico, por mais envelhecido, e incurável que pareça [...]. Tambem tem outro remedio efficacissemo para todo o genero de dores de dentes, olhos, estomago e febres. E outros admiraveis para purificar o sangue, fortificarem os nervos. E adoçar os humores que cabem nas partes nervosas, de tal sorte que não tornarão a padecer nellas mais nem dor nem queyxa".

²⁹⁵ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 49, de 9 de Dezembro de 1717: "Quem quizer comprar o Officio de escrivão do bayrro de S. Paulo desta Cidade Occidental, falle com Antonio Feliz de Sequeyra, official da Secretaria da Junta dos Tres Estados, morador na rua da Portugueza à Bica de Duarte Bello, Freguezia de S. Catherina de Monte Sinay".

²⁹⁶ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 31, de 4 de Agosto de 1718: "Quem quizer comprar hã Quinta sita em Val de Mourellos, Termo da Villa de Almada, a que chamaõ Espadeyros, que consta de casas nobres, com seu pátio, grande Adega, Lagar mais casas separadas para Abegaria, palheyro, pombal, casas para trabalhadores [...]. Fallem com António Maciel Ferreyra, mora no largo da Conceção Freyres".

²⁹⁷ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 24, de 15 de Junho de 1719: "A S.Vicente de Fora nas casas do Doutor Manoel Soares Brandaõ se está vendendo por partes livraria de Medicina, & Politica, prompta para quem quizer comprar".

mais elevadas, próximo dos 40%, entre os produtos divulgados ressaltou a venda de um navio²⁹⁸. Em 1721, evidenciou-se o anúncio de raízes de flores e de sementes²⁹⁹. O ano de 1722, não revelou novidade anunciativa. Permaneceram os ofícios, propriedades e fármacos. Em 1723, deu-se visibilidade ao anúncio de produtos domésticos³⁰⁰. No ano de 1724, divulgou-se pela primeira vez a venda de escravos³⁰¹. Em 1725, a oferta de canários foi um dos bens anunciados³⁰². A partir 1743, poder-se-á considerar um segundo ciclo de divulgação, um ciclo mais longo mas com uma média anual abaixo da do primeiro. Nos anos que se seguiram, só em 1749, se encontrou novidade anunciativa, a venda de um diamante na cidade de Londres³⁰³. No ano de 1752, os produtos alimentares foram uma outra oferta do ano³⁰⁴. A partir de 1753, apesar da regularidade anunciativa, não se registou qualquer novidade de oferta, exceptuando-se o ano de 1760, com o anúncio de venda de material de guerra, identificado como Beins de Rayz³⁰⁵. Neste ano, num período temporal restrito, até 17 de Janeiro, acentuou-se a venda de propriedades.

5. Serviços

5.1 Avaliação quantitativa

No conjunto dos bens anunciados identificou-se a seguinte oferta: Advogado, serviço bancário, (compra de acções, breves, bulas, juros), cirurgião, correios, dentista, feira franca, limpeza de vestuário, livreiros, lotaria, médicos, mestre de engenhos, pintor, prémio académico, professores

²⁹⁸ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 48, de 28 de Setembro, de 1720: "Quem quizer comprar o navio N. Senhora do Roque Amador, ou Alamoda, que he do Senhor Joseph Pereyra Araujo, vá a casa do Escrivão da Corte de João V, junto à roda dos Engeitados".

²⁹⁹ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 40, de 1 de Outubro de 1721: "Manoel Joseph Vermuelen, Hollandez de nação, morador na rua formosa junto Igreja de N.S. das Mercês, tem para vender raízes de toda a sorte de flores de Inverno, a saber, muytas castas Rainunculos, Anemones, Jacinthos dobrados maçaroca, Junquinhos, varias castas de Tulipas, semente de repolho, tudo vindo agora de novo da Hollanda".

³⁰⁰ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 44, de 4 de Novembro 1723: "Carlos, e Roberto Loens, moradores no beco da paciencia à Cruz da Cata que farás, tem varias curiosidades de moveis de casa de varias sortes, e louças da India, que se hamde arrematar a quem mais der, desde 9 do corrente em diante todos os dias pelas duas horas da tarde".

³⁰¹ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 11, de 16 de Março de 1724. "Quem quizer comprar hum escravo preto, com idade de 16 annos sem achaques, sabe cozinhar, capaz para todo o serviço, vá a casa de Ricardo King, morador na calçada Correyo mór".

³⁰² Cf. *A Gazeta de Lisboa*, n.º 46, de 2 de Novembro, de 1725: "A semana passada chegaraõ a esta Cidade huns estrangeiros com varios Canarios Imperio, huns todos brancos, outros diversas cores, cantaõ de noite à luz; quem quizer comprar, va ao remolares ao beco do carvalho defronte de Pedro Miguel aonde moraõ".

³⁰³ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 12, de 25 de Março de 1749: "Escreve-se de Londres que no 1º de Mayo próximo Isaac Paiba, Corretor jurado venderá naquella Cidade no Café Chadwel, detrás da Bolsa Real, hum diamante que peza quasi duzentos vinte e quatro graõs, o qual largará á pessoa, que mais lhe oferecer por elle".

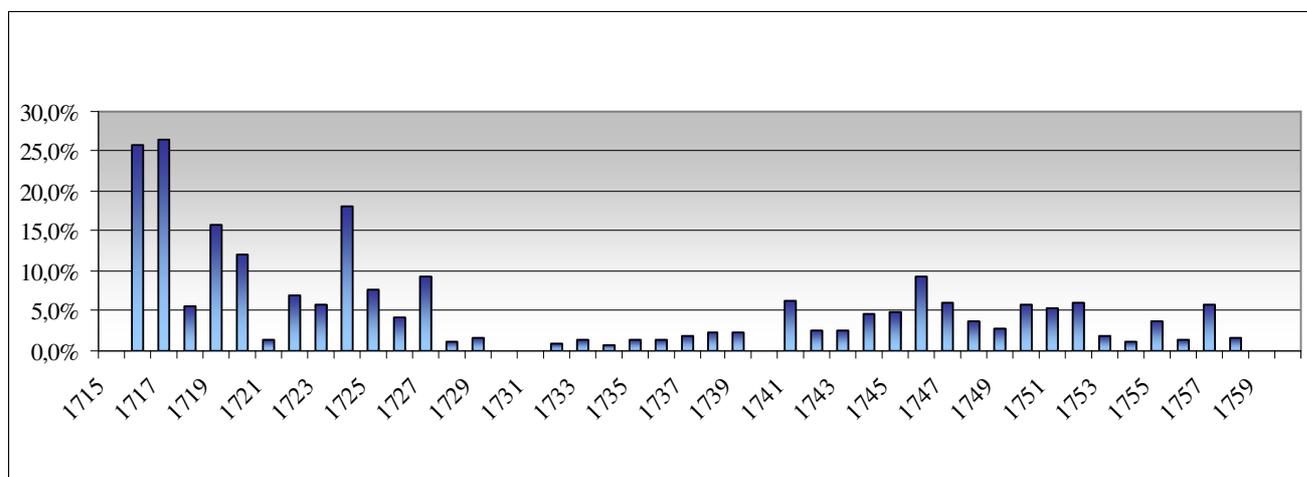
³⁰⁴ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 43, de 30 de Novembro de 1752: "O Assucàr, que se refina na fábrica de Lisboa, se vende na loge de Joam Gonçalves Rebelo rua da Tanoaria por preço 100.reis, 120, 140, 160 cada arratel, conforme taixa Conservatoria fabrica".

³⁰⁵ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 3 de 17 de Janeiro de 1760: "O Consul de Suécia tem no cays da Rocha 14 peças artilharia de 12 libras de balla, e 5 peças morteiro";

de línguas (castelhano, francês, grego, latim, inglês e italiano), professores de cosmografia, filosofia, geografia, gramática, matemática e o serviço de relojoeiro. O grupo dos serviços registou um total de 174 anúncios. Com uma relativa regularidade anunciativa indicia dois momentos de oferta bem diferenciados. Um entre 1716 e 1727, este contextualiza o de maior representatividade, e um outro, a partir de 1741, mas com menor expressão publicitária, podendo assegurar-se, neste período, uma regularidade média anual de cerca de 3%.

Gráfico nº 11

Frequência anual de anúncios de serviços publicados na *Gazeta de Lisboa* (1715-1760)



Dos serviços identificados, revelaram especial frequência e representatividade, o anúncio de professores e de médicos, integrando neste grupo a especialidade cirurgião e dentista. Analisado o ciclo de maior expressão, caracterizam-se algumas das ofertas. No ano de 1716, registou-se a divulgação de professores³⁰⁶ e de médicos. No ano seguinte, em 1717, foram novamente os professores e os médicos objecto de publicidade³⁰⁷. No ano de 1718, anunciou-se o serviço de um curandeiro³⁰⁸. Em 1719, a oferta do serviço de dentista³⁰⁹ e no ano de 1720, identificou-

³⁰⁶Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 39, de 26 de Setembro de 1716: "Mons. De Villeneuf, morador na Rua dos Condes, mestre da lingua Franceza, que tem Aula publica em sua casa, que principiou em Junho, e acaba no fim de presente mez; abre logo no princípio de Outubro duas Aulas huma de manhã, outra de tarde, a pymeira das 7 até 9 horas; a segunda das 6 até 8 horas da noyte; E a respeyto dos que não podem assistir na Aula se obriga a darlhe lição em suas casas, a tres pessoas seis mil reis por mez. E a criaças de 6 ou 7 annos".

³⁰⁷Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 20, de 20 Março de 1717: "D. Balthazar Gisbet, Chymico Valenciano, que mora ao arco dos sete Cotovelos em casa D. Manoel Gonçalves de Mendonça, adverte que as pessoas, que se acharem enfermas de [...], de qualquer das quatro especies, lhe quizerem applicar remedio lhes darà hum efficacissimo com methodo suave, em que no espaço de 18 dias, 9 para tomar os medicamentos, e 9 para elles fazerem a sua operação, se acharão effectivamente livres".

³⁰⁸Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 48, de 1 Dezembro, de 1718: "Na rua da Rosa das partilhas, nas casas que fazem a esquina da rua dos Fieis de Deos, vive hum Estrangeyro, que cura quebraduras de todas as sortes, alporcas, mal gallico, & outras enfermidades desta qualidade; [...]"

³⁰⁹ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 22, 1 de Junho de 1719: "Nesta Cidade Lisboa Occidental se acha hum Framcez que há pouco tempo veyo de França; e assiste em casa de Planes, Bordador Catelaõ, morador ao Chiado, sabe muyto bem

se o anúncio de um professor oferecendo vários serviços³¹⁰. Também o de pintor, anunciado no ano de 1722, qualifica o tipo de serviços oferecidos³¹¹. No ano de 1723, descreve-se a disponibilização de oferta de lotaria³¹², e em 1724, revelou-se a oferta de um relojoeiro³¹³. No ano de 1727, constituiu novidade o serviço de limpeza de vestuário³¹⁴ e o de mestre de engenhos³¹⁵. A partir de 1727, o anúncio de serviços caiu em declínio. No ano de 1741, verificou-se uma ligeira tendência de crescimento. Em 1741, 1742 e 1743, versou uma única tipologia, o serviço de livreiro, de que se cita um exemplo³¹⁶. No ano de 1744, anunciou-se pela primeira vez o serviço de advogado³¹⁷. Em 1745, registou-se um prémio académico³¹⁸ e um serviço de aquisição de breves³¹⁹. No ano seguinte, em 1746, prevaleceu a oferta de lotaria estrangeira³²⁰, e em 1751, constituiu novidade a divulgação

alimpar os dentes, tirandolhe a pedra, os faz ficar alvos; os furados lhes chumba o buraco, ou cova, nunca mais tornaõ a doer. [...]. Tambem sabe por dentes artificiais [...] parecem verdadeyramente naturaes. Quem quizer alguma destas cousas, o pode procurar na dita casa, e na do caffè na rua nova todos dias pela manhã".

³¹⁰ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 6 de 8 de Janeiro de 1720: "O Reverendo D. Francisco Floravanti, intenta ensinar lingua Italiana, Cosmografia, Filosofia experimental, ou moderna, que se pratica maior parte Europa [...] quem quizer aprender qualquer destas facultades precisas, para se fallar com propriedade, irã à rua Oliveyra, em casa de Thadeu Luis Antonio".

³¹¹ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 49, de 3 Dezembro, de 1722: "Nesta Corte se acha ao presente hum Pintor, Carlos Ricciardi, que tem varios segredos uteis ao publico, hum o de alimpar ouro velho das molduras, retabolos, e ainda sobre cal, e o ouro macisso, e a prata dourada deixando tudo como novo. Também alimpa pinturas em payneis, marmores [...]; vive na rua das Flores travessa casas novas, defronte casas S. Conde Dalveyas".

³¹² Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 7, de 18 de Fevereiro de 1723: "O Provedor e irmãos da Mesa dos Engeitados do Hospital Real todos Santos faz publico, que a Lotaria de Sortes, concedida a favor dos meninos expostos na roda delle se achaõ a 28 deste presente mez de Fevereiro, e se lhe dá principio a tirarem se o primeiro de Abril Infallivelmente".

³¹³ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 36, de 7 de Setembro de 1724: "Na logea que foi do Relogoeiro Joaõ Brand, defronte porta Paço Real, assiste outro Relogoeiro, que veyo de Inglaterra, faz e concerta relógios, repetiçaõ de toda sorte grandes e pequenos".

³¹⁴ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 15, de 10 Abril de 1727: "No beco da Estoppa por cima do almazem de Henrique Grena assiste em casa de hum alfayate Escoces, hum Estrangeiro de nome Archibald Scott, que tira toda casta nodos em vestidos pannos".

³¹⁵ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 42, de 16 de Outubro de 1727: "A Romaõ de la Torre, natural Madrid, se acha nesta Corte, Mestre Engenhos moer paõ, com huma só mula moe cada dia hum moyo, outros de serrar madeyra com movimento natural, sem agua, nem vento, foy S.Mag.concederlhe Alvara de Privilegio tempo dez annos [...], assiste nas varandas do Terreyro Paço junto do chafariz casa Thomàs Gomes".

³¹⁶ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º de 30 de Março de 1741: "Manuel Buytrage chegou de Madrid com varios livros Castelhanos, entre eles Historia da ultima da guerra de Italia em tres tomos quarto; Estado geral Imperio Russiano [...]. Assiste na rua nova em huma sobreloga de mercador defronte da Caza do Caffè Spencer".

³¹⁷ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 39, de 29 e Setembro de 1744: "Os doutores Miguel Lopes Leam, e seu filho Antonio Baltazar Lopes Leam, Advogados que foram nesta Corte, assistem na de Roma, fazem notorio todas pessoas que pertenderem quaesquer graças da Santa Sé Apostolica, quaesquer qualidade que forem, os poderã servir com boa expediçam [...]: poderã tratar na caza Beneficiado Antonio Baptista Viçoso, rua ao Arco Jesus [...]".

³¹⁸ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 38, de 21 de Setembro de 1745: "No fim do mez de Outubro do presente anno se ham principiar repartir na Universidade de Coimbra prémios que o Presidente do Concelho. Ultramarino aplica a estudantes que fizérem melhor exame de todas as facultades [...] os exames se ham fazer no fim de todos os mezes até Abril, por ordem do Reverendo P. Reitor de Colegio da Companhia Jesus, e Reverendo P. Perfeito no pateo dos estudantes, na forma dos annos antecedentes".

³¹⁹ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 34, de 24 de Agosto de 1745: "Na Cidade de Lamego assiste o Padre Antonio Mendes Almeida, oferece a todas pessoas da provincia da Beira mandar vir de Roma Breves para toda a qualidade de negocios, por preços muy acomodados".

³²⁰ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 8, de 22 de Fevereiro de 1746: "De Hollanda se recebeu noticia de haver formado huma terceira, e nóva lotaria de Sórtes da Cidade Oldorfe, autorizada por Conde Walburgo [...] A coleçam começa nas principaes cidades de Comercio ham de se fechar a 6 Junho de 1746, as Sórtes se ham tirar a 4 de Julho do dito anno.

de uma feira franca³²¹. Em 1753, assinalou-se uma outra novidade, a oferta de um serviço de correio³²². Os anos imediatos apresentaram valores de pouco significado, aproximadamente de 1%, sem novidade anunciativa. No ano de 1757, a média de 6% foi sustentado pelo anúncio de livreiros.

6. Bens e Serviços

6.1. Avaliação qualitativa

A partir dos grupos Bens e Serviços, as questões a colocar situar-se-ão num outro plano. Se nos concentramos no primeiro, poder-se-á perguntar. Que grupos sociais eram sensíveis aos bens em venda? Que tipo de economia indiciavam, agrária, mercantil, comercial? No segundo, colocar-se-ão outras questões, estas relacionadas com as disponibilidades laborais. O porquê desta oferta? Estariam adequadas às necessidades da sociedade de Corte? Indiciavam novidade e a emergência no seio da mesma, de tendências consumistas sustentadas em hábitos de exteriorização social?

No quadro dos bens anunciados verificou-se ao longo de todo o período uma certa homogeneidade. O tipo de bens com publicidade na *Gazeta de Lisboa* foram ao longo de todo o período praticamente do mesmo tipo, traduzindo-se numa oferta dirigida, em particular, aos grupos sociais com capacidades financeiras mas também, com uma estrutura cultural receptiva a determinadas ofertas, onde se situa a venda de fármacos, um género estritamente relacionado com cuidados de saúde. Não se relacionavam com o público dos grupos sociais dependentes. Esses não tinham acesso nem à informação, nem possibilidades económicas de os adquirir. A publicidade de medicamentos pressupunha a existência de uma comunidade receptiva ao consumo deste tipo de bens. As disponibilidades anunciadas contribuíam para a divulgação de novos fármacos e, por essa via, fomentar o negócio. A par destes, a divulgação da venda de livrarias indiciava ofertas culturais com receptividade nas elites que frequentavam as academias, ou os salões familiares e as tertúlias literárias, onde se estimulava a discussão e a crítica, contribuindo para a estruturação do pensamento individual. Podia constituir uma forma de exteriorização de estatuto social. A sua aquisição não só representava disponibilidades financeiras como a incorporação numa elite letrada

As listas, mapas destas Sórtes se acharám, e bilhetes dellas na lója de Pedro Honorio Martim na Rúa nova dos Mercadores".

³²¹Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 20, de 18 de Maio de 1751: "Fez S. Mag. mercê ao Prior, mais Religiosos Convento de S. Domingos de Bemfica lhe conceder todos os Domingos, e dias Santos do mez de Mayo de cada ano, feira franca naquele sitio; que se faz presente a todas as pessoas, que a ela quizerem ir vender, ou comprar quaesquer generos".

³²²Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 43, de 25 de Outubro de 1753: "Toda a pessoa que quizer escrever para a Villa de Terena, póde fazer pelo Correyo de Alemejo; porque há ao presente bolsa separada para ella, devida à eficaz diligencia do Bacharel Manuel António Jaques Sousa Paiva, e Silva que se acha ao prezenre na criação de Juiz de fóra da dita Villa".

com hábitos culturais. Podia também representar uma moda social, à semelhança do vestuário, dos meios de deslocação, ou mesmo das práticas religiosas com todo o cerimonial. São pressupostos subjectivos de compreensão social e cultural que apontam para uma maior dinâmica económica que, por via da publicidade, fomentava novos consumos e com eles nas formas vivenciais.

A acentuada oferta de fármacos representará os progressos verificados nas ciências médico-farmacêuticas que a partir do Renascimento se começaram a verificar, particularmente, com o empreendimento dos Descobrimentos pela importação de matérias-primas até então desconhecidas na Europa. Na perspectiva de Maria de Lourdes Rebelo e João Rui Pita, contribuíram para o fabrico de novos produtos e para o enriquecimento acelerado de certas camadas sociais, traduzindo-se por um grande incremento do luxo e da riqueza³²³. A esses progressos juntar-se-á o desenvolvimento científico que no domínio da química se vinha acentuando na Europa ao longo do período moderno. Segundo o autor, o gosto pelo embelezamento e a prática de banhos levou ao desenvolvimento de produtos de beleza, na sua maioria de fabrico caseiro. A química possibilitou, por outro lado, aumentar o tipo de substâncias que estavam à disposição dos produtos de higiene e cosmética³²⁴. A obtenção de substâncias orgânicas a partir de produtos minerais provocara, mais tarde, uma apreciável alteração no quadro do saber tradicional. Curiosamente, nas tipologias identificadas não se registou esse tipo de oferta.

João Rui Pita situa no início do século XVIII o nascimento da tão conhecida água-de-colónia, presumindo ter sido inventada pelo italiano Giovanni Maria Farina, negociante de perfumes, numa das suas múltiplas viagens a Colónia³²⁵. No domínio das práticas de novos produtos gerados ao longo do século XVIII, segundo o autor, vai ganhando consistência a ideia de que a publicidade era fundamental para a difusão dos cosméticos e, por conseguinte, “para a sua democratização”. Daí o se ter assistido por todo o final do século XVIII a um progressivo aumento da qualidade dos produtos, porque o consumidor assim o exigia. A França deteria, neste domínio, a liderança publicitária europeia, cuja influência se iria propagar a outros Estados.

Ao nível dos serviços, os anúncios representavam as disponibilidades laborais e outras ofertas, adequadas à sociedade de Corte e aos grupos sociais integrados na mesma cadeia de dependências mútuas, sem subestimar a comunidade burguesa, nomeadamente, a estrangeira a residir em Portugal a qual, implicitamente, contribuía para a introdução novos hábitos de consumo. O anúncio de professores estrangeiros constituiu a principal oferta, mais intensa no período de

³²³ Cf. Maria de Lourdes Godinho Rebelo e João Rui Pita, “Cosméticos: sua evolução”, *Medicamento, História e Sociedade*, ano III, n.º 8, separata da *Revista Farmácia Portuguesa*, coord. de José Pedro Sousa Dias, n.º 51, Coimbra, 1988, p. 25.

³²⁴ “A química tornava-se uma rival da natureza”. Cf. Ana Leonor Pereira e João Rui Pita, “Publicidade a Cosméticos (séculos XIX-XX)”, *Munda*, n.º 35, Coimbra, 1998, pp. 29-40.

³²⁵ Cf. João Rui Pita, *Breve História dos Cosméticos*, *Munda* n.º 35, Coimbra, 1988, pp. 17-28.

maior frequência anunciativa, isto é, até 1727. Leva-nos a perceber o interesse social pela incorporação de novos conteúdos, em particular pela aprendizagem de línguas estrangeiras. Mas o anúncio de professores de matérias relacionadas com as ciências e artes foi uma outra constatação. Constituíam, todavia, ofertas de ensino privado assimiláveis por grupos sociais restritos, com provisão financeira para pagar aos professores, funcionando fora do controlo institucional, nesse período alocado às ordens religiosas. Poder-se-á antever a oferta de um ensino sustentado em práticas pedagógicas mais adequadas à sua compreensão. No contexto da sociedade do Antigo Regime, a instrução pública não fazia parte das preocupações do Estado. O estudo de A. Henrique Carneiro descreve a realidade do ensino público em Portugal nomeadamente, a instrução após a Restauração. Para a criação de escolas sustentadas pelos cofres públicos, tanto em centros urbanos como em povoações rurais, era necessária autorização régia, com parecer dos corregedores, do procurador da Coroa ou dos oficiais da câmara. E eram estes últimos os responsáveis pelo pagamento do «partido» do mestre. Mesmo assim, antes da reforma pombalina do ensino, havia escolas públicas em algumas das povoações mais importantes, a cargo de mestres nomeados por influência popular, pagos pelas sobras das sisas e de outros impostos de proveniência local³²⁶. Todavia, o seu ensino estava sujeito à inspeção da hierarquia da Igreja, segundo o articulado das diversas Constituições Sinodais. As ordens religiosas, as dioceses e algumas paróquias responsabilizavam-se igualmente pelo ensino elementar, servindo-se dos seus próprios membros ou utilizando doações especiais.

A oferta de outros serviços especializados (médico, dentista, cirurgião, curandeiro), situar-se-ão na mesma estratégia de negócio, dar a conhecer à comunidade leitora da *Gazeta de Lisboa* os cuidados de saúde disponíveis, tornando público um género de oferta que se começava a enraizar na sociedade portuguesa. Isabel Drumond Braga salienta a acção da medicina em Portugal para o século XVIII. Com o avanço das ciências médicas que proliferavam na Europa, o serviço médico começou a ser acolhido com mais confiança³²⁷. Todavia, o recurso a este serviço não deixava de ser um exclusivo de alguns, sendo considerado um luxo acessível apenas a um grupo restrito da população. Como adianta a autora, a grande maioria praticava a automedicação, servindo-se de aconselhamentos externos praticados pela matrona, pelo charlatão ou pela feiticeira. Persistindo a crença na medicina popular, não eram raros os casos em que o doente recorria a esta e

³²⁶ “Esses mestres, que ganhavam muito pouco, ensinavam gratuitamente os alunos sem posses, mas podiam receber diminutas participações de quem dispunha de meios para pagar”. Cf. A. Henriques Carneiro, *Evolução e Controlo do Ensino em Portugal. Da Fundação da Nacionalidade ao 1º Ministério da Instrução Pública*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, pp. 137-139.

³²⁷ “A nobilitação de alguns profissionais e o papel de relevo dos médicos na Corte completaram o quadro” Cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Assistência, Saúde Pública e Prática Médica em Portugal (séculos XV-XIX)*, Lisboa, Universitária Editora, 2001, pp. 95-97.

à medicina erudita. O progresso da formação médica em Portugal estava condicionado à Universidade de Coimbra, revelando no seu estudo, um significativo aumento do número de inscritos entre 1700 1750³²⁸. Mesmo outras novidades que ao longo da análise publicitário foram sendo detectadas, onde se situa, por exemplo, o prémio académico, a feira franca, ou mesmo o serviço de correios, levam-nos a perceber uma certa dinâmica institucional. Essas acções promoviam novos serviços, novas actividades, que se iriam reflectir na evolução económica, social e cultural.

7. Origem do anunciante

7.1. Avaliação quantitativa

Os anúncios com proveniência estrangeira subentendem diferentes ofertas e uma certa diversidade: barco (corsário inglês), dentistas, diamante, canários, cirurgião, curandeiro, fármacos, livreiros, lotaria, material guerra³²⁹, médicos³³⁰, mestre de engenhos, obra científica³³¹, obra literária, pintor, prémio académico³³², professores, produtos domésticos, produtos de vestuário, raízes/ sementes, relojoeiro e tratado de diplomacia³³³.

³²⁸“(1610 na primeira data e 2546 na segunda, crescimento que sofrera variações ao longo do século). Todavia, houve uma tendência ascendente de efectivos estudantis até à reforma pombalina. Cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Assistência, Saúde, e Prática Médica em Portugal (séculos, XV.XIX)*, [...], p. 96.

³²⁹Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 3, de 17 de Janeiro de 1760: “O Consul de Suécia tem no cays da Rocha 14 peças de artilharia de 12 libras de balla, e 5 peças de morteiro”;

³³⁰Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 30, de 24 de Julho de 1755: “Em Sevilha se acha de partida a esta Corte o Doutor Hillmer, Lente de Medicina, Conselheiro, Medico do Serenissimo Rey da Prussia, traz remedios muy particulares com que tem feito notaveis curas”.

³³¹Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 22, de 1 de Junho de 1758: “Actualmente se fica imprimindo em Londres, se participará publico cõ mayor brevidade hum volume in 4 grãde; Autor Doutor Jacob Castro Sarmento, do Real Collegio de Medicos de Londres; titulo *Materia Medica Phisico-historico Mechanica*, a que se ajuntão principaes remedios do prezente [...]; em especial aguas de Inglaterra. O autor ã imprimirã mais que 250 exemplares”. Jacob de Castro Sarmento, habilitado com o grau de doutor em Medicina pela Universidade de Aberdeen, Membro do Real Colégio dos Médicos (1725), sócio da Royal Society (1730), foi percursor na divulgação das obras de Bacon e de Newton. Cf. Ana Cristina Araújo, *A Cultura das Luzes em Portugal*, [...], p. 42.

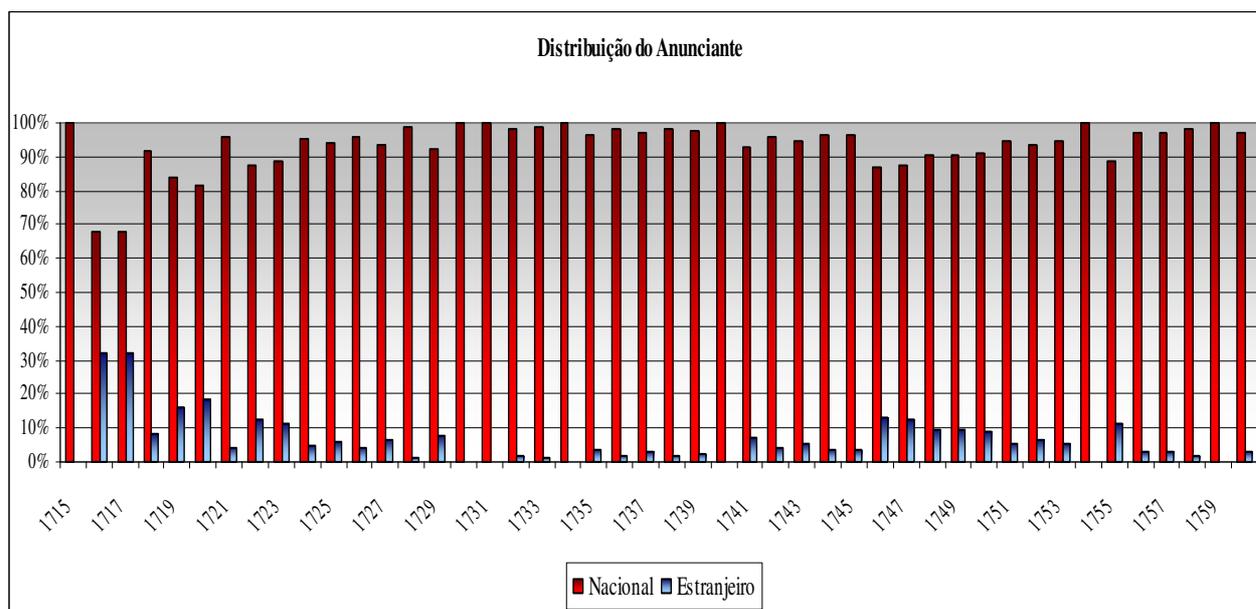
³³²Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 21 de 25 de Maio de 1751: “ A Real Sociedade de Medicina de N.S. da Esperança de Madrid, de que he Protector Ser. Cardial Iofãte, cõferiu no anno passado o premio, que havia prometido aos D.D.Domingos Talia, Medico do Duque de Lossada em Napoles e D.D.Joaõ Ignacio Moguel, Medico de Vila Mõterey em Hespanha; desejando enriquecer a Medicina Hespanhola, promete 20 onças de prata a duas pessoas conforme Leys mecanismo dissolverẽ seguinte questaõ: Porque rasoã as mulheres pejadas aborecẽ algũas vezes iguarias de que gostavaõ antes da sua prenhez, e apeteceõ muito outras, que ãtes lhe aborreciã; sem que seu apetite despreze carvaõ, Sal, gesso, outras cousas semelhantes. Os que quizerem escrever dissertaçõens as enviem antes de 1 Novẽbro deste ano ao D.D.Pedro Bedoya”.

³³³Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 34, de 23 Agosto de 1753: “Sahiu impressa em doze tomos infolio, coleçam de todos os Tratados de paz, aliança, neutralidade, garantia [...] feitos pelos Povos, Reys, e Principes de Espanha com os Reys, Principes e republicas, mais Potencias da Europa, outras partes do Mundo; desde antes da Monarquia Gotica [...] fielmente tirados dos seus originaes do Real archivo da Torre de Simancas, e de outros archivos [...]. Vende-se em caza de hum Hespanhol morador na esquina na rua do Outeiro portas Stª Catharina”.

Totalizaram-se 222 anúncios com fonte estrangeira, contra 4098 nacionais, representando cerca de 6% do total dos anúncios identificados na *Gazeta de Lisboa*. Segundo a representação gráfica, poder-se-á definir dois períodos de maior oferta. Um entre 1716 e 1729, e um outro, entre 1741 e 1760.

Gráfico nº 12

Frequência anual da origem dos anunciantes responsáveis pelos anúncios da *Gazeta de Lisboa* (1715-1760)



As médias identificadas transportam-nos para uma significativa presença estrangeira em 1716 e 1717 tendo passando a média de 30%. Neste período a oferta de professores teve um significativo impacto anunciativo. Também em 1719 e 1720, com médias de 16% e 18%, respectivamente, se poderá assegurar uma presença publicitária internacional de relevo. A oferta de professores, de medicamentos e de médicos, foi a principal novidade. A partir de 1729, poder-se-á considerar um hiato publicitário, curiosamente, o mesmo já detectado na oferta de bens e de serviços. Representará uma eventual crise social, até económica que terá levado a uma significativa redução publicitária. Em face de uma crise as campanhas publicitárias são, normalmente, condicionadas às capacidades de resposta do mercado. No ano de 1741, volta a reagir assegurando uma regularidade com alguma homogeneidade, situando-se na linha dos 5%. As ofertas de lotaria holandesa, de canários e de raízes/sementes, contribuiriam de forma sustentada para o crescimento da influência estrangeira em Portugal, neste período. Mas também a oferta de obras científicas

protagonizadas por cientistas portugueses deslocados nos países europeus influenciou a actividade anunciativa.

7.2. Avaliação qualitativa

O trabalho de identificação da origem do anunciante centrou-se, apenas, em procurar saber se o agente da publicidade, ou o que estava em venda, provinha do reino ou do estrangeiro. Constituindo um dos dados a observar pelo estudo, procura a compreensão da influência sociológica estrangeira na vida do reino. Observando-se as ofertas anunciadas, verifica-se constituírem uma certa diversidade, com características específicas. Mais direccionada para a educação, para os cuidados de saúde e para a cultura, acolhe também o consumo de produtos domésticos. Revela haver no reino receptividade a este tipo de oferta e, conseqüentemente, condições económicas de incorporação. As ofertas sucederam-se ao longo do tempo estudado. As que se traduziram por ofertas de valor científico ou erudito elevado, implicitamente teriam efeitos nos grupos sociológicos que os consumiam, quer comportamentais quer intelectuais. Mesmo as ofertas de canários e de raízes/sementes, que se sucediam com significativa frequência, pela persistência da publicidade revelaram ser objecto de uma considerada receptividade. Os primeiros, pela sua natureza, dariam a quem os possuísse um certo prestígio social. Os segundos indiciam tratar-se de produtos de qualidade superior em relação aos que havia no reino, ou mesmo novidade. Não seriam, para a época, acessíveis a qualquer um. Os custos de deslocação sobrevalorizariam os custos reais tornando-os numa mercadoria acessível apenas aos grupos sócias com poder de compra.

Por outro lado, pronuncia a relativa movimentação dos agentes económicos europeus. Era um período de frequente circulação. Uma vez por motivos de guerra, outras por acção da diplomacia, no seio das quais se incorporavam interesses e trocas comerciais. A burguesia estrangeira, em particular a inglesa, mas também a francesa e a holandesa, dispunham de certas facilidade no comércio do reino. Conhecedores das realidades portuguesas, possivelmente, constituiriam uma rede de informação sobre a estrutura económica, social e cultural, e por essa via se ajustaria a oferta. Surpreendem alguns anúncios, de que é exemplo a venda de um diamante, em Londres, no café Chadwel, sem preço preciso, sujeito à melhor oferta. Estávamos a 5 de Março de 1749, num período de crise económica do reino. A quem se dirigiria o anúncio? À nobreza portuguesa ou à burguesia inglesa em Portugal? Possivelmente a uns e a outros.

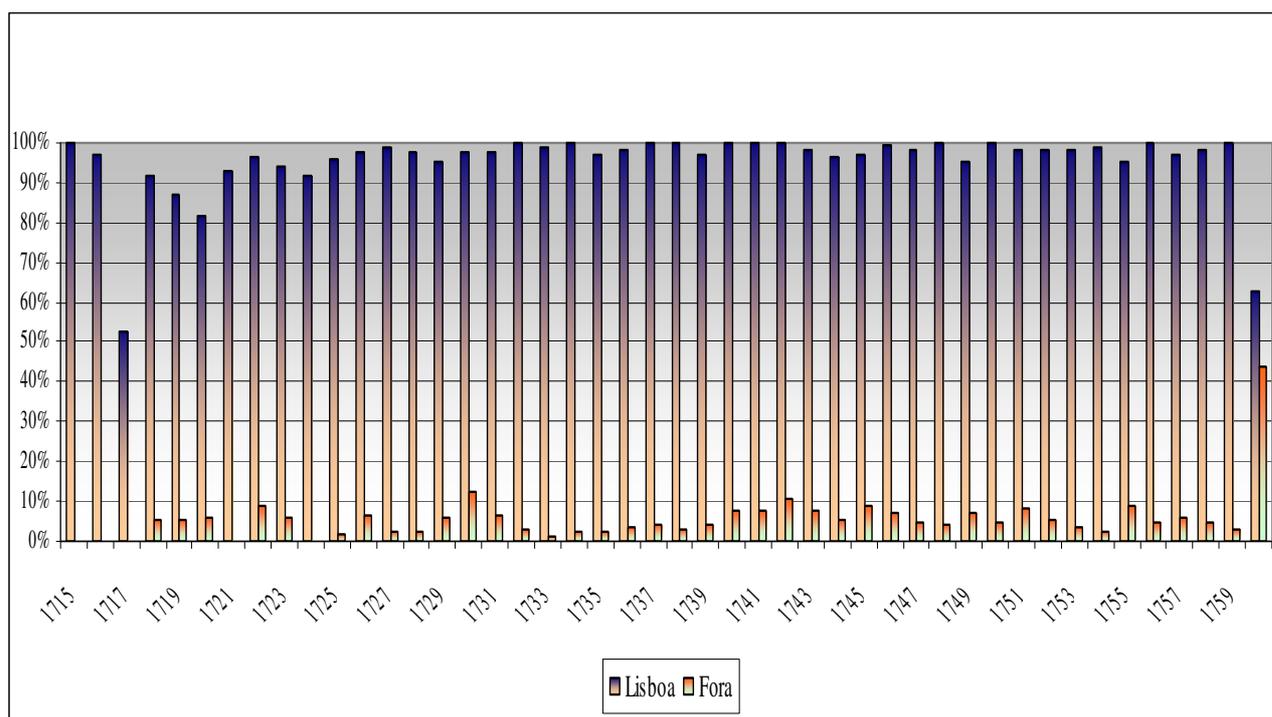
8. Local de Venda

8.1 Avaliação quantitativa

No período em análise, 4082 ofertas situaram-se na cidade de Lisboa enquanto que 238 se estenderam, ou situaram, noutras localidades, representando cerca de 6% do total identificado. Segundo a representação gráfica, foi no ano de 1718 que se registaram as primeiras ofertas exteriores à Corte. A partir desta data poder-se-á considerar uma certa regularidade, embora com valores muito reduzidos, quando comparados com a principal grandeza. Em certos momentos registaram-se ofertas próximo dos 10%. As médias mais elevadas situaram-se em 1722 (9%), 1730 (13%), 1742 (11%), 1745 (10%), 1751 (9%).

Gráfico nº 13

Frequência anual do local de disponibilização dos produtos anunciados na *Gazeta de Lisboa* (1715-1760)



Através dos locais de venda identificados poder-se-á conjecturar uma rede cultural primária, bem posicionada geograficamente, que se projectava para o exterior das suas formações pelo negócio livreiro. Essa rede era constituída por núcleos localizados em Braga, Coimbra, Porto, Santarém e Évora. Em qualquer um destes núcleos se vendiam livros de todos os géneros literários. Belas letras, ciência e artes, direito, filosofia³³⁴, história e religião. Nas cidades de Braga e Porto também se detectou o anúncio de folhetos. Nesta vendia-se a *Gazeta de Lisboa*.

Sobressaiu uma outra rede, esta de menor importância mas com alguma visibilidade, que se poderá considerar secundária estendendo-se de Norte ao Sul do reino. Compreendia as localidades de Viana do Lima, Guimarães, Lamego, Bragança, Mesão Frio, Guarda, Castelo Branco, Viseu, Sardoal, Leiria, Tomar, Setúbal, Portalegre, Vila Viçosa, Elvas, Beja e Tavira. Reconheceram-se anúncios com venda no Brasil (na Baía e no Rio de Janeiro). As obras identificadas com estes locais limitaram-se a uma ou duas tipologias. Destes núcleos, os que mostraram maior notoriedade foram, em primeiro lugar, Viana do Lima com ofertas de belas letras, cirurgia, religião e teologia. Seguiu-se Guimarães onde se ofereceram obras de cirurgia, história e religião. Em Lamego a oferta limitou-se às belas letras e história. No núcleo de Viseu os anúncios versaram a cirurgia e a teologia. Em Beja, belas letras e história e em Elvas, história e medicina.

Detectou-se também a oferta de bens e serviços: Barcelos, Lamego, Porto, Mesão Frio, Coimbra, Santarém, Sintra, Colares, Loures, Benavente, Elvas, Vila Viçosa, Rio de Janeiro. À excepção de Barcelos, de Benavente e de Santarém, onde apenas se identificou a venda de lugares institucionais – ofícios – em todos eles se verificou a divulgação de remédios. Na cidade de Coimbra a publicidade estendeu-se a um prémio académico e à venda de raízes/sementes. Em Loures, divulgou-se o serviço de um médico. Ofertas em locais estratégicos no estrangeiro também estiveram presentes: Holanda (Haia), Londres e Madrid. No primeiro oferecia-se o serviço de livreiro e a venda de raízes/sementes. No segundo a venda de um diamante e em Madrid, a oferta de um prémio académico. A venda de propriedades foi um outro tipo de publicidade com alguma regularidade, esta mais centrada em zonas próximas da cidade de Lisboa: Alcobaça, Almada, Alpedriz, Aveiras, Azeitão, Caparica, Mouta, Óbidos, Santarém³³⁵, Serpa, S. Quintino, Tomar, Tojal.

³³⁴ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 19 de 12 de Maio de 1740: “Saiu novamente reimpresso in folio o primeiro tomo do livro *Speculum Theologicum*, Autor P.M.Fr. Agostinho Gibbon Ordem Eremitas [...]; dado luz pelo P.M.Fr. Bento Meyrelles, Lente jubilado Sagrada Theologia. Acharse-há nas portarias dos Conventos Religiosos de Stº Agostinho em Lisboa, Braga, Coimbra, Porto, Evora”.

³³⁵ Cf. *Gazeta de Lisboa*, Suplemento n.º 32, de 8 de gosto de 1743: “No sitio de Alcanhoens, a huma legua da Villa de Santarem, se determina vender quinta com casa muito nobre [...], olivae, vinhas [...]; já avaliada em 40U cruzados. Toda a pessoa que quizer comprar, poderá mandar falar Senhora D. Peregrina de Mello e Brito, que assiste na mesma quinta”; *Gazeta de Lisboa*, n.º 3, de 17 de Janeiro de 1760: “Por ordem S.Mag. Se dà noticia das propriedades, que possuiaõ os Falidos que se tem apresentado na Junta do Commercio destes Reynos, e seus Dominios, que a mesma Junta quer arrematar para ratear producto pelos seus Credores: de Francisco Xavier Barreto humas cazas em Santarem, onde chamaõ Alcovoa, que rendem 16U800reis, e têm fôro 600 reis”;

8.2. Avaliação qualitativa

Com a identificação das localidades onde os produtos se encontravam à venda e o que maioritariamente neles se disponibilizava, pretende avaliar-se, através da publicidade, os locais fora da cidade de Lisboa, com maior incidência de oferta e, por essa via, identificar dinâmicas de comunicação e de actividades com notoriedade através do reino. Representando em relação a Lisboa, apenas 6% dos pontos de venda, somos levados a concluir ser nesta cidade que se concentrava a principal actividade do reino, local fulcral das trocas e de centralização da economia e, conseqüentemente, o ponto de maior concentração populacional. Lisboa reunia as condições para ser considerada uma grande metrópole. Nela se movimentava a Corte, a sociedade que com ela interagia, de que resultavam pólos de interesse, de sociabilidade predispostos ao consumo. Mesmo assim, apesar da diferença numérica, é possível traçar com alguma precisão as redes de influência dispersas pelo reino e a sua hierarquização, segundo a importância indiciada. Confirma-se uma rede erudita centrada em pontos estratégicos identificada com a rede primária. Outras formações de menor importância constituíam locais de interesse cultural identificadas com a rede secundária, que se cruzavam com a rede principal. A esta estavam associados os centros universitários, as academias locais e os centros eclesiásticos de relevo. Nela se integrava o núcleo de Santarém. A correspondência recebida e expedida por algumas individualidades deste núcleo entre 1740-1751, revela que, através de um conjunto de permanentes informadores, Luís Montês Matoso conseguia obter diversificadas notícias que lhe garantiam a regularidade do seu periódico³³⁶. Esta rede tornar-se-ia fulcral na propagação de novas ideias fomentado, por via da informação, um espaço de debate alargado. A rede secundária integraria as agremiações provinciais de que a *Gazeta de Lisboa*, a partir de 1716, começara a dar notícia e pequenos núcleos de reunião intelectual, promovidos por mecenas locais, onde se fomentava a discussão de ideias. Também os corpos eclesiásticos, nomeadamente, os bispados e as ordens religiosas constituíam pólos de centralização e propagação de uma certa dinâmica informativa, interagindo com formações do género dispersas pelo reino. Da análise fica a ideia de que o tempo de D. João V fomentou dinâmicas intelectuais e uma relativa difusão da informação de que a criação da *Gazeta* não poderá ser excluída.

³³⁶ Cf. Maria de Fátima Marques Dias Antunes dos Reis, *Santarém no Tempo de D. João V. Administração, Sociedade e Cultura* [...], pp. 66-663.

Mapa 1

Representação cartográfica das redes de comunicação primária e secundária do reino³³⁷.



- P** Rede primária
- S** Rede secundária

³³⁷Fonte: <http://www.guiageo-portugal.com/mapa.htm>

CONCLUSÃO

1. Os anúncios contabilizados, num total de 4320, levam-nos a reconhecer na *Gazeta de Lisboa*, no quadro sincrónico e diacrónico da produção publicitária, um meio de divulgação por excelência para a época. As questões levantadas pela informação veiculada pelo periódico, quanto à natureza de consumos e consumidores, indiciam uma certa ligação com a realidade sociológica e cultural prevalecente. Contudo, o estudo de cerca de 45 anos centrado numa única fonte histórica não se poderá considerar, para a época, como determinante na definição de uma realidade cuja compreensão é complexa e deriva de factores endógenos à natureza do tecido social, determinada por valores e códigos de conduta, convicções e interdependências várias. Por outro lado, a própria fonte versava cumplicidades em sincronia com os leitores que a materializavam, circulando, por isso, num circuito restrito, letrado, com condições monetárias para a adquirir e intelectualmente a interpretar. Desse modo, a publicidade que nela se integrava visava, objectivamente, captar o interesse desse grupo ilustrado tornando público bens adequados à sua natureza económica, social e cultural, abrindo campos de novidade para a qual, pela persuasão argumentativa, o anunciante procurava sensibilizar os espíritos para questões novas.

A *Gazeta de Lisboa*, pela publicidade por ela difundida, revelou ser um suporte de informação prestigiado para a época. O mercado livreiro, que se afirmava nesse período, foi o seu grande cliente, com 3744 anúncios de Livros e de Outros Impressos. Pertencendo a uma comunidade com responsabilidades culturais, tinha como missão difundir saberes mas também, promover o seu negócio. É certo que, ao nível de divulgação de livros, a temática primordial versou a religião, o que estará directamente relacionado com os interesses do mercado e com o universo literário pouco especializado, em formação. Desta temática anunciaram-se todo o género de obras, o que quererá dizer que a *Gazeta* chegava a um público alargado. A evolução do periódico no reinado de D. João V representará mesmo isso, o crescente alargamento da comunidade de leitores. Em 1742, a partir do número 37, incluiu um suplemento com oito páginas, igual à *Gazeta*. Recordar-se que o impressor também fazia publicidade à venda do jornal. D. João V, por outro lado, empenhara-se no incremento da tipografia no reino. Vivia-se um momento favorável à informação e à projecção do periódico.

A *Gazeta de Lisboa* mostrou possuir uma certa neutralidade anunciativa, dando espaço às polémicas da época, de que os autores Jacob de Castro Sarmiento e Luís António Verney foram um exemplo. A partir de 1750, o género de obras anunciadas revelou uma gradual substituição temática. O anúncio de obras de religião tendera a baixar afirmando-se, por outro lado, os anúncios relacionados com a temática ciência e artes, e embora em menor grau, também as artes mecânicas.

A teologia também perdeu capacidade de oferta. Esta observação transportar-nos-á para a emergência de um novo paradigma cultural, a penetração e o avanço do movimento das Luzes em Portugal. Os livreiros, na sua vocação comercial, adaptavam-se aos novos interesses, anunciando os géneros procurados e autorizados. Mas também a publicidade de bens e serviços com 412 e 174 anúncios, respectivamente, dignificara o periódico. Era uma publicidade que se poderá considerar seleccionada, com audição nos grupos sociais de posição económica e cultural elevada, onde se integrariam grupos burgueses. O frequente anúncio de professores de origem estrangeira revela por si os leitores do periódico. O anunciante tinha, possivelmente, noção do prestígio e do grau de audiência do periódico.

2. A par da análise empreendida não podemos subestimar o papel da imprensa no êxito comercial que progressivamente se foi consolidando. Foi responsável, em primeiro lugar, pela vulgarização da informação e a partir daí, fundar-se-iam núcleos especializados, com dinâmicas específicas, gerando novos ritmos de vida e de negócios. O livro impresso foi o primeiro a tornar-se objecto de comércio, e com ele, os livreiros e livrarias. A difusão da cultura transformar-se-ia num sucesso comercial, determinado por sistemas de produção mais eficazes e por custos menores. A crescente aposta na divulgação de obras disponíveis ajudaria a promover o hábito de leitura nos meios letrados. Implicitamente, levaria ao aumento das reproduções, tornando o negócio livreiro num mercado rentável. Consequentemente, formar-se-ia um novo público de leitores, tendencialmente fora do círculo de eruditos, composto sobretudo por núcleos burgueses ou pré-burgueses, comerciantes que, doravante, adaptariam os seus hábitos de leitura a novas publicações. Os novos leitores incentivariam, no seio da esfera pública, novas redes de comunicação, promovendo o sucessivo aumento do número de leitores. Paralelamente, assistir-se-ia ao nascimento de novas suportes de comunicação (folhetos, jornais) e à diversificação de autores. A *Gazeta de Lisboa*, sendo um periódico oficial, ir-se-ia projectar na esfera pública que se encontrava em construção. Nasceria, precisamente, das dinâmicas geradas pela vulgarização da informação, a que a Coroa se procurou adaptar. Os núcleos eruditos movimentavam-se num círculo restrito sustentada por redes de informação próprias. A informação veiculada pela *Gazeta* entrava no domínio público, gerando juízos de valor, formando uma opinião.

3. Antes de qualquer noção teórica sobre o fenómeno publicitário, pensar a publicidade será, em primeiro lugar, pensar os meios de comunicação. A invenção da tipografia e da prensa de impressão, no século XV, no contexto histórico da publicidade, determinará o ponto de partida de um processo que não mais deixaria de crescer. Constituiu o primeiro meio publicitário de significativo relevo, de carácter impessoal, controlado, viabilizando e dimensionando a comunicação com uma massa anónima de receptores. Já antes da imprensa de Gutemberg, o homem

se serviu dos meios ao seu alcance para tornar público aquilo que extravasava ao domínio do privado, revelando a sua natureza psicológica, a necessidade de comunicar. Neste enquadramento a publicidade deverá ser entendida como um processo de sociabilização com efeitos não imediatos, mas com um alcance temporal mais alargado. Quando no século XVIII assistimos aos anúncios de professores estrangeiros a residir na Corte portuguesa, ainda que temporariamente, estamos perante um processo de comunicação cuja receptividade iria, obviamente, criar novas dinâmicas de sociabilização, não visíveis no momento, mas no médio prazo da sua incorporação. O anúncio revestia fins comerciais e sociais. O professor vendia o seu serviço, mas disponibilizava uma função geradora de conhecimento e de riqueza intelectual, que mais tarde se iria tornar perceptível na sociedade. Alguma historiografia defende a publicidade como um produto da revolução industrial, justificada com o excesso de produção. Mas como já foi adiantado teve origens mais remotas. Todavia, não a podemos dissociar do objectivo do lucro, identificando-se em qualquer época com um contexto socio-económico. No início do século XVIII, a sociedade portuguesa tinha saído de uma crise económica e entrado numa outra fase, marcada por uma certa folga monetária resultante das remessas de ouro e de pedras preciosas do Brasil. A intensa publicidade de livros veiculada pela *Gazeta de Lisboa* acentuadamente religiosos, revela a estrutura ideológica da época, dominada pelos poderes da Igreja que na época moderna, eram os que exerciam notória eficácia, daí a sua prevalência sobre os corpos sociais e políticos da sociedade portuguesa. Dos diferentes factores de intervenção da publicidade na sociedade, já abordados, não devemos excluir o da dinamização da actividade laboral. O seu sucesso, isto é, a sua receptividade pelos consumidores produziria crescimento económico e novas actividades laborais. Tudo isto constituía uma cadeia de relações e de interdependências geradoras de novos serviços e actividades.

Da avaliação empreendida ficamos certos que o fenómeno publicitário, sem subestimar a sua natureza económica ou ideológica, é uma fonte histórica inquestionável. Os géneros propostos em determinado momento pressupõem a sua receptividade pela sociedade a que é dirigida. A adesão por esta passa pela adequação da oferta aos mecanismos sociais onde entram condições económicas, cultura, gostos e até tendências de moda. Se o consumo de determinada oferta se tornar numa forma de exteriorização e prestígio social, será certo que essa oferta será objecto de uma maior procura. Daí se extrairão os contextos macro-envolventes das representações sociais cuja compreensão passa pela percepção da sua estrutura mental.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1- FONTES IMPRESSAS

Anónimo (O) Journal Portugais du XVIII Siècle (1752-1754), Leitura, Introdução e Notas, de Marie-Helene Piwnik, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.

BLUTEAU, Rafael,

Vocabulário Português & Latino, tomo VI e VIII, Lisboa, Oficina de Pascoal da Silva, 1720-1721.

DOMERGUE, Lucienne, e outros

Crónica festiva de los reinados en la Gaceta de Madrid (1700-1759), ed, Margarita Torrione, Málaga, C.R.I.C. & OPHRYS, 1988.

Gazeta de Lisboa, História Annual, Chronológica e Política do Mundo, & especialmente da Europa, Lisboa, 1715 – 1760.

LISBOA, João Luís,

Tiago C. P. dos Reis Miranda, Fernanda Olival, *Gazetas Manuscritas da Biblioteca de Évora*, Lisboa, Edições Colibri, 2002.

MACHADO, Diogo Barbosa,

Bibliotheca Lusitana, Coimbra, Atlântida Editora, 1667.

RADULET, Cármen M., dir.

Portugal, Lisboa e a Corte nos reinados de D. Pedro II e D. João V. Memórias Históricas de Tristão da Cunha de Ataíde 1º Conde de Povolide, Lisboa, Chaves Ferreira, 1990.

SÉRGIO, António,

Antologia dos Economistas Portugueses, século XVII, 1ª ed., Lisboa, Sá da Costa Editora, 1974.

2 - CATÁLOGOS, DICIONÁRIOS E OUTRA OBRAS DE REFERÊNCIA E DE TEORIZAÇÃO

ANTUNES, Manuel

Teoria da Cultura, coordenação, revisão e notas de Maria Ivone de Ornellas de Andrade, Lisboa, Edições Colibri, 2002.

AZPIRI, P. Antequera,

“Publicidad”, *Encilopédia Universal Ilustrada Europeo-Americana*, Etimologias, Tomo VIII, (Apêndice), Bilbao, Espasa-Calpe, S.A., [s.d.].

BRAUDEL, Fernand,

Historia e Ciências Sociais, tradução de Rui Nazaré, Lisboa, Presença, 1990.

FOULCAULT, Michel,

As Palavras e as Coisas, tradução de António Ramos Rosa, Lisboa, Edições 70, 2002.

Publicidade de Consumo & Propedêutica do Controle, Curitiba, Jurá Editora, 2001,

L'Art Dans la Pub, Musée de la Publicité, Paris, Adagp, 2000.

150 Ans de Publicité, Musée de la Publicité, Paris, Adagp, 2004

3 - ESTUDOS

ALMEIDA, Fortunato,

História de Portugal, Tomo IV, 1580-1816, Coimbra, ed., Almeida, 1926.

AMZALAK, Moses Bensabat Amzalak,

A Economia Política em Portugal. D. Luís da Cunha, como Economista, Lisboa, [s.e.], 1922.

ARAÚJO, Ana Cristina,

A Cultura das Luzes em Portugal, Temas e Problemas, Lisboa, Livros Horizonte, 2003.

ATHERTONT, Ian

“The Itch Grown a Disease: Manuscript Transmission of News in the Seventeenth Century”,
Newspapers, and Society in Early Modern Britain, ed. Joad Raymond, 1ª edição, Londres,
Frank Cass, 1999, pp. 39-59.

BARKER, Hannah,

Newspapers, Politics and English Society, 1695 – 1855, Essex, Pearson Education Limited,
2000.

BEBIANO, RUI

“D. João V, Rei-Sol”, *Revista de História das Ideias, O Sagrado e o Profano*, vol. 8, Coimbra,
1986, pp. 109-121.

BELLANGER, Claude, e outros, dir.

Histoire Générale de La Presse Française, des origines à 1814, 1^{er} édition, Tome I, Paris,
Presses Universitaires de France, 1969.

BELO, André

“Nouvelles imprimées et nouvelles manuscrites dans le Portugal du XVIII siècle: le caractère
social de l’information”, *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. 49, Lisboa,
Paris, 2005, pp. 137-145.

BELO, André,

*As Gazetas e os Livros. A Gazeta de Lisboa e a Vulgarização do Impresso em Portugal (1715-
1760)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001.

BERTAUD, Jean Paul,

La Presse et le Pouvoir de Louis XIII à Napoléon Ier, France, Librairie Académique Perrin, 2000.

BOTS, Hans,

"Quelques gazettes de Hollande en langue française et le Mercure Historique et politique: une analyse comparative", *Gazettes et Information Politique sous l'Ancien Régime*, textos réunis par Henri Duraton et Pierre Rétat, Saint-Étienne, Publications de l'Université de Saint-Étienne, 1999, pp. 159-168.

BOUZA, Fernando,

Corre Manuscrito. Una Historia Cultural del Siglo de Oro, Madrid, Marcial Pons, 2001.

BRAGA, Isabel M.R. Mendes Drumond,

"Realidades Culturais", *Nova História de Portugal*, dirigida por Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, vol. VII, *Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, coord. de Avelino Freitas Meneses, Lisboa, Editorial Presença, 2001, pp. 466-558.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond

Cultura, Religião e Quotidiano, Portugal (século XVIII), Lisboa, Hugin Editores, 2005.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond,

Assistência, Saúde Pública e Prática Médica em Portugal (séculos XV-XIX), Lisboa, Universitária Editora, 2001.

BRAZÃO, Eduardo,

"A Criação da Patriarcal", *A Diplomacia Portuguesa nos séculos XVII e XVIII, 1700-1750*, vol. II, Lisboa, Editorial Resistência, 1980, pp. 159-170.

CAETANO, Marcelo,

A Opinião Pública no Estado Moderno, Lisboa, [s.e.], 1965.

CARNEIRO, A. Henriques,

Evolução e Controlo do Ensino em Portugal. Da Fundação da Nacionalidade ao 1º Ministério da Instrução Pública, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CARPANETTO, Dino, e tal,

"A Invenção da Imprensa", *História Universal*, versão portuguesa, coord. Verbisiberia, tradução Cátia Granadeiro, e outros, vol. VII *O Nascimento do Mundo Moderno*, coord. Mónica Monteys, Espanha. Planeta de Agostini, Spa, 2005, pp. 253-275.

CHARTIER, Roger,

A História Cultural. Entre Práticas e Representações, tradução de Maria Manuela Galhardo, 2ª ed., Lisboa, Difel, 2002.

CATHELAT, Bernard,

Publicité et Société, préface par Bernard Brochand, nova edição revista e aumentada, Paris, Payot, 1987.

CYMBAL y BUTTER,

“Noticias manuscritas, gacetas impresas”, *Inscribir y borrar, cultura escrita y literatura (siglos XI-XVIII)*, Roger Chartier, tradução de Victor A. Goldstein, revista pelo autor, 1ª ed., Buenos Aires, Katz Editores, 2006.

CUNHA, Alfredo da,

Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa (1641-1821), Lisboa, [s.e], 1941.

CURTO, Diogo Ramada,

Cultura Escrita (séculos XV a XVIII), Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

DELUMEAU, Jean,

La Civilisation de la Renaissance, Paris, Arthaud, 1967.

DIAS Eurico Gomes,

Gazetas da Restauração: [1641-1648], uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006.

REBELO, Maria de Lourdes Godinho, e João Rui Pita,

“Cosméticos: sua evolução”, *Medicamento, História e Sociedade*, Ano III, N.º 8, Separata da Revista de *Farmácia Portuguesa*, coord. De José Pedro Sousa Dias, n.º 51, Coimbra, 1988, pp. 23-28.

DIAS, João José Alves,

“Nova Forma da Transmissão do «Verbo» – A Imprensa”, *Nova História de Portugal*, dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. V, *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, coord. de João José Alves Dias, Lisboa, Editorial Presença, 2001, pp. 489-501.

DIAS, José Sebastião da Silva,

“Filosofia. Em Portugal. Idade Média”, *Dicionário de Literatura*, dir. de Jacinto Prado Coelho, 3ª ed., vol. II, Porto, Figueirinhas, 1984.

DÍAZ-MAROTO, Francisco Mendoza,

Panorama de la Literatura de Cordel Española, Madrid, Ollero & Ramos, Editores, 2001.

DÍAZ NOCI, Javier; HOYO HURTADO, Mercedes del,

El Nacimiento del Periodismo Vasco, Gacetas donostiaras de los siglos XVII y XVIII, Donostia: Eusko Okaskuntza, 2003.

DOMINGUES, Francisco Contente,

Ilustração e Catolicismo. Teodoro de Almeida, Lisboa, Colibri, 1994.

DOMINGOS, Manuela D.,

“Acerca do Comércio Livreiro em Lisboa (1730-1750)”, *Congresso Internacional. Portugal no Século XVIII, de D. João V à Revolução Francesa*. Actas das Sessões. Lisboa, Sociedade Portuguesa do Século XVIII, Lisboa, Universitária Editora, 1991, pp. 493-500.

ESTRELA, Rui,

A Publicidade no Estado Novo (1932-1959), vol. I, Lisboa, Edição de Revistas, Lda, 2004.

FARIA, Ana Maria Homem Leal de,

Duarte Ribeiro de Macedo. Um diplomata moderno (1618-1680), Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2005.

FERREIRA, Teresa A. S. Duarte,

“O Livro Impresso e o Manuscrito coexistem: O Manuscrito Permanece”, *Tesouros da Biblioteca Nacional*, Lisboa, Inapa, S. A., 1992, pp. 217-252.

FURET, François,

“A Livraria do Reino de França no século XVIII”, in *A Oficina da História*, vol. 8, tradução revista por Adriano Duarte Rodrigues, Lisboa, Gradiva, [s.d.], pp. 137-173.

Gazettes et Information Politique Sous L’Ancien Régime,

textes réunis par Henri Duraton et Pierre Rétat, Saint-Étienne, Publications de l’Université de Saint-Étienne, 1999.

GODINHO, Vitorino Magalhães,

Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa, 3ª edição, Lisboa, Arcádia, 1977.

HABERMAS, Jürgen,

L’Espace Public, traduction de Marc B. de Launay, [s.l.], ed. Payot & Rivages, 1997.

HARRIS, Michael,

“Timely Notices: the Uses of Advertising and its Relationship to News during the Late Seventeenth Century”, *News, Newspaper, and Society in Early Modern Britain*, ed. Joad Raymond, 1ª edição, Londres, Frank Cass, 1999, pp.141-154.

INFELISE, Mario,

“Le marché des informations à Venise au XVIIe siècle”, *Gazettes et Information Politique sous l’Ancien Régime*, textes réunis par Henri Duraton et Pierre Rétat, Saint-Étienne, Publications de l’Université de Saint-Étienne, 1999, pp.117-128.

LAVOURA, Maria Emília,

“O Livro Impresso e o Manuscrito Coexistem: O Surto do Livro Impresso”, *Tesouros da Biblioteca Nacional*, Lisboa, Inapa, S. A., 1992, pp. 176-202.

LEVY, Fritz,

“The Decorum of News”, *News, Newspapers, and Society in Early Modern Britain*, ed. Joad Raymond, 1ª edição, Londres, Frank Cass, 1999, pp. 12-34.

LISBOA, João Luís Lisboa,

Ciência e Política. Ler nos finais do Antigo Regime, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1991.

LISBOA, João Luis,

“Le statu du gazetier dans le Portugal de la première moitié du XVIII siècle”, *Gazettes et information politique sous l’Ancien Régime*, textes réunis par Henri Duraton et Pierre Rétat, Saint-Étienne, Publications de l’Université de Saint-Étienne, 1999, pp. 77-85.

LOPES, Avelino Francisco Serra,

Publicidade e Intimidade, uma hermenêutica da deriva para o texto publicitário, Dissertação de Mestrado em Literatura Comparada apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2004, exemplar policopiado.

LOURENÇO, Maria Paula Marçal,

“Estado e Poderes”, *Nova História de Portugal*, dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. VII, *Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, coord. Avelino Freitas Meneses, Lisboa, Editorial Presença, 2001, pp. 17-34.

MACEDO, Jorge Borges de,

Estrangeirados. Um conceito a rever, Lisboa, Edições do Templo, 1989.

MACEDO, Jorge Borges de,

Portugal, Europa, para além da circunstância, Lisboa, Imprensa Nacional, 1988.

MADUREIRA, Nuno Luís,

Lisboa, Luxo e Distinção. 1750-1830, Lisboa, Fragmentos, 1990.

MAIA, Maria Armandina da Cruz,

A Imagem de Itália na gazeta de Lisboa (1759-1762), Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Estudos Portugueses, Lisboa, 1997.

MARTINS, António Coimbra,

“Échanges culturels luso-français (Les Ericeira, La Neuville, Bignon, le Cabinet du Roi). *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. 49, Lisboa-Paris, 2005, pp. 105-136.

MARTINEZ, Sérgio Rodrigo,

Publicidade de Consumo & Propedêutica do Controle, Curitiba, Jurá Editora, 2001.

MAZLISH, Bronowski e Bruce,

A Tradição Intelectual do Ocidente, tradução de Joaquim João Braga Coelho Rosa, Lisboa, Edições 70, 1960.

MENDES, Maria Valentina C. A. Sul Mendes, coord.,

“Nasce o Livro Impresso”, *Tesouros da Biblioteca Nacional*, Lisboa, Inapa, S. A., 1992, pp. 74-86.

MENESES, Avelino de Freitas de,

“A Contextura Económica”, *Nova História de Portugal*, dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. VII, *Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, coord. Avelino Freitas Meneses, Lisboa, Editorial Presença, 2001, pp. 213-225.

MINOIS, Georges,

Censure et Culture sous l’Ancien Régime, Paris, Fayard, 1995.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo,

D. José, Mem Martins, Circulo de Leitores, 2006.

MOTA, Isabel Ferreira da,

A Academia Real da História, os Intelectuais, o Poder Cultural e o Poder Monárquico no século XVIII, Coimbra, Minerva, 2003.

MURTEIRA, Maria Helena da Cunha,

“Lisboa da Restauração às Luzes. Uma análise da evolução urbana”, *O Município de Lisboa e a Dinâmica Urbana (séc. XVI - XX). Actas das Sessões, I Colóquio Temático*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Imprensa Municipal, 1995, pp. 83-97.

NETO, Margarida Sobral, coord.,

As Comunicações na Idade Média, Lisboa, Fundação das Comunicações, 2005.

OLIVEIRA António Resende de,

“Poder e Sociedade. A Legislação Pombalina e a Antiga Sociedade Portuguesa”, *Revista de História e Teoria das Ideias, O Marquês de Pombal e o seu Tempo*, vol. IV, Coimbra, 1982-1983, pp. 51-89.

PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana,

Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa. De Pombal ao Vintismo (1755-1822), Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1995.

PEREIRA, Leonor e João Rui Pita,

“Publicidade a Cosméticos (séculos XIX-XX). *Munda*, n.º 35, Coimbra, 1988, pp.29-40.

PITA, João Rui,

“Breve História dos Cosméticos. Cosmético: sua definição, *Munda*, Coimbra, 1988, pp. 17-28.

POPKIN, Jeremy D.,

" La presse et la politique étrangère de l’Ancien Régime à la Révolution ", *Gazettes et information politique sous l’Ancien Régime*, textes réunis par Henri Duraton et Pierre Rétat, Saint-Étienne, Publications de l’Université de Saint-Étienne, 1999, pp. 281-289.

RAYMOND, Joad,

“The Newspaper, Public Opinion, and the Public Sphere in the Seventeenth Century”, *News, Newspapers, and Society in Early Modern Britain*, ed. Joad Raymond, 1ª edição, Londres, Frank Cass, 1999, pp. 1-9.

REBELO, Maria de Lourdes Godinho, e João Rui Pita,

“Cosméticos: sua evolução”, *Medicamento, História e Sociedade*, Ano III, N.º 8, Separata da Revista de *Farmácia Portuguesa*, cood. de José Pedro Sousa Dias, n.º 51, Coimbra, 1988, pp. 23-28.

REIS, Maria de Fátima Marques Dias Antunes dos Reis, *Santarém no Tempo de D. João V, Administração, Sociedade e Cultura*, Lisboa, Colibri, 2005.

RÉTAT, Pierre,

" Politique et Administraion", *Gazettes et Information Politique sous l’Ancien Régime*, textes réunis par Henri Duranton, et Pierre Rétat, Saint-Étienne, Publications de l’Université de Saint-Étienne, 1999, pp. 269-280.

RICOEUR, Paul,

Do Texto à Acção. Ensaios de Hermenêutica II, tradução de Alcino Cartaxo e Maria José Sarabando, introdução de Miguel Dias Costa, Porto, Rés-Editora, Lda, 1989.

ROCHE, Daniel,

Historia das Coisas Banais, Nascimento do Consumo nas Sociedades Tradicionais (Séculos XVII-XIX), tradução de Telma Costa, Lisboa, Editorial Teorema, Lda., 1998.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo,

História de Portugal, vol. III, *O Século do Ouro (1405-1589)*, 3ª ed. revista e aumentada, Lisboa, Ed. Verbo, [s.d].

SERRÃO, Joaquim Veríssimo,

A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica, vol. III, século XVIII, Lisboa, Editorial Verbo, 1974.

SERRAZIN, Véronique

"Lectures politiques des almanachs au XVIII siècle", *Gazettes et Information Politique sous l'Ancien Régime*, textes réunis par Henri Duranton et Pierre Rétat, Saint-Étienne, Publications de l'Université de Saint-Étienne, 1999, pp. 257-268.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da,

D. João V, Mem Martins, Circulo de Leitores, 2006.

TENGARRINHA, José,

História da Imprensa Periódica Portuguesa, 2ª edição revista e aumentada, Lisboa, Editorial Caminho, 1989.